

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**A PROPOSTA DE POUPANÇA FLORESTAL: UMA
ALTERNATIVA OU “MAIS DO MESMO” PARA OS
AGRICULTORES FAMILIARES DE CANGUÇU/RS?**

ALISSON VICENTE ZARNOTT

Florianópolis, 05 de outubro de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALISSON VICENTE ZARNOTT

**A PROPOSTA DE POUPANÇA FLORESTAL: UMA
ALTERNATIVA OU “MAIS DO MESMO” PARA OS
AGRICULTORES FAMILIARES DE CANGUÇU/RS?**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Leite
Guimarães Pinheiro

Co-orientador: Prof. Dr. Valmir Luiz
Stropasolas

FLORIANÓPOLIS
2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

Z37p Zarnott, Alisson Vicente

A proposta de poupança florestal [dissertação] : uma alternativa ou "mais do mesmo" para os agricultores familiares de Canguçu/RS? / Alisson Vicente Zarnott ; orientador, Sergio Leite Guimarães Pinheiro. – Florianópolis, SC, 2009.

153 f.: il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui bibliografia

1. Agricultura. 2. Agroecossistemas. 3. Famílias rurais. 4. Autonomia. 5. Reflorestamento. 6. Poupança florestal. I. Pinheiro, Sergio Leite Guimarães. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

CDU 631

ALISSON VICENTE ZARNOTT

**A PROPOSTA DE POUPANÇA FLORESTAL: UMA
ALTERNATIVA OU “MAIS DO MESMO” PARA OS
AGRICULTORES FAMILIARES DE CANGUÇU/RS?**

Dissertação aprovada em 05/10/2009, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sergio L. G. Pinheiro
Orientador

Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas
Co-orientador e Presidente

Prof. Dr. Ademir A. Cazella
Membro (UFSC/CCA)

Prof. Dr. Sandro L. Schlindwein
Membro (UFSC/CCA)

Dr. Luiz Toresan
Membro (EPAGRI)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PPGAgr/CCA/UFSC

Florianópolis, 05 de outubro de 2009.

Agradecimentos

Este momento é especialmente reflexivo e comovente. É impossível deixar de mentalmente retornar o caminho trilhado antes e durante as etapas de elaboração desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço ao PGA pela oportunidade e aprendizado proporcionado ao longo do mestrado.

Aos professores e colegas do PGA, com os quais mantive muitos momentos agradáveis, que resultaram em grandes ensinamentos.

Notadamente, agradeço a Janete que com sua presteza ajudou-me nos momentos de necessidade.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Sergio Leite Guimarães Pinheiro que abraçou a tarefa de auxiliar-me na trajetória de elaboração deste trabalho, o que fez de forma riquíssima. Não posso deixar de agradecer também ao Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas que aceitou o desafio de contribuir com este trabalho no apagar das luzes. À ambos, meu sincero agradecimento.

Agradeço à dedicação com que os professores Dr. Ademir Cazella, Dr. Sandro Schlindwein e Dr. Luiz Toresan assumiram a tarefa de examinar a presente dissertação. Suas contribuições críticas e propositivas qualificaram este texto final.

Neste momento faz-se necessário também agradecer a Emater, de modo especial ao escritório municipal de Canguçu, que não mediu esforços para ajudar-me na pesquisa.

Aos agricultores e agricultoras que pacientemente nos cederam seu tempo e através de seus depoimentos nos permitiram conhecer suas histórias e trajetórias, munindo-nos de informações valiosíssimas à concretização deste trabalho.

À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida.

Reservo este momento também para dispor agradecimentos aos amigos de longa data que partilharam das primeiras inquietações que resultaram neste objeto de pesquisa: Paulinho, Catia, Maycon, Selbach, Simone, Rodrigo, Alcione, Lido, e muitos outros.

Agradeço também a equipe de articuladores de ATES do Rio Grande do Sul que cedeu-me importantes dias para finalização deste trabalho antes da defesa.

Por fim, dedico este trabalho a Fernanda, companheira que tem sido a pessoa mais presente e importante de minha vida nos últimos anos.

Confissões do Latifúndio

Por onde passei,
plantei
a cerca farpada,
plantei a
queimada.

Por onde passei,
plantei
a morte matada.

Por onde passei,
matei
a tribo calada,
a roça suada,

a terra esperada...
Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.

Pedro Casaldália

A PROPOSTA DE POUPANÇA FLORESTAL: UMA ALTERNATIVA OU “MAIS DO MESMO” PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE CANGUÇU/RS?

ALISSON VICENTE ZARNOTT

Resumo

Essa dissertação analisa o processo de implementação do programa de fomento florestal denominado Poupança Florestal da empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP) no município de Canguçu – RS, centrando a investigação no exame das características do público integrado e nas mudanças realizadas na organização das unidades produtivas para atender a nova atividade produtiva. O aumento da demanda mundial tem ocasionado um incremento do investimento em áreas “reflorestadas” no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, que pelas condições climáticas, preço da terra e da força de trabalho tem recebido inúmeros investimentos do setor, entre eles, o Projeto Losango da VCP, com atuação na Metade Sul do RS. Para atender a unidade fabril prevista neste investimento a empresa visa adquirir 30% da matéria prima de terceiros, especialmente agricultores familiares e, para isto, criou em conjunto com Emater-RS e Banco Real, o Poupança Florestal. O presente trabalho de investigação contou com a aplicação de 10 questionários junto a famílias integradas ao programa em Canguçu e de entrevistas com organizações, tanto representativas, quanto ligadas ao processo de implementação e condução do programa em âmbito local, além de pesquisa bibliográfica. Os dados da pesquisa revelam que o Poupança Florestal não teve, até o momento, grande procura por parte dos agricultores familiares no município. Dentre os integrados, a participação da agricultura familiar representa menos da metade dos integrados, o que pode ser explicado pelo receio das famílias em firmarem um contrato de 14 anos com base em uma cultura de baixa rotatividade. Conclui-se que o programa não tem se mostrado uma alternativa para a agricultura familiar. Ao contrário, reedita uma antiga parceria entre grande capital industrial, grande propriedade, capital financeiro e Estado que, para a agricultura familiar, traz como resultado a redução da autonomia das famílias integradas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Autonomia; Reflorestamento; Poupança Florestal

THE PROPOSAL OF THE SAVING FOREST PROGRAM: AN ALTERNATIVE OR "MORE OF THE SAME" FOR FAMILY FARMERS OF CANGUÇU / RS?

ALISSON VICENTE ZARNOTT

Abstract

This thesis analyzes the process of implementation of the program for forest development called Forest Savings of the firm Votorantim Celulose e Papel (VCP) in the city of Canguçu - RS, focusing on research examining the characteristics of the integrated public and the changes made to the organization of production units to meet the new productive activity. The growth of the global demand has caused an increase in investment in "reforested" areas in Brazil, especially in Rio Grande do Sul, where climatic conditions, land prices and the labor force have received numerous investments in the sector, among them VCP Losango Project, with operations in the southern part of Rio Grande do Sul. To meet the plant under this investment the company aims to acquire 30% of the raw material of others, especially family farmers and, for this reason, has created, together with Emater-RS and Banco Real, the Forest Savings. This research work included the application of 10 questionnaires with families connected to the program in Canguçu and interviews with organizations, both representative and related to the process of implementation and management of the program at the local level, and also a bibliographic research. The survey data shows that the Forest Savings did not have, until now, strong demand from the family farmers in the city. Among the integrated, the participation of familiar agriculture represents less than half of the integrated, which can be explained by the fear of families enter into a contract for 14 years based on a culture of low turnover. It is concluded that the program has proven not to be an alternative for familiar agriculture. Actually, it replays an old partnership between big industrial capital, big property, financial capital and state that, for familiar agriculture, brings as result the reduction of the autonomy of the integrated families.

Keywords: Familiar agriculture, autonomy, Forestry, Forest Savings

Lista de Figuras e Boxes

Figura 1	Localização dos municípios da metade sul do Rio Grande do Sul, com destaque ao município de Canguçu	18
Figura 2	Localização da área de estudo, com destaque aos sub-distritos do município de Canguçu	20
Figura 3	Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida	34
Figura 4	Esquema de reprodução dependente do mercado.....	34
Figura 5	Relevo e vegetação típica da Zona de Campo	60
Figura 6	Relevo e vegetação típica da Zona de Floresta	60
Figura 7	Área plantada de eucalipto no Brasil no período 2004-2008	79
Figura 8	Capacidade produtiva dos principais produtores de Celulose de Mercado, em 2009 (estimado em Kt)	84
Figura 9	Projeções de expansão da VCP até 2020, (estimando em Mt)	85
Figura 10	Cultivo de eucalipto no 5º distrito de Canguçu	103
Figura 11	Vista geral de duas propriedades cujos integrados já tinham experiência no cultivo de árvores.....	111
Figura 12	Área em que será implantada uma lavoura de eucaliptos	113
Figura 13	Área atual e ao fundo, área para possível expansão da lavoura de eucalipto.....	120
Figura 14	Plantio consorciado de eucalipto e milho.....	124
Box 1	Protocolo de Kyoto e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	40
Box 2	Programas públicos de fomento ao “reflorestamento”.	88

Lista de Tabelas

Tabela 1	Diferentes formas de produção mercantil	31
Tabela 2	Evolução da população da Microrregião de Pelotas, por situação de domicílio, nos anos 1991, 2000 e 2007	65
Tabela 3	Evolução do Produto Interno Bruto municipal (PIBm) e do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (PIBpc) do município de Canguçu e da microrregião Pelotas, entre 2002-2006	66
Tabela 4	Produção em toneladas, área cultivada (hectares) e valor da produção (R\$ mil) das principais lavouras do município de Canguçu, em 2007, segundo a condição de cultivos permanentes e temporários	67
Tabela 5	Produção (m3 e ton) e valor da produção (R\$ mil) madeireira no município de Canguçu, em 2007, segundo o tipo de uso da madeira	68
Tabela 6	Evolução dos recursos e do número de contratos do Pronaf, do Produto Interno Bruto, entre os anos 1999 e 2005	70
Tabela 7	Dimensão territorial, área de floresta, área de floresta nativa e plantada dos principais países com florestas, em 2005.....	74
Tabela 8	Produtividade da madeira de eucalipto nos principais países produtores, em 2000	75
Tabela 9	Maiores produtores mundiais de celulose (2002-2007), com destaque para posição do Brasil	76
Tabela 10	Área com as principais espécies plantadas no Brasil nos anos de 2007 e 2008	77
Tabela 11	Área de eucalipto (ha) em alguns estados brasileiros no período 2004-2008 e sua participação na área total e, área de pinus em alguns estados brasileiros, em 2008, e sua participação na área total	78
Tabela 12	Quantidade, valor e participação dos produtos da silvicultura, por produto, no Brasil e Rio Grande do Sul, em 2007	80
Tabela 13	Distribuição das áreas adquiridas e das áreas de cultivo de eucalipto pela VCP Florestal Extremo Sul, entre os anos de 2004-2006	87
Tabela 14	Atividades e responsabilidades das etapas do Programa Poupança Florestal	91

Tabela 15	Cronograma de distribuição e liberação dos recursos do Programa Pousança Florestal, em reais por hectare	92
Tabela 16	Distribuição do número de projetos e área plantada via Pousança Florestal em alguns municípios da Regional Pelotas da Emater	102
Tabela 17	Número de contratos do Pousança Florestal em Canguçu e região abrangida pelo Escritório Regional Pelotas da Emater por ano de contratação e valor total movimentado	107
Tabela 18	Relação dos integrados ao Pousança Florestal em Canguçu em 2008	108
Tabela 19	Distribuição dos integrados ao Pousança Florestal, segundo a principal atividade geradora de renda para família em Canguçu	109
Tabela 20	Experiência na atividade madeireira, segundo tipo de atividade predominante no ingresso de renda da família	112
Tabela 21	Distribuição dos integrados segundo a atividade produtiva reduzida para implantação da lavoura de árvores	113
Tabela 22	Menor área, maior área e área média das unidades produtivas integradas ao Programa Pousança Florestal em Canguçu, entre os agricultores e empresários	114
Tabela 23	Distribuição dos entrevistados, segundo a faixa etária	117
Tabela 24	Atividades que tiveram a área reduzida pelo ingresso na atividade madeireira, no grupo dos agricultores familiares integrados.....	122

Lista de siglas

ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ADUFFPel	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas
ALEMA	Assembléia Legislativa do Maranhão
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AND	Autoridade Nacional Designada
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
Atlas IDH	Atlas do Desenvolvimento Humano
AZONASUL	Associação de Municípios da Zona Sul
BB	Banco do Brasil
BACEN	Banco Central
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CELPAV	Celulose e Papel Votorantim
CETAC	Centro Regional de Qualificação Profissional de Produtores Rurais de Cangaçu
DCSA	Departamento de Ciências Sociais Agrárias
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EOD	Entidade Operacional Designada
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FAO	Food and Agriculture Organization
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FENADOCE	Feira Nacional do Doce
FEPIMENTA	Festa da Pimenta Vermelha de Turuçu
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FISET	Instituição Fiscal para Reflorestamento
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FRA	Forest Resources Assessment
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IG	Indicação Geográfica

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITEPA	Instituto de Teologia e Pastoral
MDIC	Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MDL	Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
MIN	Ministério da Integração Nacional
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
Mt	Milhões de toneladas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PCM	Produção Capitalista de Mercadorias
PD	Produção Doméstica
PEVS	Relatório do IBGE sobre Produção Extrativismo Vegetal e Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PIBm	Produto Interno Bruto municipal
PIBpc	Produto Interno Bruto per capita
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGAg	Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
PPGSPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PPM	Pequena Produção Mercantil
PROFLORA	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSM	Produção Simples de Mercadorias
RCE	Reduções Certificadas de Redução
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SADE	Banco de Dados da Agricultura Familiar
SBS	Sociedade Brasileira de Silvicultura
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural
SPL	Sistema produtivo local
SPSS	Statistical Package Social Science
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VAB	Valor Adicionado Bruto
VCP	Votorantim Celulose e Papel
UNAIC	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu

Sumário

1. Introdução	15
1.1 Apresentação	15
1.2 Problema de pesquisa.....	15
1.3 Orientações metodológicas	20
2. O Marco Teórico	27
2.1 Agricultura Familiar: uma categoria em permanente (re)construção	27
2.2 Mercantilização e autonomia: um jogo jogado	29
2.3 O desenvolvimento sustentável, territorial, endógeno: limites e possibilidades	36
3. Canguçu ontem e hoje	48
3.1 Canguçu: o destino de muitos migrantes	49
3.2 Canguçu na atualidade: a terra da agricultura familiar.....	63
4. A proposta de Poupança Florestal	73
4.1 Panorama mundial do mercado de produtos madeireiros	73
4.2 Brasil: o <i>Eldorado</i> da celulose	77
4.3 VCP e Projeto Losango: ação local da gigante mundial	81
4.4 O programa de fomento Poupança Florestal	85
4.5 Experiências de inserção da agricultura familiar no “reflorestamento”	93
5. Uma nova proposta ou “mais do mesmo” para os agricultores familiares de Canguçu?	101
5.1 O programa Poupança Florestal em Canguçu	101
5.1.1 Características gerais dos integrados ao Poupança Florestal	107
5.1.2 Perfil dos integrados ao Poupança Florestal	117
5.1.3 Avaliações e expectativas dos integrados ao Poupança Florestal	120
6. Considerações Finais	128
Referências	136
Apêndices	145
Anexos	152

1. Introdução

Este capítulo visa dispor os principais elementos que estruturam essa dissertação. Após breve apresentação, serão abordados: o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos e os referenciais metodológicos que orientaram o desenvolvimento deste trabalho.

1.1 Apresentação

Este trabalho tem como tema central a trajetória de implantação e desenvolvimento do programa Poupança Florestal em Canguçu, um projeto de fomento florestal privado, de iniciativa da Votorantim Celulose e Papel – VCP, juntamente com Banco ABN AMRO Real S.A e Emater/RS, que visa financiar lavouras de eucalipto para produtores rurais, especialmente agricultores familiares. A partir da perspectiva de construção da autonomia dos agricultores familiares como quesito fundamental para sua reprodução e para construção de processos que levem a estratégias de desenvolvimento territorial sustentável investigam-se quais as motivações que orientam a participação desses agricultores no programa Poupança Florestal, quais as modificações ocasionadas por essa nova linha produtiva na organização da unidade produtiva e qual avaliação fazem a partir deste novo contexto.

1.2 Problema de pesquisa

A categoria agricultura familiar vivencia atualmente um período de afirmação política, institucional e acadêmica. Nos últimos anos, especialmente na última década, foram e têm sido desenvolvidas inúmeras pesquisas sobre as transformações econômicas, sociais, ambientais e técnico-produtivas, pelas quais esse conceito tem passado, bem como sobre que tipo de relações essas unidades familiares de produção têm mantido com os mercados e o papel que elas têm desempenhado na sociedade capitalista.

A crescente vinculação das unidades familiares de produção aos mercados impôs mudanças expressivas em seu modo de viver e produzir. As transformações sócio-produtivas iniciadas com a Revolução Verde¹, ao mesmo tempo em que promoveram a ampliação das fronteiras produtivas e o aumento de produtividades físicas nas

¹ Ficou conhecido como Revolução Verde o processo de alteração da matriz produtiva da agricultura iniciado pós II Guerra Mundial através da intensificação do uso de agrotóxicos, insumos industriais, sementes híbridas e máquinas agrícolas, com forte apoio governamental através de agências de pesquisa, extensão rural e políticas de crédito.

atividades agropecuárias, consolidaram dinâmicas de desenvolvimento que reduziram expressivamente a autonomia das unidades familiares de produção, tornando-as crescentemente dependentes de insumos, crédito e outros elementos externos à unidade de produção.

Como resultado desse processo, vantagens econômicas foram obtidas para alguns setores produtivos. Entretanto, acentuou-se a perda de controle, por parte dos agricultores familiares, dos elementos necessários à produção e sua reprodução. Contudo, esse alto grau de dependência não tem sido sinônimo do desaparecimento da agricultura familiar, como muito foi afirmado que aconteceria em decorrência do advento e consolidação da sociedade capitalista e com a crescente modernização por ela implantada.

Todavia, para perpetuarem-se os agricultores inseridos num modo de produção de base familiar têm realizado muitas adaptações e lançado mão de inúmeras e diversas estratégias. Desse processo resulta uma agricultura familiar cada vez mais versátil, dinâmica e diversa.

Esse diverso leque de estratégias utilizadas pela agricultura familiar, ora é composto por cartas que estão em suas mãos, ora se faz necessário buscá-las no baralho. Porém, cada vez mais se ensina que as boas cartas estão no baralho, e apenas no baralho.

Por muitas vezes, as estratégias tomadas pelos agricultores familiares foram pensadas sem sequer olhar as cartas que eles tinham nas mãos. Construídas nos marcos do poder público ou privado, cumprem com os interesses de quem às propõe, mas não consideram os interesses dos agricultores, sua dinâmica, sua realidade, suas especificidades.

Agricultura familiar, desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável e participação são noções que habitam vastamente programas, projetos e relatórios, como beneficiários, objetivo e método de suas ações, especialmente em regiões em que algumas inovações e avanços da sociedade ainda não se fazem tão presentes.

Nos últimos anos, instituições e organizações dos mais variados ramos, têm se reportado ao desenvolvimento sustentável. O caso da indústria madeireira não é diferente. Apoiada nas metas de seqüestro de carbono, empresas do ramo têm angariado apoio para ampliação de sua atividade, o que também acontece no Brasil, especialmente para plantios destinados à fabricação de celulose.

O Brasil em função de características edafoclimáticas específicas, de disponibilidade e preço acessível da terra e da força de trabalho, bem como pelo parque industrial constituído no ramo, tem conquistado

vantagens comparativas, despontando como o grande provedor mundial dessa matéria prima, notadamente de celulose de fibra curta.

Nesse cenário, o Rio Grande do Sul tem sido palco de um vultoso investimento da empresa Votorantin Celulose e Papel cujo objetivo é implantar uma base florestal de mais 100 mil hectares, dos quais 30% provenientes de terceiros, preferencialmente pequenos e médios agricultores, para alimentar uma unidade industrial capaz de processar 1,3 milhão de toneladas/ano de celulose.

O projeto conta com grande apoio do poder público, especialmente do governo estadual e dos governos municipais da área de abrangência do investimento da empresa. Isso se deve ao fato da mesma propor-se a trazer investimentos, empregos e impostos para a região, respeitando a natureza, integrando os pequenos agricultores e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Para viabilizar a aquisição desses 30% de matéria-prima fora das áreas de sua propriedade, a VCP, em parceria com o Banco Real e com a Emater criou o programa de fomento Poupança Florestal, cujo objetivo é propiciar uma alternativa de renda aos pequenos e médios agricultores da Metade Sul, através do financiamento do plantio e manejo de áreas de eucalipto e da garantia de compra da produção.

A metade sul do Rio Grande do Sul (ilustrada na Figura 1) compreende uma grande região do estado, composta por diferentes culturas e cadeias produtivas. Segundo dados do Ministério da Integração Nacional (MIN, 2009), a metade sul abrange uma área de 154.099 km², o equivalente a 54% da área total do estado e possui uma população de 2.503.758 habitantes, que distribuídos em 105 municípios (dos 497 do RS), representam 25% da população gaúcha.

A metade sul apresenta indicadores socioeconômicos inferiores em relação ao restante do RS. Segundo Brauch (2005), a renda per capita anual da população da metade sul é de R\$ 4.892,89 – enquanto a média estadual é de R\$ 7.001,10 – alcançando um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de R\$ 12,25 bilhões, o que corresponde a 18% do PIB do RS.

A Metade Sul do Rio Grande do Sul é uma dessas regiões em que o desenvolvimento ainda não aconteceu como esperado, mas também, é onde sempre se jogou muito pouco com as cartas que se tem a mão, ou melhor, muito poucos jogaram com as cartas de todo mundo.

Constituída sobre a criação de gado, a indústria do charque, o cultivo de arroz e uma diversificada produção colonial, a Metade Sul e também o município de Canguçu, gozou de momentos de muita pujança que não foi acompanhada de mesma distribuição de seus frutos.



Figura 1 – Localização dos municípios da metade sul do Rio Grande do Sul, com destaque ao município de Canguçu.

Fonte: Adaptado de Ministério da Integração Nacional (2009).

Canguçu surge, de um lado, pela distribuição de sesmarias a militares portugueses que implantam nessas grandes áreas a criação de gado, e por outro lado, da migração de colonos europeus, basicamente alemães, vindos de São Lourenço do Sul, que em suas áreas produziam grande diversidade de gêneros alimentícios e de trabalho e desenvolviam uma série de habilidades necessárias a vida na colônia.

A divisão do município em duas colonizações tão distintas tem motivação, em parte, no relevo do município. Nas regiões norte e oeste (divisa com Piratini e Encruzilhada do Sul) o município de Canguçu apresenta relevo majoritariamente plano com formação dominante de campos nativos, onde se encontram inúmeros pecuaristas familiares com diferentes graus e formas de inserção no mercado (COTRIM, 2003).

Já na sua porção mais a sul e sudeste (divisa com Pelotas e São Lourenço do Sul) predominam áreas fortemente onduladas onde a agricultura familiar desenvolveu-se vinculada à agroindústria, merecendo destaque, atualmente, produtos como leite, pêssego e, principalmente, fumo.

A fomicultura praticada em mais de sete mil unidades produtivas²

² Esta informação foi fornecida pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, em entrevista concedida, no âmbito da pesquisa de campo que acompanhou este trabalho.

se, por um lado, tem oferecido oportunidade de renda e emprego, por outro, tem intensificado o processo de concentração de renda e acentuado o processo de degradação social, humana e ambiental no município e na região, devido a estafante carga de trabalho³, ao endividamento recorrente e a dependência das famílias em relação às empresas e, aos seus impactos ambientais decorrentes do uso de insumos solúveis e agrotóxicos.

Paralelamente, as “lavouras de árvores” têm sido apresentada pela empresa e poderes públicos como uma atividade rentável, pouco exigente em força de trabalho e que contribui com o *desenvolvimento sustentável*. Esse juízo tem fortalecido a inserção do “reflorestamento”⁴, através do programa Poupança Florestal junto aos agricultores do extremo sul do estado, destacadamente no município de Canguçu.

Neste cenário, surgem os questionamentos que balizam este trabalho: quem são os integrados do Poupança Florestal? Em que medida e por que a agricultura familiar tem buscado o Poupança Florestal para ingressar na produção de eucalipto? Que modificações essa atividade acarretou nas unidades familiares de produção? A proposta da “lavoura de árvores” pode ser considerada uma alternativa ou é “mais do mesmo”?

A hipótese que orienta este estudo é que, pela natureza da relação estabelecida entre agricultor e indústria através do Poupança Florestal, ao invés de uma alternativa, tem-se “mais do mesmo”. Ou seja, uma (re)configuração dos processos de integração vertical e não uma iniciativa que contribua com a autonomia do agricultor familiar e com a construção do desenvolvimento sustentável.

O objetivo geral do estudo é discutir a inserção da proposta de “reflorestamento” do Poupança Florestal, a partir da sua capacidade de ser uma alternativa produtiva na busca de autonomia dos agricultores familiares.

³ Agostinetto et al. (2000) aponta jornadas médias de 15,6 horas/dia/pessoa durante o período de colheita.

⁴ Muitas críticas são feitas ao uso do termo *reflorestamento* por não se tratar de uma tentativa de restauração da diversidade antes existente no local, mas do plantio de uma seleção de espécies (quando não apenas uma), cujo critério de escolha é a melhor relação investimento/retorno econômico. Considera-se, portanto, um equívoco o uso do termo *reflorestamento* para designar esses plantios de árvores. Desta forma, no presente trabalho, buscar-se-á evitar o uso do termo *reflorestamento*, lançando-se mão do termo “lavoura de árvores” quando nos reportarmos às áreas em questão. Contudo, em função da aceitação que o termo alcançou e quando o termo *lavoura de árvores* não for adequado, se fará uso do termo *reflorestamento*, porém, escrito entre aspas: “reflorestamento”.

Complementarmente, têm-se como objetivos específicos:

- Caracterizar historicamente o município de Canguçu em sua constituição sócio-econômica e produtiva;
- Caracterizar o perfil dos agricultores integrados ao “reflorestamento” através do programa Pousança Florestal, no município de Canguçu, e, a reorganização produtiva da unidade familiar realizada para atender a atividade;
- Apontar quais motivações levaram os agricultores familiares de Canguçu a buscar o Pousança Florestal, bem como suas perspectivas em relação ao “reflorestamento”;
- Relacionar a proposta de “reflorestamento”, através do programa Pousança Florestal, à perspectiva de autonomia das famílias e a busca do desenvolvimento sustentável.

1.3 Orientações metodológicas

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa, baseada no uso de metodologias qualitativas e quantitativas, que tem como foco a investigação acerca da proposta de “reflorestamento”, levada a cabo pela Votorantim Celulose e Papel através do programa de fomento Pousança Florestal, em uma região determinada do estado Rio Grande do Sul (ver Figura 2), que apresenta grande importância no âmbito da agricultura familiar.

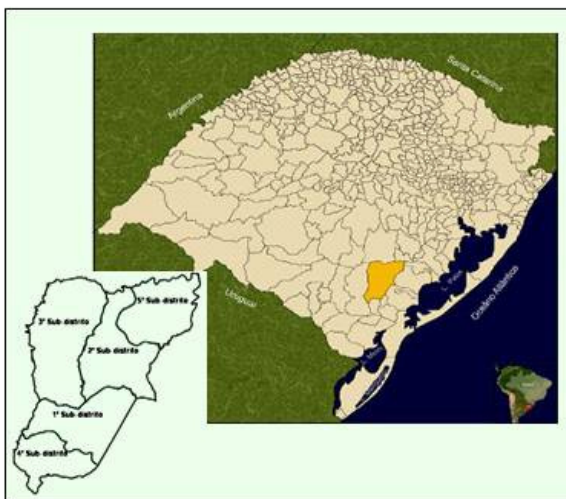


Figura 2 – Localização da área de estudo, com destaque aos sub-districtos do município de Canguçu.

A escolha de Canguçu como universo empírico da pesquisa deveu-se à combinação de três elementos. O primeiro, refere-se ao fato de Canguçu possuir, à época, 24 contratos do Poupança Florestal, sendo um dos municípios com maior número de projetos, atrás apenas de Piratini (83 projetos) e Pedro Osório (25 projetos); o segundo, faz referência a economia majoritariamente agropecuária e estruturada sobre grande número de unidades familiares de produção, que compõe a maioria dos 9.947 estabelecimentos agropecuários do município; e o terceiro, alude à histórica relação das explorações familiares do município com agroindústrias, através de diferentes formatos de fomento e integração vertical, desde acordos verbais de compra da produção de pêssego até os contratos da fumicultura.

Piratini foi a primeira opção de campo de pesquisa por concentrar, com larga vantagem, o maior número de contratos do Poupança Florestal. Todavia, falta a este município uma relação mais próxima com a agricultura familiar, elemento que julgamos primordial para a realização do estudo, tanto por serem o público prioritário do Poupança Florestal, quanto por ser essa a categoria que merece o esforço de pesquisa advindo de uma instituição pública, especialmente quando seu foco são os agroecossistemas.

Além disso, como o programa estava em fase de implantação, tinha-se a expectativa de que o número de contratos em Canguçu aumentasse consideravelmente, justamente em função do grande número de agricultores familiares e de sua “experiência” em aderir a relações de integração. Este fato não se confirmou, e passados dois anos (2007 a 2009), o município reúne 27 contratos, que estão distribuídos basicamente em dois distritos: 14 contratos no 1º distrito, 11 contratos no 3º distrito, restando 1 contrato no 2º distrito e 1 contrato no 5º distrito.

Para o estudo em questão optou-se pela realização de um estudo de caso. De acordo com Yin (2005) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que permite compreender fenômenos sociais complexos, como é o caso em questão. De acordo com o autor, o estudo de caso “utiliza uma teoria previamente desenvolvida como modelo com o qual se devem comparar os resultados empíricos do estudo” (YIN, 2005, p. 54). Ou seja, o investigador busca, a partir das informações que possui, relacionar a situação a uma teoria mais abrangente que já foi elaborada e conduziu a coleta e análise dos dados.

Esse desenvolvimento teórico se dá, geralmente, a partir da formulação de hipóteses e objetivos. Para uma clara definição do estudo de caso como estratégia de pesquisa Schramm (1971, apud YIN, 2005,

p. 31) coloca que “a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”.

A realização de estudos de caso prescinde a necessária atenção acerca da validação interna e externa dos meios de coleta de dados, motivo pelo qual fomos levados a uma pesquisa que mescla métodos qualitativos e quantitativos visando atender tanto a quesitos de particularidade e especificidades do objeto, bem como quanto às possibilidades de generalizações sobre o objeto.

Nesse sentido, utiliza-se um conjunto de passos metodológicos e técnicas que permitem o levantamento não apenas de dados e fatos contemporâneos. Para compreender um processo em curso é igualmente importante e esclarecedor tomar-se em conta os processos históricos que envolvem a situação problema.

Na realização de um estudo de caso, especial atenção deve ser dedicada à coleta de evidências e vários instrumentos podem ser utilizados, assim como múltiplas fontes podem ser consultadas. Visando construir instrumentos adequados e identificar fontes que permitam alcançar os objetivos da pesquisa, realizar incursões preliminares ao universo em estudo é uma tática usual e eficiente que auxilia na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Nesta fase exploratória fez-se contatos com o escritório regional da Emater, ao que fomos atenciosamente recebidos pelo responsável regional do Poupança Florestal pela Emater, que forneceu-nos o número de contratos firmados na região, por município, e o contato dos técnicos responsáveis por assistir os integrados ao Poupança Florestal em Canguçu, também muito solícitos em atender nossos questionamentos.

Ainda nesta fase, participou-se de um dia de campo promovido pela VCP e Emater na propriedade de um dos seus integrados, onde se pôde visualizar o cultivo, as proposições da empresa e manter um primeiro contato com agricultores de toda região. Alguns desses com cultivos implantados e outros participando do dia de campo na busca de informações, e de dois seminários, um realizado pela VCP e um realizado pela Associação dos Docentes da UFPel (ADUFPel).

Fato importante nesse período ocorreu durante realização da pesquisa de campo sobre o Banco da Terra em Canguçu realizada pelo grupo de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável, do qual este autor faz parte, e que resultou na dissertação de mestrado da estudante

do Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – PPGSPAF, Fernanda Novo da Silva⁵. Por ocasião da entrevista e aplicação de questionário sobre o Banco da Terra com um agricultor cuja propriedade adquirida pelo programa tornou-se vizinha, em função do arrendamento das propriedades vizinhas, aos empreendimentos da empresa Tanagro⁶, foi-nos relatada a experiência de conviver há anos com o cultivo de acácia em seu entorno.

Esse agricultor reside no 5º distrito de Canguçu, próximo de Encruzilhada do Sul, e seu depoimento foi de muita valia para despertar a atenção para uma questão que recebe pouca reflexão quando se fala de grandes empreendimentos florestais: trata-se do isolamento social a que agricultores podem ser submetidos. O agricultor em questão relatou essa situação informando que não possuía mais vizinhos, haja vista, que todos ao seu redor arrendaram suas terras para a empresa, motivo pelo qual sua vida social resume-se ao convívio com a família (mulher e filho). Questionado sobre o desenvolvimento oriundo dessa atividade o agricultor, mostrando-se surpreso à questão, respondeu:

Que desenvolvimento? Eu vivo na sombra. Agora que cortaram as árvores lindeiras que pega sol na casa, mas antes, nem sol na minha casa pegava, no inverno era uma desgraça. Os empregados eles trazem de Encruzilhada, meu filho não trabalha pra eles. A terra ... olha ali como fica... o que eles vão poder plantar quando voltarem [referindo-se aos proprietários]? O que eles conseguiram foi subir o preço da terra e do arrendamento, hoje se tu quiser arrendar um cantinho não consegue, todo mundo já arrendou ou quer arrendar pra eles, e se arrendam, querem um preço muito alto. Eu mesmo só não vendo aqui e vou embora porque não posso, a terra é do Banco da Terra.

Essa aproximação ao universo em estudo foi de grande valia para definição da unidade de análise da pesquisa, para delimitação dos campos de pesquisa na bibliografia e para elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

⁵ SILVA, Fernanda Novo da. Agricultura familiar e políticas públicas: estudo sobre o Banco da Terra no município de Canguçu, RS. 2009, 169 p. Dissertação. PPGSPAF/Universidade Federal de Pelotas.

⁶ Tanagro e Tanac são empresas do setor florestal com atuação na região. Possuem plantios de acácia, em áreas prioritariamente arrendadas, nos municípios de Encruzilhada do Sul e Piratini, e em menor escala em outros. Canguçu faz divisa com ambos os municípios e também possui áreas das empresas.

Tomou-se como unidade de análise a *família* envolvida com a proposta de “reflorestamento” da VCP, por entender-se que a opção pelo processo de integração é um fenômeno complexo, mediado pelas relações da família com o poder público (nesse caso, especialmente, a Emater), com a empresa, com a comunidade, entre outros.

A família, nesse caso, entendida como um grupo de pessoas que compartilham não apenas laços de parentesco e consangüinidade, mas valores, crenças e concepções de mundo (ALMEIDA, 1986), dialogados em seu interior e mediados pela sociedade.

Aliada a essa preocupação soma-se a cautela com a percepção da dimensão histórica em que se envolve a situação problema. Além dos fatos contemporâneos é importante a busca de informações de cunho histórico porque estes possibilitam, muitas vezes, a compreensão de fatos, fenômenos e, principalmente, opiniões e comportamentos sob outra perspectiva.

Com base nos dados fornecidos pela Emater elaborou-se uma planilha *Excel* com nome do contratante, localidade da propriedade, tamanho da propriedade e da área reflorestada.

Utilizando-se a técnica de entrevista, foram aplicados 10 questionários⁷ que forneceram subsídios para a elaboração de um banco de dados preliminar em planilha *Excel*, e posterior construção de um banco de dados formato SPSS (*Statistical Package Social Science*) com informações sobre o histórico da unidade produtiva (desde quando a possuem, área, forma de aquisição, etc), sobre a unidade doméstica (membros, escolaridade, idade, sexo, etc), sobre os processos produtivos (uso da área, culturas, alocação do trabalho, autoconsumo, etc) e sobre o ambiente social, econômico e institucional (organizações das quais participam, tipos de mercados, vínculos com cooperativas, sistemas de créditos, ATER, etc) em período anterior a implantação do reflorestamento e período atual.

A restrição de tempo e recursos limitou o número de entrevistas realizadas. Nesse contexto buscou-se manter uma proporção entre agricultores e empresários, ao que realizou-se seis entrevistas com agricultores (de um total de 17) e quatro com empresários (de um total de 10). Apesar do número reduzido de entrevistas acredita-se ter alcançado respostas às questões formuladas no estudo.

No que tange a realização da entrevista e ao fornecimento das informações, não encontrou-se dificuldade. Imediatamente ao nos identificarmos como estudantes universitários todos colocaram-se à

⁷ O questionário utilizado na pesquisa encontra-se no Apêndice A.

disposição para conversar sobre o programa. Repetidamente foi colocado que “manter a propriedade aberta” era uma condição acordada com a empresa, entretanto, o uso do gravador inibia visivelmente as respostas, no que se optou por incorporar as questões da entrevista no questionário e não fazer uso do gravador.

Além dos integrados, também foram entrevistados representantes do STR e da Emater. Com relação a VCP, a mesma foi procurada no início da pesquisa visando o acesso à relação de integrados ao Poupança Florestal, ao que a mesma respondeu que esses dados poderiam ser obtidos na Emater, e assim foi feito.

Depois, por ocasião das entrevistas, retomou-se o contato com a empresa. Depois de alguns contatos telefônicos foi enviado para o Coordenador do Poupança Florestal, por correio eletrônico, um resumo do projeto de pesquisa visando apontar à empresa os objetivos da pesquisa, ao que a resposta foi:

Estimado, este trabalho já foi realizado por especialistas. É um engano pensar que não tem a opinião dos produtores. O Grupo Etho's de responsabilidade social apresentou um trabalho em Ghana na África há dois anos atrás e este ano fomos convidados a participar de um Congresso Mundial na Índia, onde foram apresentados os trabalhos. Também fomos considerados entre os 50 melhores projetos de inclusão Social do mundo pelo PNUD⁸.

Ainda tentou-se argumentar, mas foi em vão.

O representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Canguçu e um dos técnicos da EMATER - RS que prestam assistência técnica aos integrados forneceram importantes informações sobre a história do município, as atividades dos agricultores, a chegada e a implantação da proposta do Poupança Florestal no município, bem como sobre a avaliação em relação a esse processo.

Além das entrevistas, fez-se uso do diário de campo, visando através da observação, captar maior número de elementos do universo em estudo. Compõem o diário de campo notas sobre a aplicação dos questionários e entrevistas, a descrição do entorno da propriedade, descrição da propriedade e fotografias.

Fez-se também uso de dados de fontes secundárias e da literatura disponível. Visando organizar o levantamento de dados dividiu-se a

⁸ A mensagem trata-se da íntegra da resposta eletrônica enviada pelo Coordenador do Poupança Florestal, Mauro Riani Fernandes, em 28/11/2008.

busca em dois blocos, à saber: Caracterização do universo da pesquisa, arcabouço teórico sobre agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável e dados a questão florestal.

Foram esses os instrumentos utilizados na realização da pesquisa.

Para além deste capítulo introdutório, que cumpre com o propósito de situar os elementos estruturantes que conduziram o presente trabalho de pesquisa, a dissertação subdivide-se em cinco outros capítulos.

No segundo capítulo, aborda-se o referencial teórico, centrado na agricultura familiar e na importância de sua relativa autonomia em relação ao mercado, nos limites e alcances da noção de desenvolvimento sustentável.

No capítulo 3, apresenta-se o universo analítico da pesquisa, fornecendo informações sobre a formação histórica do município, composição demográfica, localização e formação geográfica, principais atividades produtivas.

O capítulo 4 aborda a proposta de “reflorestamento”, parte-se de dados mundiais sobre o setor madeireiro, aborda-se o cenário nacional e respectiva inserção do RS, para então chegar ao projeto Losango implementado na Metade Sul pela VCP e à proposta de integração via Pousança Florestal. No ensejo apresentam-se brevemente duas experiências de relação da agricultura familiar com o “reflorestamento”.

No capítulo 5 são apresentadas, analisadas e discutidas as informações provenientes da pesquisa de campo, obtidas em resposta às questões formuladas no questionário e entrevistas. Esses dados são confrontados com a observação do diário de campo e debatidos à luz das referências bibliográficas visando responder aos objetivos da pesquisa.

Por fim, no capítulo 6 faz-se uma síntese do trabalho, apresentam-se os principais resultados e as considerações finais. Apontam-se também sugestões de futuras investigações que podem complementar o presente estudo.

2. Marco Teórico

Neste capítulo, abordar-se-á o referencial teórico que sustenta a presente pesquisa, o qual se encontra centrado na relativa autonomia dos agricultores familiares em relação ao mercado e nos alcances e os limites da noção de desenvolvimento sustentável. Ainda insere-se neste contexto a breve apresentação de duas experiências de relação da agricultura familiar com o “reflorestamento”.

2.1 Agricultura Familiar: uma categoria em permanente (re)construção

O debate sobre a importância, o papel e o destino do campesinato inicia-se no final do século XIX sob o protagonismo e influência de duas grandes correntes, ambas constituídas na reflexão sobre a Rússia pré e pós Revolução Bolchevique, em 1917.

A primeira formada sob a influência dos populistas russos, que tinham em Alexander Chayanov um de seus principais autores, desenvolveu estudos sobre a organização da produção camponesa, valorizando as qualidades do modo de vida e da economia camponesa e defendendo a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

A segunda conhecida como sendo a corrente dos marxistas ortodoxos, tinha em Lênin e Karl Kautsky duas grandes referências, e enfatizava sua análise nas mudanças desencadeadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis conseqüências de desagrarização e descampesinização.

Nos anos 1960 e 1970, esse debate ganha novo impulso. Em todo mundo esse é um período de grande agitação política em função da Revolução Cubana e da afirmação da Revolução Chinesa. Por outro lado, é também um período em que se instauraram ditaduras militares em vários países, especialmente na América Latina, inclusive no Brasil.

A militância revolucionária em alguns países e a luta contra as ditaduras militares em outros colocaram novamente em pauta o papel desempenhado pelo campesinato nessas lutas, bem como seu futuro na sociedade capitalista. Sob forte influência do Partido Comunista Russo, a tese de fim da agricultura camponesa no capitalismo e de seu trabalho contra-revolucionário foi dominante neste período da história.

Hoje, em que pese à redução na participação percentual do campesinato na população e na produção e rendas agrícolas, fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato tem provado ser mais fortes do que muitos pensavam.

Segundo Shanin (2008), existem hoje dois processos em curso: um diz respeito ao fenômeno da criação do campesinato, que acontece em muitos países, inclusive no Brasil, através da ação do Estado que realiza o assentamento de famílias sem terras. O outro refere-se ao fenômeno do retorno de jovens e aposentados para zona rural, seja em virtude das dificuldades da vida na cidade, seja em busca de mais segurança e tranquilidade.

O segundo processo diz respeito a resiliência, a flexibilidade e a adaptação do campesinato às mudanças. Segundo Shanin,

outra importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também a uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida (2008, p. 25).

A especificidade camponesa, segundo Shanin (1980 apud MARQUES, 2008, p. 51) é o resultado da interdependência e combinação variável entre quatro características encontradas em diferentes contextos histórico-geográficos mundiais, contudo, não se reduz a nenhuma delas: o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. Porém, o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção rural familiar, ou seja,

[campesinato] corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN, 2008, p. 34).

Nesse sentido, é plenamente aceitável pensar-se em *campesinatos*, cuja diversidade é uma variável dependente de processos históricos distintos e complexos, a partir dos quais cada grupo local determina sua própria maneira de se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias formas de

capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas (MARQUES, 2008, p. 70).

Da mesma forma, o capitalismo também possui diversas facetas, resultantes das diferentes condições e contradições que encontra em seu curso histórico. O processo de reprodução do capitalismo é o resultado de processos sociais que envolvem a criação, transformação e reprodução de formas de produção capitalistas e não-capitalistas, a depender das condições estruturais e do nível de disputa política de cada local, em cada momento.

Marques (2008, p. 71) afirma que, para reprodução do capitalismo, o Estado e algumas instituições internacionais, desempenham um papel-chave. A autora, apoiada no estudo de Harvey (2004) atenta que o patenteamento e licenciamento de material genético, a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos, a mercadificação por atacado da natureza através da privatização de bens coletivos ou públicos, em geral, administrados pelo Estado como a água, a terra, as florestas, ou seja, mecanismos de acumulação por espoliação que tem efeito direto sobre a organização da vida e da produção no campo.

2.2 Mercantilização e autonomia: um jogo jogado

A diversidade de situações encontradas no seio da agricultura familiar refletem os diferentes graus de especialização do trabalho no interior das unidades produtivas, de integração com os complexos agroindustriais e de manutenção da produção para o autoconsumo. Como afirma Abramovay (1992), a agricultura familiar tenderá a se distinguir do campesinato tanto mais quanto maior for sua interação com o ambiente social e econômico onde imperar a impessoalidade das relações mercantis.

Além do grau de relação e inserção no mercado, também os diferentes graus de participação em redes sociais diversas, de organização coletiva e capacidade de reivindicação, são elementos diferenciadores dos diferentes tipos de agricultura familiar.

A modernização implicou em aumentos de escala de produção com importante redução na absorção de trabalho agrícola, o que foi possível graças à introdução de tecnologias dirigidas a uma intensificação produtiva, em detrimento de formas de incremento da produção atreladas à intensificação do trabalho. Como resultado e pré-requisito dessa intensificação produtiva, baseada na incorporação de novas tecnologias, está um *“abrupto e multifacetado processo de mercantilização”* (PLOEG, 2006, p. 16; destaque no original).

Para Ploeg (1992), o mercado é a principal estrutura social a condicionar as relações sociais entre agricultores e meios de produção, mediando-as pela forma social da mercadoria. Unidades em que a base endógena, controlada pelas unidades produtivas é baixa, ocorre um elevado grau de dependência dos mercados, tanto para aquisição dos meios de produção, quanto para comercialização da produção, caracterizando o que o autor denomina “reprodução dependente”.

Essas possibilidades se estendem também para a agricultura familiar, pois em seu interior co-habitam formas camponesas e formas empresariais de fazer agricultura, cuja distinção entre si, reside nas “diferentes formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas” (PLOEG, 2006, p. 14) e não nas relações de propriedade,

Analicamente, as diferenças entre os modos de produção residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola (PLOEG, 2006).

Segundo Schneider e Niederle (2008), o proposto por Van Der Ploeg é uma ferramenta analítica para compreensão de distintas lógicas de organização do processo de trabalho agrícola. Ao mesmo tempo em que, de um lado, existem agricultores familiares que possuem uma forma de “reprodução relativamente autônoma”, onde a força de trabalho, os objetos e os meios necessários para cada ciclo de produção são resultados do ciclo precedente (“forma camponesa” de agricultura familiar), de outro lado, existe um grupo caracterizado pela “reprodução dependente do mercado”, onde os fatores de produção são mobilizados como mercadorias (“forma empresarial” de agricultura familiar)⁹.

Segundo Ploeg (2006), enquanto a “forma familiar empresarial” de agricultura opera conforme uma “produção simples de mercadorias”, a “forma camponesa” representa uma “pequena produção de mercadorias”. Na Tabela 1, apresenta-se o resumo das principais características das quatro distintas formas sociais de produção diferenciadas pelo autor.

O autor analisa cada forma de produção a partir de três elementos que compõe o processo de produção: força de trabalho, origem dos recursos (meios de produção) e destino do resultado da produção. Cada

⁹ Segundo Schneider e Niederle (2008, p. 46), essa perspectiva possibilita superar a oposição clássica entre agricultura familiar e campesinato, dando substância analítica para estudar estas categorias sociais.

elemento pode entrar no processo como mercadoria (+) ou como não-mercadoria (-).

Tabela 1 – Diferentes formas de produção mercantil.

Forma de reprodução de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	Auto-abastecimento	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Fonte: Ploeg (2006, p. 18)

Como se vê, a diferença fundamental reside nas diferentes relações estabelecidas com o mercado. Ao passo que as formas de produção Doméstica (PD) e Capitalista (PCM) refletem os extremos em relação à dependência ao mercado, a Pequena Produção Mercantil (PPM) e a Produção Simples de Mercadorias (PSM), configuram formas intermediárias de relação e dependência, resultado de diferentes arranjos produtivas e sociais.

Na PPM, somente o resultado da produção é, pelo menos em parte, comercializado e, conseqüentemente, sendo visto com um conjunto de mercadorias. Porém, a força de trabalho e os demais recursos necessários à produção não entram no processo de trabalho como mercadorias, são oriundos de ciclos produtivos anteriores.

Já na PSM, apenas a força de trabalho não é mercantilizada. O destino da produção é o mercado e todos os meios de produção necessários são buscados no mercado e incorporados ao processo de trabalho, enquanto mercadorias.

Os agricultores familiares integrados aos diferentes complexos agroindustriais de *commodities* são exemplos de agricultores que têm sua forma de produção “dependente do mercado”. O mercado de *commodities* impõe ao agricultor um padrão de relação produtiva e social focada na especialização, produtividade, eficiência produtiva, menor custo, introduzindo não apenas técnicas e tecnologias, mas também alterando a lógica – a forma do agricultor pensar sua atividade produtiva, fazendo com que a profissionalização e a “linguagem do contrato” assumam maior importância, “despersonalizando

crecientemente as relações sociais”. (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2008, p. 48).

De outro lado, encontra-se uma forma de produção centrada na busca da autonomia dos agricultores e controle, por parte destes, do processo de produção, a que Ploeg (2006) chama de modo de produção camponês, ou, “condição camponesa”.

O elemento central da condição camponesa é a luta pela autonomia, materializada no processo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada (terra, natureza, conhecimento local, redes sociais), que se inserem no campo da co-produção, definida, por Ploeg, como

o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na co-produção e através dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente: o modo de produção camponês (2006, p. 22).

O modo de produção camponês dispõe de uma base de recursos, como um todo, limitada¹⁰. Uma expansão dessa base de recursos depende dos ciclos anteriores de produção e da riqueza neles produzida. Expandir seus recursos via dependência do mercado, vai contra a lógica da autonomia¹¹.

Uma segunda característica importante diz respeito à composição quantitativa da base de recursos. A força de trabalho será relativamente abundante, enquanto que a terra e ou outros meios de produção tenderão a ser mais escassos.

A terceira característica fundamental refere-se à natureza das inter-relações existentes entre a base de recursos. Não há separação/oposição em capital *versus* trabalho, ou trabalho intelectual *versus* trabalho manual, os recursos sociais e materiais são possuídos e controlados pelos envolvidos no trabalho, compondo uma unidade

¹⁰ Ploeg (2006) aponta que isso se deve não apenas às suas origens (em geral, desde a formação das unidades familiares, suas propriedades, por exemplo, eram pequenas), mas também a reprodução das famílias, que vêm, ano a ano, suas posses se dividirem e se reduzirem. A formação da agricultura familiar de Canguçu é um exemplo desse caso.

¹¹ A busca por fatores utilizados na produção no mercado pode ser vislumbrada através do número de agricultores integrados nas cadeias do fumo, leite, aves e suínos. Esses agricultores vêm na integração o caminho para acessarem crédito, construir estruturas de processamento, adquirir máquinas, além de garantirem a comercialização de sua produção.

orgânica, que “faz com que os recursos materiais não entrem no processo de produção como capital. São – e continuam sendo – objetos e instrumentos de trabalho” (PLOEG, 2006, p. 24).

A quarta característica é a centralidade assumida pelo trabalho, tanto quantitativa quanto qualitativamente. A qualificação do trabalho é uma preocupação e as inovações tecnológicas devem adaptar-se aos agricultores, deixando de ser tratadas como verdades universais.

A quinta característica faz menção à especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e o mercado. Como pode ser observado na Figura 3, o modo de produção camponês é estruturado visando garantir uma reprodução relativamente autônoma, sendo cada ciclo produtivo realizado com recursos produzidos nos ciclos anteriores. Por esse motivo, apenas parte da produção é destinada ao mercado, sendo a outra parte reservada à manutenção da família e da unidade produtiva e à efetivação do próximo ciclo produtivo. Assim, “[os recursos] entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção” (PLOEG, 2006, p. 25).

Já na reprodução dependente do mercado, conforme Figura 4, os fatores de produção são adquiridos no mercado (como mercadorias) e o resultado do processo de produção é todo ele levado ao mercado, como mercadoria para ser comercializada¹². O resultado obtido através da comercialização do produto deste ciclo produtivo, além da manutenção da família, deverá providir novos fatores de produção para o próximo ciclo produtivo. A vulnerabilidade deste tipo de reprodução, especialmente na agricultura, é muito grande, uma queda no preço do produto ou uma intempérie podem comprometer não apenas o próximo ciclo produtivo como a própria manutenção da família.

O modo de produção camponês busca internalizar fatores de produção e afastar-se do mercado de insumos e meios de produção, como passo importante na busca da autonomia. Ao passo que busca o afastamento do mercado de insumos, procura proximidade com outros tipos de mercado, como o consumidor de seus produtos e mesmo o mercado de trabalho para uma eventual venda da força de trabalho que não esteja ocupada na unidade produtiva. Esse processo pode ser visualizado na produção orgânica, na agroindustrialização familiar e em alguns tipos de pluriatividade.

¹² Isso no plano teórico, pois na realidade isso dificilmente ocorre na agricultura familiar.

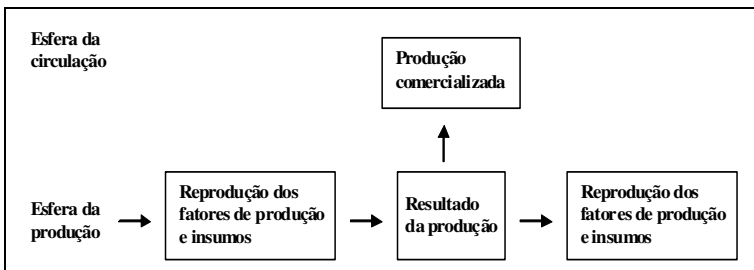


Figura 3 – Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida
Fonte: Ploeg (2006, p. 25).

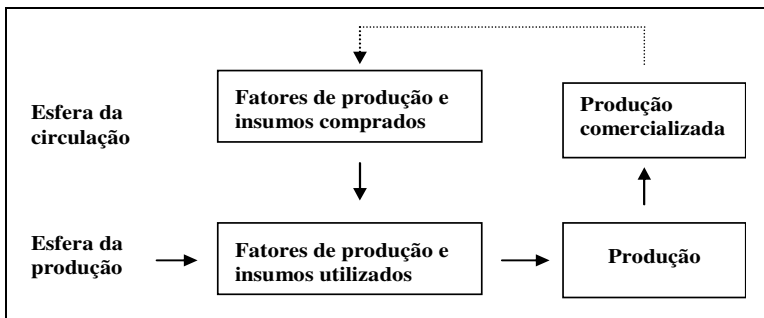


Figura 4 – Esquema de reprodução dependente do mercado
Fonte: Ploeg (2006, p. 25).

Niederle (2007) aponta o trabalho de Frank Ellis, para quem os camponeses são “integrados parcialmente a mercados incompletos”, como outra importante contribuição sobre a relação do modo de produção camponês com o mercado. Corroborando o trabalho que vimos referindo (PLOEG, 2006), Niederle (2007) atenta para a inserção parcial dos camponeses nos mercados. Todavia, ele é reticente com a noção de “mercados incompletos”, pois essa conceituação abre margem para a compreensão da existência de mercados completos (ou perfeitos), o que não parece não ser possível mesmo em sociedades capitalistas avançadas.

Além disso, não se pode esquecer que não raro encontram-se mecanismos de contraposição à mercantilização como é o caso, por exemplo, do sentido e significado atribuídos à terra e ao trabalho. A terra, além de um meio de produção e uma mercadoria é a expressão de uma moralidade vinculada ao repertório cultural das famílias e da comunidade local (espaço de vida, convívio e história), assim como o

trabalho é um valor ético (também moral e socialmente construído), ambos associados a um “ethos camponês” (TEDESCO, 1999).

A sexta, e “provavelmente decisiva característica” (PLOEG, 2006, p. 26), é que o modo de produção camponês busca a criação de valor agregado e empregos produtivos. O crescimento no modo de produção camponês se dá através do trabalho e impulsionado por este. Enquanto no modo de produção capitalista¹³ o crescimento pode se dar pela incorporação tecnológica (máquinas, por exemplo), que tem como efeito a redução na exigência da força de trabalho necessária. No modo de produção camponês, pela restrição de acesso a esses fatores de produção, o crescimento geralmente envolve um incremento no trabalho.

E por conta da crise e das dificuldades por que passam os agricultores de todo mundo e dessa capacidade da agricultura camponesa de ser uma indutora do desenvolvimento endógeno, ocorre, em especial na Europa, um processo de *recampesinização*, definido por Ploeg (2006) como

um processo através do qual a autonomia é novamente criada, uma autonomia que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia (2006, p. 44).

O mesmo autor lembra, todavia, que também está em curso o processo inverso, de descampesinização. Contudo, o fenômeno da recampesinização torna-se especialmente importante por estar ocorrendo na agricultura dos países desenvolvidos¹⁴, que já esteve altamente inserida nos mercados, especializando-se, modernizando-se, e agora se volta a um estilo de agricultura que se julgava já suplantado.

Esse processo de recampesinização surge a partir de uma série de alternativas levadas à frente pelos agricultores com vistas a diversificar suas atividades e sair dos grandes circuitos de comercialização de

¹³ O modo empresarial é caracterizado por: 1) uma reorganização da divisão espacial do trabalho, onde, especialmente as tarefas que demandam mais trabalho são externalizadas; 2) os principais recursos dos produtores vizinhos são apropriados e concentrados em unidades maiores; 3) a necessária incorporação de novas tecnologias que permitam um crescimento brusco da escala de produção; 4) uma integração completa ao mercado, o que exige mercados protegidos (segurança, a longo prazo, no que se refere a preços e custos de produção); e, 5) forte e constante intervenção estatal na agricultura, mantendo a estabilidade dos preços (PLOEG, 2006, p. 35-36).

¹⁴ Essa afirmação é bastante polêmica.

produtos agrícolas, crescentemente controlados por grandes corporações multinacionais.

Alguns exemplos – com base nas alternativas citadas por Ploeg (2006) – de iniciativas são a oferta de novos produtos e serviços em circuitos mercantis alternativos, através da formação de cooperativas e redes de consumidores, feiras para venda direta, programação de visitas e venda direta na propriedade; o distanciamento dos mercados de insumos e a (re)conexão da agricultura com a natureza, a exemplo das múltiplas experiências no âmbito da produção orgânica; da pluriatividade e da cooperação local.

Juntas a adoção dessas alternativas operam mudanças qualitativas na produção agrícola que tem como resultado o fortalecimento da autonomia, o que não pode ser confundido com uma volta ao passado ou um empecilho ao desenvolvimento, muito pelo contrário.

Compondo esse debate, cada vez mais se têm discutido a importância e os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Esse também é o objetivo do sub-capítulo seguinte que busca aproximar a temática à questão do “reflorestamento”.

2.3 O desenvolvimento sustentável, territorial, endógeno: possibilidades e limites

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e comportamento. (ESTEVA, 2000, p. 61)

O adjetivo *sustentável* é obrigatório em qualquer discussão sobre desenvolvimento, nos dias atuais. Entretanto, o entendimento quanto a seu significado e implicações é, em mesma medida, bastante polêmico.

A partir da década de 1970, o discurso ambiental toma força, impulsionado pela visível degradação e poluição, derivadas das atividades humanas realizadas tanto no campo, quanto na cidade. Os questionamentos feitos pelos movimentos ambientalistas levam a realização de estudos que culminam na realização da *Conferência de*

Estocolmo onde é divulgado o estudo *Limites do crescimento*¹⁵, que apontava um colapso do sistema econômico em, no máximo, cem anos, caso se mantivessem os níveis de produção e consumo e, principalmente, se os países “subdesenvolvidos” atingissem o mesmo grau de consumo dos países “desenvolvidos” (BRÜSEKE, 2001). A proposição do estudo, frente a essa constatação ficou conhecida como a *Tese do Crescimento Zero*¹⁶.

Em 1986, a noção de *desenvolvimento sustentável* se torna mundialmente conhecida a partir do *Relatório Brundtland*¹⁷ (1986). É deste documento a célebre formulação que afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas necessidades. O *Relatório Brundtland* não mantém a orientação de *crescimento zero*. Ao contrário, defende a necessidade do crescimento econômico como a forma de diminuir os impactos ambientais, haja vista que, no *Relatório*, a pobreza é apontada como a grande responsável pela degradação ambiental.

A própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em número cada vez maior para cidades já congestionadas (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1986 apud MATIAS, 2007, p. 17).

Ao responsabilizar os pobres pela degradação ambiental, além de naturalizar a pobreza, abrem-se as portas para políticas desenvolvimentistas baseadas na modernização e na tecnologia como caminho para o desenvolvimento e conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável. Isso é perceptível quando a orientação para países pobres é o desenvolvimento à base de tecnologias menos agressivas e, aos países ricos, que busquem taxas de produção/consumo/poluição menos impactantes. Ou seja, na prática, não

¹⁵ O estudo foi realizado por um grupo de pesquisadores que ficou conhecido como o *Clube de Roma*. Esse grupo era coordenado por Dennis L. Meadows e por isso o documento também é conhecido como *Relatório Meadows*.

¹⁶ Segundo Brüseke (2001), “a tese do crescimento zero significava um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial” (2001, p.30). Isso se faria necessário devido a real limitação dos recursos.

¹⁷ O *Relatório Brundtland* foi um estudo realizado por uma comissão presidida por Gro. Harlem Brundtland.

se questiona a essência do modo de produção e reduz-se o debate ambiental a uma questão tecnológica.

Matias (2007, p. 19) sintetiza a crítica de Martínez Alier¹⁸ sobre o *Relatório Brundtland* como sendo “justamente o fato deste apontar a pobreza, não a riqueza – na sua forma histórica baseada na acumulação de capital – como determinante da degradação ambiental”. O autor completa o raciocínio apontando que o desmatamento, a desertificação, o aquecimento global, são considerados externos ao processo produtivo. Não são relacionados às contradições do modo de produção e de que, portanto, antes de limites naturais, estamos frente a contradições sociais, e, “assim, apreender as *relações sociais* no interior do *processo de produção* capitalista é fundamental para tentar ir além da procura por soluções paliativas, as quais não alteram a estrutura desse sistema” (MATIAS, 2007, p. 24-25).

Para Matias (2007), atentar para os problemas ambientais imediatos é fundamental. Porém, a poluição, a depredação dos recursos, e mesmo a exclusão e a pobreza, são resultado das contradições inerentes ao sistema produtivo que visa o lucro e não a satisfação das necessidades humanas. Ações paliativas e de curto prazo são necessárias e importantes, mas é preciso avançar à crítica às relações determinantes do modo de produção capitalista, caso queira-se realizar um enfrentamento realmente contundente.

Como se vê, a partir da delimitação de alcançar o *desenvolvimento sustentável* sem impor limites claros aos países ricos, e, colocando aos pobres a meta de alcançá-los (nesse ponto é o desenvolvimento econômico que domina o debate), o *Relatório Brundtland* receita “mais do mesmo”. Com essa posição, prepara-se o terreno para novas “mercadorias” ingressarem no jogo do mercado.

Em 1992, no Rio de Janeiro, com mais de 35 mil pessoas e 106 chefes de governos presentes, foi realizada a ECO92, *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Segundo o *Relatório do Worldwatch Institute* (1993),

apesar do interesse mundial mais intensivo pelo futuro do planeta, a conferência da ONU não correspondeu nem às esperanças e nem às expectativas com ela ligadas. Muitos

¹⁸ Joan Martínez Alier é professor de Economia e História Econômica do Departamento de Economia da Universidade Autônoma de Barcelona. É membro do Comitê Científico da Agência Européia de Meio ambiente, presidente da Sociedade Internacional de Economia Ecológica e diretor da revista *Ecología Política*. Autor de vários livros, com destaque para *La ecología e la economía* que se tornou um clássico da crítica ecológica contra a ciência econômica.

problemas surgiram em consequência da pressão da delegação dos Estados Unidos em favor da eliminação das metas e dos cronogramas para a limitação da emissão de CO₂ do acordo sobre o clima; assim este foi degradado para uma declaração de boas intenções (WORLDWATCH INSTITUTE, 1993 apud BRÛSEKE, 2001, p. 34).

O “resultado” da ECO92, ao invés de um programa com metas reais, reduziu-se a uma carta de intenções – a Agenda 21 – que deveria ser seguida para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, foi realizada a *Convenção de Mudanças Climáticas* (1997) quando foi assinado o *Protocolo de Kyoto*, que fixou metas para redução da emissão de CO₂. Porém, em 2001, na *Conferência de Haia*, os Estados Unidos se negaram a assinar o tratado alegando que isso comprometeria suas metas de crescimento econômico. Também em 2001, na *Conferência de Marrakesh*, estabeleceram-se *Certificados de Redução de Emissão* (consultar Box 1). Com isso, países que poluísem menos do que sua cota, poderiam transferir essa sobra a outro, ou seja, ao invés de um mecanismo eficiente de redução de emissão de gases nocivos, estabeleceu-se um novo “nicho” de mercado.

Nesse sentido, projetos que fomentam o sequestro de carbono tem tido grande apoio, e, dentre esses, o reflorestamento, que é um imenso complexo industrial e comercial voltado à produção de madeira e celulose e tinha sua imagem associada à poluição das fábricas e a homogeneização de paisagens, insere-se no *mercado de cotas de carbono* (CO₂) como uma das atividades que contribuem com o combate ao aquecimento global, adquirindo assim a condição de atividade produtiva que soma à construção do *desenvolvimento sustentável*.

A noção de “desenvolvimento sustentável” foi construída ao longo desses anos agrupando idéias e motivações com forte viés de contestação aos impactos, principalmente ambientais, que o crescimento econômico tem causado. Ao mesmo tempo, essa contestação não é realizada frente aos pilares organizativos da sociedade capitalista, não vislumbra a causa da “crise ambiental” nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, como desdobramento inevitável e constituinte das relações homem/homem e homem/natureza no modo capitalista de produção.

Ao buscar a compreensão da sociedade nos resultados aparentes – e não nas características próprias desse momento histórico –

tem-se atribuído ao desenvolvimento das capacidades produtivas da sociedade as causas da exclusão e da degradação ambiental, concluindo que existe uma oposição entre o homem e a natureza, visto que é a existência humana que tem gerado os impactos ambientais que podem, no limite, levar a destruição do planeta.

BOX 1 – Protocolo de Kyoto e os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

O Protocolo de Kyoto entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, com a adesão de 141 países, que juntos respondem por 61,6% das emissões de gases do efeito estufa do Planeta. Seu objetivo é colocar em prática os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que propõe aos países industrializados a redução e o controle, entre 2008-2012, de até 5,2% das emissões que causam o efeito estufa (baseado nos níveis registrados em 1990). Os Estados Unidos, responsáveis por 25% das emissões de CO₂ não aceitaram assinar o Protocolo.

O Protocolo dividiu os países em Anexo I (desenvolvidos) e não-Anexo I (em desenvolvimento) e estabeleceu três mecanismos de flexibilização, objetivando maior eficiência econômica na mitigação do efeito estufa: a Implementação Conjunta, que dá maior flexibilidade aos países do Anexo I para investirem entre si no cumprimento de seus compromissos de redução; o Mercado Internacional de Emissões, que possibilita aos países do Anexo I comercializarem entre si as quotas de emissão e os créditos adquiridos através do MDL em países em desenvolvimento; e, os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) que possibilitam aos países do Anexo I que não conseguirem cumprir suas metas de redução investirem em projetos que limitam as emissões em outros países comprando Reduções Certificadas de Emissão (RCE) de maneira a cumprir o seu compromisso de redução (CHANG, 2000). O proponente de um projeto que visa obter RCE's deve contratar uma Entidade Operacional Designada (EOD), empresa especializada, independente e reconhecida pelo Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas (ONU) para elaborar o Documento de Concepção. O projeto deve ser aprovado pela Autoridade Nacional Designada (AND), que no Brasil está a cargo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, a qual verifica se o projeto prevê a redução das emissões de gases efeito

estufa e/ou a remoção de CO₂ da atmosfera e se o mesmo promove o desenvolvimento sustentável. Aprovado, o projeto segue para registro no Conselho Executivo da ONU. A EOD monitora o projeto e se constatada a redução das emissões de gases efeito estufa, concede uma certificação à empresa proponente que então solicita ao Comitê Executivo da ONU a emissão das RCEs relativas à quantidade reduzida e/ou removida (REV. AGROANALYSIS, 2007a). O trâmite apresentado denota que apenas grandes organizações conseguem operar no mercado de cotas de carbono.

Em abril de 2006, dos 207 projetos de seqüestro de carbono registrados junto à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (órgão da ONU que coordena os projetos MDL), 45 eram do Brasil (REV. AGROANALYSIS, 2006). Um dos projetos em andamento é da Sadia, cujo Instituto de Sustentabilidade possui um projeto de biodigestores com 3.500 integrados e assinou com o European Carbon Fund um contrato de venda de 2,750 milhões de toneladas de CO₂, em um período de 10 anos, por cerca de R\$ 80 milhões (REV. AGROANALYSIS, 2007b).

Segundo Motta et al. (2000), o potencial brasileiro para projetos de MDL aparece prioritariamente nos setores energético e florestal. Projetos do setor florestal oferecem enorme potencial para seqüestro de carbono através da proteção de bacias naturais de carbono (florestas nativas) e da expansão de plantações. Os autores ainda aludem que os projetos com menor custo de carbono não são necessariamente os que conferem os maiores co-benefícios, nesse sentido, em sua opinião, algumas plantações de árvores podem ter um impacto negativo no meio ambiente local.

Segundo Filho (2006), as plantações de árvores podem seqüestrar 12 toneladas de carbono/ha/ano. Tomando-se como referência o valor de venda acordado pela Sadia (R\$ 29,09/t) tem-se que um hectare pode render R\$ 2.443,56 num período de 7 anos (até o corte), o que corresponde a um incremento significativo tomando-se que a expectativa a renda bruta proveniente do corte da madeira, no mesmo período, seja de R\$ 6.216,00. Nesta perspectiva a atividade madeireira pode tornar-se ainda mais atrativa.

Em contraposição, para Marx (1971), o homem apropria-se da natureza, mas ao fazê-lo, homem e natureza complementam-se, tornando-se um ser único. Para esse autor, não é a *unidade* entre humanidade e natureza, resultado de um processo histórico de relação e apropriação que requer explicação, mas justamente a *separação* dessas condições da existência humana, ocasionada pela pressão exercida pelo capital.

Em outras palavras, é necessário evidenciar os antagonismos entre capital e trabalho e entre capital e natureza, que levam a pressão exercida pelo capital sobre o homem e a natureza, raiz da produção ilimitada do capitalismo, origem das crises ambientais que são, ao fim e ao cabo, necessárias à reprodução do capital.

Frente a isso, na busca por modificações no caráter excludente da sociedade é fundamental a crítica aos princípios organizadores da sociedade capitalista.

Neste caminho, como aponta Guivant (2002), ao discutir sustentabilidade é fundamental esclarecer o que vai ser sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem e a que custo. Para a autora, as definições sobre sustentabilidade são específicas, temporais e endógenas. Mudando as condições, muda também o sentido atribuído a sustentabilidade, assim sendo, longe de um pacote ou modelo, a sustentabilidade é um constante “processo de aprendizagem”.

Nesse sentido, discutir o desenvolvimento na Metade Sul do RS desde a perspectiva dos agricultores familiares e de um processo de maior autonomia, depende da construção e dinamização de um tecido social ativo, com protagonismo por parte da população local.

Segundo Melgarejo, “o desenvolvimento territorial depende de uma agricultura familiar multifuncional, que estabeleça relacionamento simbiótico com o ambiente” (2008, p. 370). Para tanto, são fundamentais a formação de parcerias institucionais, a orientação técnica e a consolidação de sistemas locais de produção integrados aos mercados regionais.

Atualmente, com os ciclos de inovação tecnológica cada vez mais curtos, é preciso notar que a industrialização é um processo social de caráter multidimensional, que modifica as características do trabalho e a forma de produzir, mas que também influencia os valores culturais, as normas sociais, o ritmo de vida. Para Schneider (2004, p. 49), “a indústria cria um novo ambiente de trabalho, obriga as pessoas a se organizarem segundo um novo ritmo, uma nova disciplina individual e familiar e uma nova sociabilidade”.

Esse fenômeno da industrialização já chegou ao meio rural e afetou a agricultura diretamente, modificando seus instrumentos de trabalho, alterando o objetivo da produção e mesmo, alterando a centralidade da atividade agrícola.

A agricultura em tempo parcial, ou *part-time farming*, tem emergido em diversas regiões, principalmente no sul do Brasil. Especialmente onde existe forte presença da agricultura de base familiar e ocorre um processo de descentralização do processo industrial.

Giralda Seyferth, em seus estudos sobre os trabalhadores das indústrias têxteis de Santa Catarina que residiam no meio rural foi quem primeiro utilizou o termo *colono-operário*. Para a autora, os colonos-operários são indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos, mas são trabalhadores da indústria. Contudo, se diferenciam dos demais operários porque possuem ocupações na agricultura (mesmo que ao nível de subsistência), possuem propriedades rurais e às cultivam (mesmo que em pequena escala), e não residem na zona urbana. “Paradoxalmente, são ao mesmo tempo assalariados por um lado e proprietários dos meios de produção de outro” (SEYFERTH, 1987, p. 107).

Para Schneider (2004), a ligação com o ambiente social e econômico rural, ambiente este, que preserva e revigora as relações de interconhecimento, é a principal característica do colono-operário.

O conjunto das relações sociais estabelecidos entre a agricultura familiar e um complexo industrial, integrados em um sistema de relações de múltiplas naturezas, numa determinada área geográfica constitui um sistema produtivo local – SPL¹⁹.

Para Coulert, um SPL corresponde a uma

[...] configuração de empresas concentradas em um espaço de proximidade em torno de um ou de vários setores industriais. As empresas interagem entre si e com o meio sócio-cultural de inserção. Essas relações não são apenas mercantis, mas também informais, e geram externalidades produtivas para o conjunto das empresas. O setor industrial dominante não exclui a possibilidade de

¹⁹ O exemplo de sucesso mais citado de SPL é o da Terceira Itália, região italiana que compreende a Emilia-Romagna e a Toscana, que experimentou intenso processo de desenvolvimento com base na indústria e agricultura locais. Trata-se de uma região com inúmeras pequenas e médias empresas que juntas constituem um distrito industrial baseado no modelo de industrialização difusa (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). A agricultura também está assentada sob pequenas propriedades rurais que redirecionaram seu trabalho para atividades agroindustriais de pequeno porte, muitas delas voltadas à exportação, mas mantendo forte vínculo com a história local.

existência de vários ramos industriais (1993, p. 10, apud SCHNEIDER, 2004, p. 56).

O pólo coureiro-calçadista gaúcho é um exemplo de SPL. O RS também possui um SPL organizado em torno do pólo moveleiro de Bento Gonçalves, que congrega os municípios de Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Gramado²⁰ e Canela, concentrando-se na produção de móveis residenciais e para escritório. Este SPL congrega toda cadeia produtiva, desde produtores da matéria-prima (madeira reflorestada de pinus, acácia negra e eucalipto) até empresas de bens de capital responsáveis pela produção de máquinas para o setor, gerando cerca de 8.500 ocupações — entre empregos diretos e indiretos — em 265 empresas formais (KROTH, 2007).

A descentralização e interiorização das plantas industriais, a participação da agricultura familiar como força de trabalho dessas unidades fabris, o conjunto de atividades que se desenvolveu nestas regiões para atender a demanda da indústria, do qual o cultivo da madeira é um exemplo, o conjunto de serviços que acompanha o desenvolvimento de uma determinada região, são exemplos da articulação promovida e ocasionada em função de um sistema produtivo local.

O desenvolvimento de um SPL propicia também as possibilidades para o incremento da pluriatividade na agricultura familiar e a configuração de um *continuum* rural-urbano, caracterizado como um espaço de transição entre o espaço urbano e o espaço rural, onde este, não é mais concebido como um espaço unicamente agrícola, mas onde aspectos de ambos os universos encontram-se representados.

Esse *continuum*, quando cria áreas densamente povoadas que participam tanto da vida rural quanto da vida urbana, consolida o que Gama (1987 apud SCHNEIDER, 2004) chama de periurbanização. Segundo Schneider (2004),

a emergência dos espaços periurbanos deve-se à uma articulação bem-sucedida entre as estratégias da industrialização [...] com o ambiente social e econômico local, especialmente no que diz respeito à estrutura do trabalho familiar, ao uso do solo, e à moradia. Dessa articulação surgem novas relações de trabalho que se constituem, ao mesmo tempo, em estratégias familiares de reprodução social (no caso das famílias rurais) e em

²⁰ Também já é conhecido da população gaúcha o termo *móveis de Gramado*, numa alusão ao mobiliário, de madeiras nobres e excelente acabamento, fabricado nesta cidade.

estratégias de acumulação de capital (no caso da exploração da mais-valia em favor das indústrias de calçados). (2004, p. 171).

De acordo com o mesmo autor, essa perspectiva de migração do processo industrial para a zona rural, a separação e/ou a terceirização de partes do processo produtivo, são decorrência da crise do *fordismo* e representam uma faceta que poderá vir a ser um novo paradigma da produção industrial, denominado de acumulação flexível.

Observação semelhante é feita por Pecqueur (2006, p. 83-84) ao citar que “A. Scott e M. Storper – desde 1990 – levantaram a hipótese segundo a qual o SPL podia resultar de uma nova geografia de acumulação flexível em relação ao modo de acumulação fordista”, configurando-se como um estilo de desenvolvimento econômico que se afirma na esteira da evolução do capitalismo contemporâneo que, ao mesmo tempo, reduz singularidades através de inúmeros mecanismos de massificação e abre janelas para sua afirmação em função da busca da diferenciação numa sociedade cada vez mais homogênea.

No meio rural, ao passo que um universo de agricultores tem se dedicado à produção de commodities – produtos de alto grau de homogeneização – onde a busca por uma vantagem competitiva²¹ é incessante, tomam corpo no Brasil experiências que visam destacar e valorizar singularidades – do modo de produção, da história e cultura, da paisagem e, mais recentemente, do produto *em si* – de determinada localidade/região.

No entanto, ao passo em que se valorizam os produtos locais, constitui-se a necessidade de “certificar” a origem desses produtos. Essa valorização e certificação dá-se em diferentes graus, tendo como expressão mais relevante os processos de Indicação Geográfica (IG), onde são ressaltadas as características intrínsecas de um produto de determinada região²².

No Brasil, as experiências com IG registradas são os vinhos do *Vale dos Vinhedos* na Serra Gaúcha, a *Carne do Pampa* na região sul do Rio Grande do Sul, a *Cachaça de Paraty* no Rio de Janeiro, o *Café do*

²¹ Vantagens competitivas no setor de commodities geralmente estão inseridas no contexto de inovações tecnológicas ou de processos que visam redução de custos, haja vista que, diferenciação entre produtos é bem mais difícil de conseguir, mas tem sido buscado, especialmente, através da transgenia. É exemplo dessa busca de diferenciação num mercado de commodities, as variedades de soja transgênica com maior teor de proteína e de óleo.

²² Para aprofundar o tema da Indicação Geográfica, ver Flores (2007), que aborda a experiência com IG registrada, o Vale dos Vinhedos, e Velloso (2008), que aborda a experiência do vinho da uva Goethe, em Urussanga/SC, que está em busca da IG.

Cerrado em Minas Gerais. Apesar de, até o momento, serem poucas as iniciativas que obtiveram o registro de IG no Brasil, diversos outros pedidos já foram realizados.

O reconhecimento dessas características pela população local, sua organização e coesão social, a diversidade de ações produtivas que podem estar envolvidas com esse território, são apontados na literatura como quesitos que tem tornado possível a formação e reconhecimento desses territórios.

Contudo, a valorização de características locais dá-se também de inúmeras outras formas, nem todas por iniciativa das populações locais ou com sua efetiva participação. Refere-se especificamente à busca, por parte dos municípios, de uma imagem que identifique o município perante os demais.

Na região que abrange Canguçu, o município em estudo, isso ocorre através das *festas*. Pelotas é a *cidade do doce* e realiza a Fenadoce (Feira Nacional do Doce), Turuçu é a *capital nacional da pimenta vermelha* e realiza a Fepimenta, Capão do Leão a Festa da Melancia, Arroio do Padre a Festa da Maçã e Caqui, e Canguçu, apesar de não ter uma *festafreira* específica, apóia-se muito na imagem de *maior minifúndio da América Latina* devido ao número de pequenas propriedades do município.

Da mesma forma, surgem estudos (NIEDERLE, 2009; FLORES, 2007) apontando que, mesmo em territórios consolidados, com IG reconhecida, sua construção e seu cotidiano são providos de conflitos, de interesses contrastantes, de processos de exclusão, e em que, muitas vezes, o agricultor familiar acaba tendo sua participação alijada, não se beneficiando nem sequer das externalidades positivas.

Em recente estudo, Niederle (2009) aponta essas questões em relação ao Vale dos Vinhedos, onde a participação do conjunto dos viticultores é dificultada pela rigorosa normativa em vigor. Com todo crescimento da região propiciado pelas vinícolas e também pelo registro da IG, os agricultores “nativos” têm emigrado do Vale dos Vinhedos. Esta realidade é ilustrada pelo autor, que relata o caso de um agricultor que vendeu três hectares pelo valor de R\$ 900 mil, para o que argumentou que “seria inaceitável não realizar o negócio”.

O desdobramento desse grau de inflação do preço da terra precisaria ser aprofundado, contudo, seus reflexos são percebidos em outras regiões do RS. Caxias, e os demais municípios da Serra Gaúcha eram o destino preferido de muitos porto-alegrenses que desejavam possuir uma “casa no interior”, perto da capital. Reflexo da elevação do

preço dos imóveis, rurais e também urbanos, o município de preferência atualmente é Nova Petrópolis.

Nova Petrópolis se localiza na Serra Gaúcha, possui belas paisagens, colonização predominantemente alemã e diversas atrações turísticas. Em conversa informal, durante uma viagem, um morador de cidade vizinha relatou que residia em Nova Petrópolis, que a cidade tem “crescido rápido” e que ao mesmo tempo em que tem gerado oportunidade pra muitos, “tá difícil de ficar lá”. Questionado por que estaria difícil de permanecer na cidade, visto que a mesma apresentava tantas oportunidades, a resposta aproximou-o do agricultor que vendeu três hectares no Vale dos Vinhedos: “porque um cara de Porto Alegre fez uma proposta pela minha casa, muito boa. Não tinha como negar. Muita gente tá vendendo e mudando aqui pros municípios da volta”²³.

Casos como esse deflagram a necessidade de se pensar mais criticamente também os processos de desenvolvimento com base em características locais.

²³ Procurou-se manter a informalidade do discurso.

3. Canguçu ontem e hoje

Canguçu, município que representa o universo empírico desta pesquisa, se situa na Metade Sul do Rio Grande do Sul, mesorregião gaúcha que se apresenta inserida no *Bioma Pampa*. O município também faz parte da Serra dos Tapes, a qual juntamente com a Serra do Herval conforma a região fisiográfica denominada Serra do Sudeste ou “Escudo Rio-Grandense”.

Com uma altitude de 386 metros, o município dista 204,9 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre, e 61 km de Pelotas, considerada município pólo da região extrema do estado (ATLAS IDH, 2000) e conta com uma área de 3.525 km² e com uma população total de 53.547 habitantes, sendo que desta população 65,0% tem sua residência no meio rural. A densidade demográfica municipal era de 15,2 hab/ km² (IBGE, 2007).

A localidade estudada é originária do município de Piratini, onde foi sub-distrito entre os anos de 1831 e 1857. Foi o 22º município gaúcho a ser criado, tendo sua fundação em 28 de janeiro de 1857 (Lei nº. 340). Canguçu faz fronteira com oito outros municípios da região. Ao leste faz divisa com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul; ao oeste com Piratini, sendo cortado pela BR 392 (ligação entre Pelotas e Santa Maria); ao norte com Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal; e, ao sul com Pedro Osório (BENTO, 1983).

O relevo do município apresenta-se bastante heterogêneo, em que pese sua marcada conformação serrana ondulada e as altitudes medianas. Em sua porção meridional (divisa com Pelotas e São Lourenço do Sul), há a preponderância de áreas fortemente onduladas onde a agricultura familiar desenvolveu-se vinculada à agroindústria, com base em produtos como o leite, o pêssego e, principalmente nos anos mais recentes, o fumo. Já nas regiões norte e oeste, divisa com Piratini e Encruzilhada do Sul, detecta-se a ocorrência de um relevo majoritariamente plano, cuja formação dominante é de campos nativos, onde se encontra grande número de pecuaristas familiares com distintas formas e graus de inserção junto ao mercado (COTRIM, 2003).

Nesta zona se desenvolveu uma economia preponderantemente agropastoril, balizada pela existência de um grande percentual de unidades familiares de produção. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o INCRA/SADE (Banco de Dados da Agricultura Familiar) afirma que do total de 9.215 estabelecimentos agropecuários do município 95,8% são de natureza familiar e estes ocupavam 65,7% do território agrário municipal. Estes estabelecimentos

tinham uma participação de 73,8% no valor bruto da produção agropecuária local.

A origem do expressivo contingente de agricultores familiares existentes em Canguçu guarda estreita ligação com o processo de ocupação do território e formação do município, que se estruturou, basicamente, a partir de uma colonização iniciada no século XVIII por açorianos, alemães e italianos.

Neste sentido, compreende-se que a abordagem a partir de um retrospecto socioeconômico torna-se imperativo à compreensão do universo empírico sobre o qual nos baseamos para coleta das informações que subsidiam esta dissertação. Entende-se que a realização de estudos de caso pressupõe essa contextualização do cenário de investigação, de tal forma que propicie uma aproximação à dinâmica local de desenvolvimento, auxiliando na análise das informações levantadas.

3.1 Canguçu: o destino de muitos migrantes

Apesar da reconhecida relevância sustentada por Canguçu, notadamente por reunir grande número de estabelecimentos familiares, são bastante restritas as informações que auxiliam a dimensionar os fatores e circunstâncias que originam esta conformação. As referências, sobretudo àquelas relativas à formação histórica do município, são relativamente escassas. A maior parcela dos documentos que contemplam esse evento encontra-se relacionada ao registro de acontecimentos militares da região, fato que segundo Fialho (2005), encontra correspondência à formação profissional de Cláudio Moreira Bento, militar do exército que há muitos anos tem se dedicado a historiar os acontecimentos que forjaram o município.

Os índios *Tapes* e *Tapuias*, pertencentes aos *Guaranis*, figuravam como os primeiros habitantes a que se tem notícia em Canguçu. Esses índios antecederam a chegada dos primeiros colonizadores europeus. Bento (1983) alega que as tropas do fundador da freguesia de São Pedro de Rio Grande, José da Silva Paes, defrontaram-se, à época, com firmes obstáculos impostos pelos índios *Tapes*, os quais mantinham-se sob domínio dos interesses jesuítas, que objetivavam impedir as investidas portuguesas de ocupação e dominação do território.

O autor ainda alerta sobre a probabilidade de que estes habitantes primitivos configurassem, por volta do século XVIII, na realidade, uma espécie de guarda avançada dos Sete Povos das Missões, estâncias de criação de gado dos jesuítas (BENTO, 1983, p. 13-14).

Com o Tratado de Madrid, firmado em 1750, confere-se o direito de Portugal povoar o Sete Povos das Missões, mediante a concessão da Colônia do Sacramento à Espanha. Destinados a esse propósito é trazida uma leva de imigrantes açorianos.

Segundo Bento (1983), esses imigrantes inicialmente se aglomeraram em torno de Rio Grande e após, migraram à Porto Alegre (à época, Porto de Dorneles). A estas famílias incumbia-se o objetivo de seguir o Exército Demarcador de Portugal no intuito de penetrar e se estabelecer nos Sete Povos das Missões, a partir do passo São Lourenço. Para cumprir este desiderato precisavam desinstalar o contingente de índios missioneiros (*Guaranis*) habitantes da região, transferindo-os para o outro lado do rio Uruguai, o que coincide com a eclosão da Guerra Guaranítica, ocorrida entre 1754-56 (BENTO, 1983).

O Forte São Gonçalo (1755), situado à margem direita do rio São Gonçalo (à época, rio Piratini), cumpriu importante papel no resguardo dos açorianos. De acordo com Bento (1983), o Forte permitia que os açorianos, povoadores de Povo Novo da Torotama (localizado entre as atuais cidades de Rio Grande e Pelotas), explorassem as terras de Canguçu e Pelotas, com relativa segurança em relação aos índios *Tapes*.

Outro destaque deve ser dado ao caminho, estabelecido em 1756, entre as Vilas de Rio Grande e Rio Pardo. Este caminho serviu de cenário para boa parte das disputas ibéricas, sendo constantemente percorrido pelas tropas militares que trasladavam entre essas Vilas, por força dos confrontos ocorridos na região.

Notadamente, por ocasião da invasão da Vila de Rio Grande pelos espanhóis, a região de Canguçu passa a servir de base às tropas portuguesas. Neste período (1763-76), os persistentes conflitos levaram muitos açorianos a refugiarem-se ao pé da Serra dos Tapes, iniciando o processo de ocupação de Canguçu. Para Bento (1983), neste evento, a conquista da Colônia do Sacramento tornou-se especialmente decisiva, uma vez que levou grande contingente de famílias às imediações de Pelotas e Canguçu.

Bento (1983) enuncia Canguçu enquanto campo militar estratégico neste contexto de disputas. O fato residia no município constituir-se num “nó orográfico”, onde convergiam diversos caminhos a partir das vias secas que se desenvolviam segundo os afluentes dos rios Piratini e Camaquã e da Lagoa dos Patos.

Essa assertiva é corroborada por FIALHO (2005, p. 83), que alega que em virtude das características geográficas, Canguçu concedia aos ocupantes açorianos um terreno estratégico frente às invasões espanholas. De um lado, situava-se próximo à Pelotas e, por

consequente, oferecia fácil acesso ao mar (via Lagoa dos Patos); e, de outro, o relevo acidentado inerente à região, propiciava, até certo ponto, uma resistência natural frente aos possíveis ataques.

Para Cruz (1984, apud FIALHO, 2005), o domínio português na região foi se consolidando mediante a expansão dos povoados e à formação de lavouras e estâncias. A fundação da Vila de Rio Grande (1737) auxilia na consolidação dessa política de ocupação territorial, iniciada pela Coroa Portuguesa no início do século XVIII.

Esse processo de povoamento da região se deu de dois modos distintos. A Coroa Portuguesa imprimia a distribuição de terras via *sesmarias* e via *datas*. As *sesmarias* correspondiam às terras que eram distribuídas a militares ou aos que detinham recursos financeiros para estabelecerem-se como estancieiros criadores de gado. Já as *datas* tratavam-se de extensões de terra menores (aproximadamente 272 hectares), destinadas à atividade agrícola familiar. Do primeiro processo resultou uma forma extensiva de povoamento e exploração econômica, e do segundo, obteve-se, num curto período, vilas e cidades (FIALHO, 2005, p. 32).

O surgimento da cidade de Canguçu vincula-se, segundo Bento (1999, apud FIALHO, 2005), às disputas de terra levadas a cabo pelo Capitão Mor Paulo Rodrigues Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira. Essas disputas ocorriam em meio à transferência da Real Feitoria do Linho Cânhamo de Canguçu para a região de São Leopoldo. Segundo Bento (1983), após sua transferência à São Leopoldo a Feitoria funcionou até 1824, quando extinguiu-se para abrigar em suas instalações os primeiros colonos alemães.

A Real Feitoria funcionava (1783-1788) na sesmaria do Capitão-Mor e Coronel de Milícias Paulo Xavier Rodrigues Prates, estendendo-se de Canguçu-Velho até as proximidades da ilha de Canguçu (atual Ilha da Feitoria). O primeiro alegava posse e domínio antigo desta área, enquanto o segundo a requeria para si como terra devoluta. Essa área atualmente encontra-se no centro urbano de Canguçu (BENTO, 1983).

O desejo dos moradores da região de obterem conforto religioso, mediante a construção de uma capela, conciliado ao fato de que não havia se apresentado resolução ao impasse, de acordo com Bento (1999, apud FIALHO, 2005), à época, ambos os envolvidos aceitaram doar a área para construção da capela, e em 1º de janeiro de 1800 instaurou-se a pedra fundamental da Capela Curada Nossa Senhora da Conceição de Canguçu, atualmente denominada, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

A Igreja passou a congregar aqueles que habitavam nas proximidades da Real Feitoria, a este tempo já transferida à São Leopoldo. De acordo com Bento (1999, apud FIALHO, 2005), a capela também se assumia como elemento político, na medida em que servia para barrar o avanço espanhol, a partir da constituição dos povoados.

O desenvolvimento da pecuária e das charqueadas e a criação e comercialização de mulas para as minas de Cuiabá, Goiás e Minas Gerais e para as lavouras de café no Vale do Paraíba, também se apresentaram como contribuintes ao surgimento de Canguçu, visto que várias famílias foram atraídas à região, em decorrência do desenvolvimento regional alardeado por essas atividades (BENTO, 1999 apud FIALHO, 2005).

De acordo com Fialho (2005) as formas de distribuição de terras (sesmarias e datas) caracterizaram a exploração produtiva no município. As terras oriundas das *datas*, uma vez que menores, eram dedicadas ao cultivo do trigo, com finalidade comercial, e à produção de subsistência. Já as terras provenientes das sesmarias, em sua grande maioria, exploradas por militares e caçadores de gado, destinavam-se à pecuária.

O referido autor menciona que a formação do município de Canguçu gerou uma conformação, em dada medida, *dual*. De um lado, “duas classes proprietárias dos meios de produção – agricultores familiares e estancieiros”, e de outro, “duas desprovidas dos meios de produção – peões e escravos” (FIALHO, 2005, p. 77). Ainda segundo este autor, com o passar dos anos, muitos peões tornaram-se pequenos proprietários de terra, dedicando-se notadamente a pecuária – durante a Revolução de 1893²⁴, muitas famílias abandonaram o município e seus trabalhadores tomaram posse das propriedades, ocasionando uma significativa transformação estrutural na propriedade da terra em Canguçu.

Ao consultarmos o estudo de GRANDO (1989), constatamos que as áreas destinadas à distribuição de sesmarias tratavam-se de áreas planas, propícias à atividade pecuária. Entretanto, as ditas *terras de mato* foram sendo povoadas por posseiros e descendentes de imigrantes. Desta forma,

Toda Serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia.

²⁴ A “Revolução de 93” (1893-95), decorreu de divergências entre republicanos riograndenses, liderados por Julio de Castilhos, e os federalistas (antigos liberais e monarquistas), sob o comando de Gaspar Silveira. Targa (2003, p. 128) sustenta que essa Revolução foi “o episódio militar da revolução política burguesa que ocorreu no RS, no final do século XIX”.

Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo na sua maioria alemães. Mas afluíram para lá também, espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias (GRANDO, 1989, p. 73).

O fracionamento fundiário também é abordado por Fialho (2005), que alerta que, no caso de Canguçu, o parcelamento de terras ocupadas por alemães e italianos é observado em maior intensidade, visto que as famílias de descendentes de portugueses e espanhóis alocavam-se em propriedades de maiores dimensões, retardando o efeito do parcelamento.

Conforme já mencionado anteriormente, o ano de 1824, ano da *dissolução* da Real Feitoria em São Leopoldo, coincide com o início da colonização alemã. Fialho (2005) relata que para atrair os *colonos*, o Governo Imperial Brasileiro ofertava condições extremamente vantajosas:

os colonos viajarão com as despesas pagas pelo Governo Brasileiro, serão logo naturalizados, gozarão de liberdade de culto, receberão como livre propriedade 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, cavalos, vacas, bois, etc.; durante o primeiro ano receberão ajuda financeira, serão isentos de impostos pelo prazo de dez anos, entre outras vantagens (FIALHO, 2005, p. 82).

Em 1858, o comerciante Jacob Rheigantz funda a colônia de São Lourenço do Sul. Esta colônia, em decorrência da facilidade viária, passou a suprir Pelotas e Rio Grande com variados produtos agrícolas, tornando-se concorrente direta da produção, antes proveniente de Canguçu.

Pouco a pouco, os descendentes dos pioneiros alemães instalados em São Lourenço do Sul, na busca por terras, avançam sobre as terras que hoje pertencem a Canguçu, alojando-se primeiramente no norte do município e após fixando-se próximos a zona central, próxima à cidade (FIALHO, 2005). Este fato contribuiu imensamente para consolidar a fortíssima influência da colonização alemã ainda marcante na zona rural do município.

Já a imigração italiana no território gaúcho teve início nos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, no ano de 1875. Em

que pese sua menor expressão, a colonização italiana também deixou seus descendentes em Canguçu.

Os italianos tiveram condições distintas daquelas oferecidas aos imigrantes alemães. Foram contemplados com cerca de um terço (aproximadamente 25 hectares) da dimensão recebida pelos alemães, sendo que no caso dos italianos essas terras ainda deveriam ser pagas no decorrer de dois anos. Grando (1989) ao avaliar as desvantagens enfrentadas pelos italianos relata que

[...] O custo de todo e qualquer adiantamento aos colonos [italianos], a começar pela viagem da Europa ao Brasil, e os adiantamentos que lhes eram feitos na ocasião de sua instalação, sob forma de sementes, ferramentas, derrubada da mata, casa provisória, preço das terras, formavam o que era chamado de “dívida colonial”, cuja amortização deveria ser efetuada com os ganhos da produção (1989, p. 186-187; aspas no original).

Sinteticamente, a imigração européia experimentada pela região foi fruto de três distintas situações: no primeiro caso, o povoamento deu-se pela vinda de açorianos; no segundo, conta-se com o ingresso de alemães, que oriundos da colônia lourenciana, ocuparam o leste do município; no terceiro caso, dá-se a ocupação da região sul do município através da colonização protagonizada por imigrantes italianos.

Até este momento buscou-se, ainda que, de maneira extremamente esquemática e limitada, expor os acontecimentos históricos que sustentaram a conformação sócio-cultural de Canguçu. A partir deste ponto buscar-se-á dimensionar os elementos de corte econômico que implicam sob a constituição atual do município.

Neste sentido, torna-se necessário retomar que, notadamente durante os anos em que a Real Feitoria do Linho Cânhamo manteve-se instalada no município, Canguçu experimentou prestígio e destaque na região. Entretanto, logo a partir de sua transferência à São Leopoldo, Canguçu passa a uma posição secundária, subordinando-se à atividade saladeril.

Esta atividade industrial (elaboração do charque), que teve início em 1780 no município de Pelotas marca o princípio da indústria no RS. O charque, como conhecido atualmente, originou-se de uma técnica inovadora de preparo da carne, trazida pelos franceses João Batista Roux e Eugene Sasques. O novo produto, que apresentou larga aceitação tanto no mercado interno quanto no mercado externo, resultou “proporcionando a região de Pelotas e seu entorno significativo

dinamismo econômico, cultural, social e político” (FIALHO, 2005, p. 74).

Sua proximidade à Pelotas, região dinâmica, levou Canguçu a experimentar um certo grau de dependência econômica (FIALHO, 2005), cabendo-lhe a produção bovina, a passagem das tropas de gado e a atividade agrícola destinada ao abastecimento da população envolvida com a produção do charque.

Com efeito, as charqueadas resultaram em substancial transformação e expansão das forças produtivas ao longo dos séculos XVIII e XIX, atribuindo riqueza e poder político aos estancieiros da região sul.

Este processo também fez surgir a agricultura em nível comercial que, baseada em gêneros de subsistência, visava o abastecimento dos principais centros urbanos. Para Fialho (2005), a partir da materialização deste mercado agrícola, o Rio Grande do Sul assume-se como exportador, suprimindo especialmente a região cafeeira do centro do país.

Essa condição de prosperidade foi suplantada com o fim da sociedade escravocrata, quando, em decorrência da concorrência com o charque argentino a atividade pecuária estagnou e entrou em profunda crise (PESAVENTO, 1980). A superioridade competitiva das charqueadas uruguaias e argentinas, no período, devia-se ao fato de estarem fundadas num modo de produção mais capitalista (TAMBARA, 1985).

Para Tambara (1985) essa crise foi resultado da confluência de 3 tipos de fatores. Um fator externo, materializado na dependência do mercado externo e interno (do centro do país), que ao retraírem-se ou redirecionarem-se afetaram diretamente as charqueadas; um fator interno, referente ao tipo de produção, que ao perder a força de trabalho escrava, demorou e teve dificuldades em consolidar uma economia baseada na força de trabalho mercantil; e, um fator referente às políticas de governo, pois, em 1902, o governo do estado instituiu o Imposto Territorial, em substituição ao Imposto de Exportação, o que teve impacto direto sobre os grandes proprietários.

Segundo Pesavento (1980), foi somente com a instalação dos frigoríficos na década de 1920, que se reorganizou a indústria da carne no RS.

A primeira Guerra Mundial, de certa forma, refletiu numa expansão da pecuária rio-grandense, tornando o mercado atrativo aos investidores estrangeiros que passaram a se instalar no estado em 1917,

introduzindo o sistema de conservação a frio na região charqueadora (FIALHO, 2005).

Também coincide com este momento a redução da demanda européia e nacional pelo charque gaúcho. Segundo Pesavento (1994 apud FIALHO, 2005, p. 86) “antecipando-se ao Brasil, o Prata retomou a produção de charque em larga escala, ocupando o mercado interno brasileiro e o cubano, dificultando a entrada do charque gaúcho no mercado”.

Em decorrência desses duros golpes sob à atividade saladeril, muitos estancieiros alteraram sua base produtiva da pecuária e/ou do charque para a orizicultura. O cultivo do arroz tornou-se bastante atrativo, devido ao preço obtido pelo produto e por sua versatilidade (além de atender ao mercado interno era igualmente exportado aos países do Prata). Este produto, até início da década de 1920, assume papel destacado na economia gaúcha (FIALHO, 2005).

Nesse mesmo período, nacionalmente, o café destinado à exportação é o produto que conta com maior incentivo governamental. Contudo, anos mais tarde, em meados da década de 1920-30, o café também experimenta um cenário de crise, levando muitos cafeicultores a dedicarem-se à produção voltada ao mercado interno, o que desencadeou uma competição com os produtores gaúchos que antes abasteciam o mercado do centro do país com gêneros de subsistência (FIALHO, 2005, p. 86).

Segundo Grandó (1989), essa nova matriz produtiva engendrou novas relações sociais na sociedade riograndense. Enquanto no seio da agricultura patronal se processava a mudança do charque para o arroz, o campesinato local ampliava sua produção e surgiam as primeiras indústrias de conservas de doces.

A industrialização e doces e compotas teve início com o imigrante francês Amadeo Gustavo Gastal em seu estabelecimento chamado Bruyères. No ano de 1867, Bruyères foi a França à busca de informações e retornou com o equipamento necessário à fabricação de compotas e conservas. Em 1878 fabricou as primeiras compotas de pêsego e conservas de pepino (GRANDO, 1989, p. 104).

Essa indústria desenvolveu-se muito no período, tanto em variedade²⁵ de produtos, quanto em número de unidades produtoras,

²⁵ Um dos estabelecimentos mais conhecidos em Pelotas era o da Quinta Bom Retiro, de Ambrosio Perret, que além de compotas procurou desenvolver industrialmente a fabricação de frutas secas com aparelhagem importada dos Estados Unidos.

essa indústria rural estava em pleno desenvolvimento na década de 20. [...] Estima-se que houve por volta de 50 pequenas fábricas domésticas (FUND. PLANEJ. URB. REG. PELOTAS, 1983, apud GRANDO, 1989, p. 105).

A rápida expansão do setor através da relação direta entre indústria e agricultores, que passaram a cultivar ervilha, aspargo, milho-doce, tomate, pêssego, entre outras espécies, tendo em vista sua incorporação no processo de integração, disseminou pelos municípios vizinhos, em Canguçu também, uma parcela do dinamismo que a implantação deste ramo industrial trouxe à Pelotas.

Contudo, em 1974 o governo federal criou um programa de incentivo ao reflorestamento e a fruticultura. Apoiadas nesse programa as empresas do setor conserveiro implantaram grandes pomares próprios, e quando estes pomares entraram em produção, as empresas produziam em suas áreas metade de todo produto processado na região, fato que modificou o modo de relacionamento entre empresas e produtores (SCHERER e SILVEIRA, 1998 apud FIALHO, 2005, p. 92).

Ao abastecer suas unidades industriais com produção advinda de seus próprios pomares, a produção dos agricultores familiares da região só era adquirida quando as empresas tinham expectativas de vendas que justificassem esse incremento da produção. Além disso, essa compra só era realizada após a colheita e processamento da produção própria, o que acarretava grandes perdas na lavoura e baixa qualidade do produto adquirida dos agricultores.

Os prejuízos com as perdas na lavoura e os preços praticados pelas indústrias – ao não depender de terceiros para abastecer as indústrias e atuando num setor completamente sem regulamentação, as empresas gozaram de liberdade para adquirir apenas o produto que lhe interessasse, e pelo preço que lhe convinha. Essa política de comercialização prejudicou muito a agricultura familiar pois colocava muitas dúvidas sobre a produção e, como resultado, inúmeros agricultores reduziram ou abandonaram os cultivos.

Segundo Scherer e Silveira (1998 apud FIALHO, 2005), a década de 70 é marcada pela concentração da produção em torno do pêssego. Porém, a sazonalidade da produção acarretava ociosidade no aparato industrial. Visando diminuir esse problema, outras frutas e produtos produzidos na região, como morango, batata, cenoura, aspargo, pepino e milho-doce foram incorporados às linhas de produção.

Com essa variedade de produtos, em 1984, Segundo Grando (1989, p. 111), citando o Balanço Anual de 1984 (p. 122), haviam 27 fábricas operando na sede do município de Pelotas e 22 fábricas no

interior, configurando a maior concentração industrial de conservas alimentícias do Brasil, responsável por 90% do pêssego em calda produzido no país.

Essa importância regional continua acentuada. Fialho (2005) afirma que, ainda hoje, parcela importante da produção destinada para as indústrias de conservas de Pelotas e Morro Redondo²⁶ provêm de um grande número de agricultores familiares de Canguçu, e que a indústria conserveira ocupa parte considerável da mão-de-obra disponível nas localidades vizinhas a Pelotas recrutando pessoas para diferentes ocupações, como por exemplo, faxineiros, desencaroçadores de pêssego, carregadores de caixas. Para este autor, “o desempenho das empresas de conserva determina, relativamente, o desenvolvimento das localidades” (FIALHO, 2005, p. 91).

Como se vê, a dependência econômica de Canguçu em relação à Pelotas, experimentada com a indústria do charque, não se dissolveu juntamente com a indústria charqueadora, ao contrário, travestiu-se, alterando apenas o produto que capitaneia o atrelamento: saiu o charque, e tomou seu lugar, a indústria de doces e conservas.

Nos dias atuais, esse cenário é reprisado, contudo, agregando um novo personagem à trama. Trata-se da cultura do fumo, atividade comercial de maior presença junto às unidades de produção, especialmente as familiares. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, há mais de sete mil famílias cultivando tabaco no município. Dados da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil (2008) revelam que na safra 2008/2009 Canguçu possuía 4.934 produtores assegurados²⁷.

Outro dado que ilustra o peso da fumicultura na agricultura familiar canguçuense diz respeito ao montante de área plantada. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que em 1999 Canguçu possuía 4.126 hectares plantados de fumo, e em 2007 a área alcançou 10.000 hectares. Os números demonstram o crescimento e abrangência da cultura no município, em que pese à retração experimentada em relação ao ano anterior, quando foram plantados 11.336 hectares da cultura.

²⁶ Morro Redondo possui grande número de empresas do setor, bem como, produtores de pêssego e outros produtos destinados a essas indústrias. O município foi um distrito de Pelotas até 1988, quando se emancipou.

²⁷ A AFUBRA informou o número de produtores que fizeram seguro de suas lavouras na safra 2008/09 e não do total de produtores, o que explica a diferença entre o número apresentado pelo STR e pela AFUBRA. Muitos agricultores não fazem o seguro, buscando diminuir um custo da lavoura, especialmente os que não possuem dívidas com as empresas.

Silva (2009), em pesquisa realizada com agricultores beneficiados pelo Programa Banco da Terra em Canguçu relata que, entre os 62 entrevistados, a plantação de fumo experimentou um acréscimo de 10,5% desde o assentamento das famílias entre os anos de 2000/2001. Entre estes agricultores, o fumo estava presente como principal atividade produtivo-econômica em 67,7% das explorações.

É preciso frisar que a expansão do tabaco não atingiu somente o município em tela. Os números mostram que houve grande ampliação do número de famílias integradas às empresas fumageiras em todo sul do Brasil. Segundo a Afubra (2008) o número de famílias integradas evoluiu de 94.840 famílias, em 1980, para 182.000 famílias, na safra 2007/08.

Com efeito, a fumicultura vem adquirindo imenso peso social e político, estando profundamente enraizada no seio da agricultura familiar através de dinâmica contratual típica dos processos de integração vertical, apesar das condições em que se dá o trabalho na cultura que, segundo Zarnott (2007) configura-se uma “escravidão legalizada”. O autor faz referência à exigência de força de trabalho que no período de colheita imprime jornadas de trabalho diário correspondente a 15,6 horas/dia/pessoa (AGOSTINETTO, 2000).

A despeito da carga de trabalho despendida, a diferença entre a renda bruta e a renda líquida obtida pelas famílias, seria um demonstrativo da exploração a que são submetidas pelas empresas integradoras. Produtores recebem 26,4% da renda bruta total da atividade fumageira, mas apenas 6,9% da renda líquida. Com a indústria acontece exatamente o contrário, sua participação na renda líquida aumenta 10% em relação à renda bruta (MDIC/SECEX, 2004).

Os setores agrícolas do município vinculados à indústria, especialmente o fumo e o pêssego gozam de reconhecimento no cenário agrícola. Mas estudos recentes têm trazido aos olhos da sociedade um grupo que estava esquecido: os pecuaristas familiares. Com origens que remontam o período posterior à colonização da região, conforme já mencionou-se, permanecem vivos e presentes na zona rural do município.

Cotrim (2003) realizou um estudo pioneiro sobre a pecuária de base familiar no município de Canguçu. O autor, através de uma *leitura de paisagem*, dividiu o município em duas zonas agroecológicas distintas, a *zona de campo*, ilustrada na Figura 5, localizada a norte e oeste do município, que conta com uma formação predominantemente plana e de campos nativos, onde foram instaladas as sesmarias no período da colonização portuguesa.



Figura 5 – Relevo e vegetação típica da Zona de Campo
 Fonte: Pesquisa de campo (2009).

E a *zona de floresta*, ilustrada na Figura 6, localizada a sudeste no município, a qual foi ocupada majoritariamente por descendentes de imigrantes alemães instalados em São Lourenço do Sul. A região tem relevo acidentado, com matas e bosques, o que dificulta o desenvolvimento da pecuária.



Figura 6 – Relevo e vegetação típica da Zona de Floresta
 Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Cotrim (2003) corrobora hipóteses já apresentadas neste estudo e elaboradas por Pesavento (1980), Bento (1983, 1999), Tambara (1985), Fialho (2005), e outros, sobre a formação e conformação fundiária de Canguçu, e que afirmam que devido a fatores como “[...] as restrições para o uso da terra de forma extensiva, as concessões de datas e sesmarias de mato e os desmembramentos por herança, entre outros [...]” (FIALHO, 2005, p. 98), levaram o município a uma preponderância de propriedades de exploração familiar. Contudo, o autor agrega a essas análises a diferenciação do zoneamento agroecológico. Em sua opinião, tanto a pecuária quanto a agricultura de

base familiar, bastante presentes no município, possuem intrínseca relação com as zonas agroecológicas.

Cotrim (2003) aponta duas vertentes para o surgimento da agricultura e pecuária familiares no município, uma ligada à abolição da escravidão e ao fim do sistema patriarcal, quando ex-escravos, peões e agregados migram para “zona de floresta” não-ocupada (atual divisa com municípios de Morro Redondo e Cerrito), e, anos mais tarde, derivada da subdivisão das antigas áreas das sesmarias localizadas na “zona de campo”; a segunda, diz respeito à ocupação realizada por descendentes dos imigrantes chegados a São Lourenço do Sul, que ocuparam a “zona de floresta” já que a “zona de campo” já havia sido distribuída na forma de sesmarias aos militares.

Neste trabalho, Cotrim (2003) realiza uma espécie de tipificação dos pecuaristas familiares de Canguçu, baseada no local de desenvolvimento dos sistemas de produção, na origem dos agricultores/pecuaristas e na ocorrência, ou não, da fonte de renda não-agrícola. Na tipologia concluída pelo autor consta a ocorrência de três “tipos” de sistemas de produção adotados pelos “pecuaristas familiares tradicionais”, “pecuaristas familiares pluriativos” e pelos “pecuaristas familiares comerciais”.

Estes grupos distintos entre si, são definidos, por Cotrim (2003), da seguinte forma:

a) Os *pecuaristas familiares tradicionais* são, em sua maioria, herdeiros de estancieiros com unidades de produção que, atualmente, após sucessivas divisões, não ultrapassam 100 hectares. De modo geral, são aposentados que mantêm um sistema de criação extensiva de gado de corte, associado à produção de cultivos agrícolas tradicionais na região como milho e feijão. Este sistema encontra-se vinculado à baixa adoção de tecnologia, ao pastejo contínuo, uso de raças mistas e à baixa necessidade de força de trabalho. A renda familiar compõe-se basicamente do ingresso de aposentadorias e da renda de atividades não-agrícolas desempenhadas pelos filhos. Todavia, uma parte da renda ainda provém da agropecuária, comercializada localmente em feiras pecuárias e aos vizinhos. Grande parte destes agricultores/pecuaristas se situa em regiões como Coxilha do Fogo e Boa Vista (3º sub-distrito), Coxilha dos Piégas (4º sub-distrito) e Alto da Cruz (5º sub-distrito), regiões marcadas pela transição entre as chamadas *zona de campo* e *zona de floresta*.

b) Os *pecuaristas familiares pluriativos* conformam-se, em maioria, por descendentes de peões e agregados antes vinculados ao trabalho nas antigas estâncias. Possuem propriedades, que, de modo

geral, atingem no máximo 50 hectares, localizadas na porção sul do município, divisa com Cerrito e Morro Redondo, em áreas de *zona de floresta*. Com força de trabalho bastante jovem e numerosa, implementam diversos tipos de cultivos. Outra característica marcante é o desempenho de alguma atividade não-agrícola, notadamente a atividade no comércio (as *vendas*), de onde provém a maior parcela de sua renda. O sistema de criação e comercialização é semelhante ao do *pecuarista familiar tradicional*.

c) Os *pecuaristas familiares comerciais* são, em sua maior parte, descendentes de italianos ou de peões que adquiriram pequenos lotes de terra em *zona de floresta*, mas que com o passar dos anos foram agregando novas parcelas de terra, atingindo áreas de aproximadamente 300 hectares. Este grupo é caracterizado por uma relação mais estável com o mercado da carne, negociando diretamente com os frigoríficos e, de forma mais eventual, com intermediários. Estes pecuaristas, denominados *comerciais*, também utilizam-se de um modo de produção extensiva, todavia, o grau de tecnologia adotado em seus sistemas é mais elevado do que nos demais sistemas arrolados. Também são encontradas importantes participações de cultivos agrícolas (milho e feijão), o que se deve ao maior tamanho das áreas. No tocante ao emprego de mão-de-obra, embora esta seja essencialmente de fonte familiar, contam seguidamente com a contratação de força de trabalho, o que provavelmente se deve ao fato de parcela importante destes agricultores serem aposentados, assim como entre os *pecuaristas familiares tradicionais*. A renda familiar é mesclada pelo ingresso de aposentadorias, pela comercialização da carne e, com papel pronunciado, da comercialização dos cultivos agrícolas.

Essa caracterização detalhada, a partir da obra de Cotrim (2003) sobre o pecuarista familiar de Canguçu é importante na medida que, como veremos mais a frente, é uma das principais categorias que acessou o programa Poupança Florestal.

O objetivo desta seção foi apontar os constituintes históricos do município de Canguçu e como este passado, ainda hoje, determina uma série de relações sociais.

Os fatos e dados históricos demonstram que o município de Canguçu desempenhou, ao longo de sua história, papel estratégico no cenário regional. Contudo, a proximidade do município à Pelotas, berço de dois importantes focos de desenvolvimento da economia regional, no século XVIII e XIX - o charque, e nos anos 1950 a 1980 - a indústria conserveira, manteve por muito tempo suas economias atreladas, impondo a Canguçu uma posição subalterna, de dependência.

Nos últimos anos, embora a produção agrícola do município mantenha-se diversificada, a indústria fumageira consolidou-se junto às unidades produtivas como a principal atividade de cunho comercial, em nada alterando a natureza dependente da economia municipal, que ao invés das indústrias conserveiras pelotenses, hoje, depende das indústrias fumageiras do Vale do Rio Pardo.

Em que pese essa inserção no mercado através da integração agroindustrial, a produção municipal ainda guarda muita relação com o passado, através da manutenção da produção para o autoconsumo e na forte presença da pecuária familiar.

Considerando que em um estudo de caso é importante a elucidação dos processos históricos que levaram a situação atual, realizamos esse apanhado histórico com vistas a compreender os condicionantes que atuaram na formação do município de Canguçu.

Na seqüência apresentamos dados atuais do município visando completar o quadro-base que nos permita avaliar as motivações que levaram determinados agricultores familiares a acessar o programa Poupança Florestal.

3.2 Canguçu hoje: a terra da agricultura familiar

Como vimos, Canguçu é um município predominantemente rural, onde 65% de seus 53.547 habitantes têm sua residência no meio rural (IBGE, 2007) e de economia marcadamente influenciada pela agricultura familiar, que se estruturou a partir de uma colonização, basicamente, açoriana, alemã e italiana, iniciada no século XVIII. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o INCRA/SADE (Banco de Dados da Agricultura Familiar) afirma existir 8.831 estabelecimentos agropecuários familiares, o que corresponde a 95,8% do total de estabelecimentos do município, ocupando 65,7% do território agrário municipal e participando com 73,8% do valor bruto da produção agropecuária local.

Dados preliminares do último Censo Agropecuário (2007) apontam que Canguçu possui 9.947 estabelecimentos agropecuários, que ocupam 267.265 hectares (IBGE, 2007), uma média de 26,87 hectares por estabelecimento. Apesar de ainda não ter sido diagnosticada a dimensão que a agricultura familiar assume deste total, é visível que a mesma se mantém preponderante e que sua produção ocupa posição destacada na economia municipal.

A produção agrícola é bastante diversificada compreendendo produtos como milho, feijão, batata, soja, leite, suínos, aves, fumo,

pecuária de corte, hortigranjeiros e frutas, dentre outros, tanto para autoconsumo²⁸ quanto para comercialização.

Na produção para comercialização merecem destaque atualmente a produção leiteira, o pêssego e, principalmente, o fumo, comercializados via sistema de integração, e a soja e a bovinocultura de corte, comercializados de diversas maneiras. Mais recentemente, inseriu-se o cultivo de florestais exóticas (*Pinus* e *Eucalyptus*), compondo o universo de atuação das indústrias papeleiras, sendo o *Pinus* cultivado a mais tempo e, prioritariamente, pelas próprias empresas através do arrendamento de terras, e o *Eucalyptus*, com ingresso mais recente via programa Poupança Florestal, objeto de estudo deste trabalho.

Canguçu é o maior município da microrregião Pelotas, com 3.525 km², corresponde a 34,3% da área desta microrregião.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000, no intervalo entre os dois últimos censos, a população do município teve uma taxa média de crescimento anual de 0,25%, passando de 50.367 habitantes em 1991 para 51.447 habitantes em 2000. No ano de 2007, o município atinge uma população de 53.553 habitantes, auferindo incremento de 6,3%.

No período (1991-2007), a população total da microrregião cresceu 14,5%, apresentando uma taxa média de urbanização de 76,8%, em 1991, de 80,8%, em 2000, e de 83,9%, em 2007.

Neste mesmo período, Canguçu experimentou uma ascensão em torno de 45% na taxa de urbanização, uma vez que parte de 27,42% (1991) para 39,8% (2007). Todavia, apesar da progressiva queda na população rural esta ainda se apresenta predominante no município, diferentemente do que se observa tanto em termos da microrregião quanto do estado²⁹.

A Tabela 2 vem reiterar estes dados, apontando a distribuição da população da Microrregião Pelotas por situação de domicílio. Como se pode detectar, de modo geral, os municípios apresentam uma queda na população residente no meio rural. A partir da mesma fonte ainda é possível perceber que dentre os municípios desta microrregião, em termos percentuais, Canguçu apresenta a maior população rural, sendo

²⁸ O sentido prestado ao termo “autoconsumo” encontra correspondência em Sacco dos Anjos et al (2005, p. 3), para o qual o autoconsumo familiar esta relacionado aos “produtos ou processos que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração, com base no uso da força de trabalho familiar”.

²⁹ De acordo com dados da FEE (2008), a taxa de urbanização da microrregião Pelotas foi de 84,3% , sendo que no estado a mesma alcançou 85,0 %, no ano de 2008.

60,2% de seus habitantes no ano de 2007, residentes em domicílios rurais.

Tabela 2 – Evolução da população da Microrregião de Pelotas, por situação de domicílio, nos anos 1991, 2000 e 2007.

Municípios	ANO					
	1991		2000		2007	
	Pop. Urb.	Pop. Rural	Pop. Urb.	Pop. Rural	Pop. Urb.	Pop. Rural
Canguçu	13.811	36.556	17.695	33.752	21.298	32.255
Capão do Leão	16.194	2.700	21.354	2.364	21.698	1.907
Cerrito	3.641	3.474	3.968	2.957	4.165	2.464
Cristal	2.647	3.428	4.014	2.618	4.641	2.403
Morro Redondo	2.048	4.022	2.151	3.847	2.561	3.638
Pedro Osório	7.053	695	7.291	816	7.385	654
Pelotas	264.003	23.556	301.081	22.077	323.209	16.725
S. Lourenço Sul	18.918	22.288	23.463	20.228	25.126	17.195
Turuçu	1.189	2.567	1.638	2.072	1.911	1.918
Total	329.504	99.286	382.655	90.731	411.993	79.160

Fonte: Adaptado de Atlas IDH (2000) e ITEPA (2008).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000, no período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Canguçu cresceu de 0,663 em 1991 para 0,743 em 2000. O item que mais apresentou influência sobre o crescimento do IDH-M foi a *Educação* (43,3%). A *Renda* teve incremento de 21,7%.

Apesar da melhora significativa, o município ainda apresenta um dos menores IDH-M da microrregião Pelotas, firmando-se à frente somente de Cerrito, cujo IDH-M foi 0,741, em 2000.

Analisando-se a questão através da classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Canguçu está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Entretanto, em relação aos demais municípios do RS sua situação é ruim, ocupando a 398ª posição entre 496 municípios. Ou seja, 85,0% dos municípios gaúchos se encontram em melhor situação.

Através de outra metodologia, que parte da agregação de 12 indicadores em quatro blocos temáticos (Renda, Saneamento e Domicílios, Educação e Saúde), tem-se um índice sintético, denominado IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico). No que se refere ao IDESE, no ano de 2005, Canguçu atingiu o índice de 0,650, correspondente a 329ª posição em relação aos demais municípios do estado. Tratando-se especificamente dos blocos temáticos, os índices

obtidos em Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde foram, respectivamente, 0,815, 0,597, 0,349 e 0,838. Neste sentido, a avaliação do desempenho municipal, em relação aos demais municípios do estado só mostrou-se melhor em relação ao bloco de Saneamento e Domicílios, colocando-se na 253ª posição.

A Tabela 3 apresenta a evolução do Produto Interno Bruto municipal (PIBm) e do Produto Interno Bruto per capita (PIB_{pc}) do município de Canguçu e da microrregião Pelotas, na qual este município encontra-se inserido. Nesta perspectiva econômica, tem-se que a microrregião Pelotas apresenta constante progressão no montante do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados revelam que o aumento no PIB desta região foi de 23,4% para o período considerado, enquanto que na média per capita foi de 22,2%.

No que se refere a Canguçu, os dados (Tabela 3) revelam que no período em análise (2002-2006), o PIBm apresentou uma evolução de 59,4%, tendo seu maior incremento entre 2002-2003 (29,1%). O PIB_{pc} obteve ascenso semelhante. No período 2002-2006, o ganho percentual foi de 57,9%, sendo que nos dois primeiros anos registrou o maior acréscimo (28,8%).

Analisando-se Canguçu em relação aos demais municípios do estado, segundo dados da FEE (2008), no ano de 2006, o município encontrava-se na sexagésima primeira posição, no que afeta ao PIBm e o quadringentésimo décimo sétimo lugar em relação ao PIB_{pc} entre as 497 municipalidades gaúchas.

Tabela 3 – Evolução do Produto Interno Bruto municipal (PIBm) e do Produto Interno Bruto *per capita* (PIB_{pc}) do município de Canguçu e da microrregião Pelotas, entre 2002 - 2006.

	PIB	2002	2003	2004	2005	2006
Canguçu	A preços correntes (R\$ 1.000)	249.855	322.603	346.178	355.850	398.286
	Per capita (R\$)	4.827	6.218	6.657	6.827	7.623
Microrregião Pelotas	A preços correntes (R\$ 1.000)	2.852.548	3.204.488	3.592.564	3.727.862	4.090.106
	Per capita médio (R\$)	5.865	6.771	7.305	7.142	7.704

Fonte: Adaptado de FEE/IBGE, atualizados em dezembro de 2008.

É válido ressaltar que o PIBm de Canguçu possui uma conformação marcada pela importância da renda agropecuária. Conforme números disponibilizados pelo IBGE, no ano de 2006, enquanto que o VAB da agropecuária representava 29,0% do PIBm, o VAB da indústria participava em 7,5%.

Os dados dispostos na Tabela 4 mostram um panorama da produção agrícola do município de Canguçu, no ano de 2007, segundo dois grupos (cultivos permanentes e cultivos temporários). A partir destes números, destacam-se, notadamente, os cultivos de pêssego e laranja, responsáveis, respectivamente pela maior participação na área municipal cultivada (3,45% e 0,32%) e no valor da produção total (9,14% e 0,42%).

Tabela 4 – Produção em toneladas, área cultivada (hectares) e valor da produção (R\$ mil) das principais lavouras do município de Canguçu, em 2007, segundo a condição de cultivos permanentes e temporários.

Principais lavouras		Área (hectares)	Produção (toneladas)	Valor da Produção (R\$ 1.000)
Permanentes	Figo	80	112	90
	Laranja	240	1.344	672
	Pêssego	2.600	18.200	14.560
	Tangerina	47	450	203
	Outros	38	247	150
	Subtotal	3.005	20.353	15.675
Temporários	Arroz	750	4.187	1.842
	Batata-doce	500	4.000	1.400
	Batata-inglesa	1.000	8.960	3.494
	Cebola	1.000	6.000	1.800
	Cevada	912	2.006	1.204
	Feijão	5.750	6.900	3.450
	Fumo	10.000	22.000	88.000
	Mamona	1.500	2.250	1.328
	Milho	35.000	84.000	23.520
	Soja	15.000	27.000	12.960
	Trigo	400	960	576
	Outros	650	5.524	4.102
	Subtotal	72.462	173.787	143.676
	Total	75.467	194.140	159.351

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados IBGE (2007).

No que tange aos cultivos temporários, o destaque fica para os três cultivos mais importantes do ponto de vista da composição da área

total cultivada e do valor total da produção. Conjuntamente, o fumo, o milho e a soja compõem 79,5% da área total de cultivo e 78,1% do valor total da produção.

Todavia, analisados individualmente ressalta-se o papel desempenhado pelo fumo na composição do valor da produção (55,2%) e do milho em relação à participação na área total de cultivo (43,3%). Do ponto de vista da produção animal, merece nota o número de bovinos de leite (vacas ordenhadas), que em 2007, chegou a quase 15 mil cabeças, que produziram 22.188 milhões de litros de leite e geraram R\$ 10,87 milhões.

Ainda é preciso dedicar algumas linhas para tratar do que se pode chamar de “setor da madeira”. A silvicultura em Canguçu, assim como em outras regiões, ocupa lugar de maior importância tanto em relação à exploração quanto ao valor da produção, quando comparada à extração vegetal³⁰, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Produção (m³ e ton) e valor da produção (R\$ mil) madeireira no município de Canguçu, em 2007, segundo o tipo de uso da madeira.

Uso da madeira	Produção	Valor da Produção (R\$ 1.000)
Lenha	92.597 m ³	1.900
Extração vegetal	25.627 m ³	526
Madeira em tora	3.108 m ³	87
Subtotal	121.332 m³	2.513
Carvão vegetal	41 ton	20
Subtotal	41 ton	20
TOTAL		2.533

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados IBGE (2007).

Ao analisarmos a produção silvícola de Canguçu, no ano de 2007, através dos dados divulgados pelo IBGE, percebe-se que a produção de lenha supera em larga escala, em importância econômica, a produção de madeira em tora e de carvão vegetal, alcançando valor da produção de R\$ 1,9 milhões de reais, referentes a produção de 92.597 m³, como mostra a Tabela 4.

No que se refere à produção de madeira em tora, o valor da

³⁰ Por *extração vegetal*, entende-se o processo que envolve a exploração de recursos vegetais nativos, compreendendo a coleta ou apanha de produtos como madeiras, látex, sementes, fibras, entre outros, “de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, uma única produção” (IBGE, 2007).

produção foi de 87 mil reais, correspondentes a 3.108 m³, e, no caso do carvão vegetal, R\$ 20 mil, referentes à produção de 41 toneladas. A mesma fonte ainda revela que a extração vegetal é significativa apenas em relação à produção de lenha, produzindo 25.627 m³ e gerando R\$ 526 mil.

Os dados apresentados até o momento denotam a diversidade de cultivos e criações desenvolvidos no município e sua importância para a economia municipal. Contudo, é importante ressaltar que as informações disponíveis, no que tange a produção pecuária e silvícola, não apresentam o mesmo grau de detalhamento daquelas referentes à produção agrícola, o que pode influir numa menor importância relativa desses setores.

Tal diversidade produtiva é reflexo de uma agricultura ancorada em unidades familiares de produção, caso do município em questão, como repetidamente mencionado. Um número tão grande de famílias vivendo *da* e *na* zona rural, traz a efeito a importância assumida por Canguçu no que tange ao acesso às políticas públicas e sociais direcionadas aos agricultores.

Antes mesmo de elencar os números que dão conta de demonstrar a relevância assumida pelo município estudado no que afeta ao acesso às políticas públicas, especialmente àquelas focalizadas ao público da agricultura familiar, é preciso de forma breve explanar sobre as alterações no marco institucional que deram novo “horizonte” ao destino dos recursos financeiros, notadamente o crédito agrícola antes direcionado apenas a uma “classe” patronal de agricultores, tidos como *modernos e viáveis economicamente*³¹.

A década de 1990, com efeito, ostenta papel decisivo na compreensão das alterações nos instrumentos de acesso à terra e no crédito agrícola. Em 1996, partindo da reformulação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), tem início o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cumprindo o propósito de ampliar o universo de agricultores inseridos aos mercados. Para Mattei (2005), o Pronaf materializa uma enorme conquista a uma grande parcela de agricultores que por um longo

³¹ Este estigma de *modernidade e viabilidade econômica* encontra assento na *suposição* de que havia um grupo de agricultores que tinham maior capacidade de *assimilar* novas tecnologias e adotar novos modelos produtivos e que, por conseguinte, eram mais capazes de conceder rápido retorno aos recursos tomados. Esta noção esteve, por muito tempo, estampada no Sistema Nacional de Crédito Rural, orientando, inclusive, o modelo de assistência técnica brasileiro.

período não se constituíam enquanto público preferencial de políticas de crédito agrícola.

Segundo Ferreira et al. (2007, p. 2), no caso do Rio Grande do Sul, em que pesem as oscilações no número de contratos firmados, em 2005, o Pronaf atingiu aproximadamente 2/3 das 394 mil unidades familiares de produção existentes. Já segundo Mattei (2005), os municípios de Canguçu, Venâncio Aires, Erechim e Santa Cruz do Sul estão entre os dez maiores tomadores deste recurso no Brasil, sendo que, Canguçu, encabeça a lista.

Conforme os dados apresentados na Tabela 6, no período 1999-2005, o número de operações do Pronaf em Canguçu apresentou incremento de 99,6%, e o montante de recursos acessados aumentou 486,26%. Analisando-se a evolução do Pronaf em conjunto com o Produto Interno Bruto municipal, percebe-se que o PIBm aumenta da mesma forma que o acesso ao Pronaf. Em 2005, a participação foi correspondente a 17,6% do PIBm, um valor duas vezes superior (215,98%) ao alcançado em 1999.

Tabela 6 – Evolução dos recursos e do número de contratos do Pronaf, do Produto Interno Bruto, entre os anos 1999 e 2005.

Ano de referência	Pronaf		PIB	Pronaf/PIB (%)
	Contratos	Valores (R\$ 1.000)	Valores (R\$ 1.000)	
1999	9.528	11.019	197.813	5,57
2000	11.045	13.773	214.448	6,42
2001	11.670	23.015	257.448	8,94
2002	13.501	29.776	249.855	11,00
2003	15.080	52.208	322.603	14,62
2004	17.884	64.638	346.178	15,92
2005	19.014	62.618	355.850	17,60

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do BACEN (2005) e da FEE/IBGE (atualização dez/2008).

No que tange ao acesso a terra, no início desta década inaugurava-se, a partir do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma importante modificação nos mecanismos de acesso. O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, implantado pela Lei Complementar nº 93, de 1998, e pelo Decreto nº 3.475, de 2000, tratava-se categoricamente da ampliação da experiência do Cédula da Terra (projeto-piloto da política de crédito fundiário) para todo país. Por este programa, o acesso à terra poderia dar-se mediante a compra de terra pelos próprios agricultores, a partir de financiamento

contraído junto aos agentes financeiros, tendo prazo de até 20 anos para pagamento, ficando o imóvel alienado durante este período.

Canguçu obteve papel de destaque no acesso ao Banco da Terra, tendo efetivado 231 contratos (nos quais foram desembolsados R\$ 4,6 milhões e adquiridos 3.653,94 hectares de terra) no período 2000-2003, o que corresponde a 26,2% do total de 883 operações realizadas no âmbito da Unidade Técnica AZONASUL³², organismo implementador do Banco da Terra (SILVA, 2009). O número (231 contratos) é relevante, contudo, corresponde a cerca de 10% do número de inscritos que, segundo a autora, passou de dois mil, dos quais, cerca de 700 converteram-se em propostas encaminhadas à Unidade Técnica.

O intenso parcelamento das áreas, como apontado no resgate histórico realizado anteriormente, subsidia a compreensão das motivações que levaram tal contingente de agricultores à busca do Banco da Terra, vislumbrando neste uma possibilidade de acesso à terra. O trabalho de Silva (2009) sustenta essa informação ao apontar que, dentre seus entrevistados, apenas 6,5% trabalhava por conta própria, enquanto que o restante distribuía-se entre parceiros (35,5%), arrendatários (30,6%), agregados (17,7%) e diaristas (9,7%).

Correlato Canguçu também foi palco de implementação de 16 projetos de assentamento, através da reforma agrária *tradicional*, assentando 434 famílias, em 11.569 hectares. Esses assentamentos são motivo de controvérsia no município, por um lado porque foram realizados nas grandes propriedades remanescentes das sesmarias que conferiam algum poder local aos seus proprietários, e, por outro, porque as famílias assentadas são originárias de outras regiões do estado, fazendo com que a reforma agrária realizada nesse município não beneficie os agricultores desta localidade³³.

Já na esfera da previdência social, as alterações se deram na década de 1980. Segundo Mattei (2005), a Nova Constituição (1988) instituiu a ampliação do sistema previdenciário incorporando os trabalhadores rurais e conferindo-lhes o status de *segurados especiais*.

³² A Associação dos Municípios da Zona Sul – AZONASUL, à época da implantação do Banco da Terra, congregava 23 municípios (Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Encruzilhada do Sul, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu). Nessa área de abrangência, foram acessados 18 milhões de reais para aquisição de 15.489,42 hectares, beneficiando 883 famílias (SILVA, 2009).

³³ Depoimentos nesse sentido são muito frequentes tanto em nível de famílias de agricultores quanto de entidades e instituições municipais, como relatado por Silva (2009) e detectado durante a realização da pesquisa de campo.

A importância dos recursos previdenciários rurais na economia municipal pode ser inferida a partir do estudo de Becker et al. (2005, p. 2), que analisa o papel da previdência social no âmbito da microrregião Pelotas. Neste trabalho, aponta-se que em 2003 o montante de recursos mobilizado pela Previdência Rural no município alcançou quase R\$ 30,2 milhões, compondo 13,0% do PIBm³⁴ e ultrapassando em até quatro vezes o montante correspondente ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que no ano de 2003 foi de R\$ 5,6 milhões.

Essas políticas se situam em três distintas dimensões reivindicando grande importância econômica para Canguçu em função do número de trabalhadores rurais, especialmente os agricultores familiares. Por todas essas características mencionadas Canguçu é a terra da agricultura familiar, fato que justificou a escolha do município como caso estudado e objeto privilegiado desta pesquisa.

³⁴ Recordar-se que, em 2006, agropecuária representava 29,0% do PIBm, e a indústria participava com 7,5%. Esses dados ressaltam a importância da Previdência Rural para o município.

4. A proposta de poupança florestal

A madeira está presente no cotidiano das pessoas mundo a fora, em suas habitações, seus meios de transporte, seu material de trabalho, sua alimentação, sua higiene, e, a depender da crença religiosa, na hora da morte. Com o desenvolvimento tecnológico uma série de outros materiais, especialmente o aço, alumínio e plásticos ocuparam uma parcela importante do uso antes destinado à madeira. Mesmo assim, com o aumento da população mundial seu consumo tende a continuar aumentando.

Neste capítulo apresentaremos a situação do setor em nível mundial, a inserção brasileira atual e quais projetos estão sendo desenvolvidos no país, dentre estes o projeto Losango encampado pela VCP no RS dando especial ênfase ao programa Poupança Florestal.

4.1 Panorama mundial do mercado de produtos madeireiros

A demanda mundial por produtos florestais atualmente apresenta-se extremamente concentrada em países de economia desenvolvida, como Estados Unidos e Canadá, e em países que apresentam altas taxas de crescimento econômico como China e Índia. Os Estados Unidos, isoladamente, demandam 25,0% da madeira em tora, 30,0% da madeira serrada, 26,0% dos painéis de madeira, 29,0% da celulose e 27,0% do papelão consumidos no mundo, sendo o maior consumidor em todos estes itens (FAO, 2006).

De acordo com a Tabela 7, a área florestal mundial, em 2005, era de 3,95 bilhões de hectares, correspondente a 30,3% da área territorial global, sendo que a área de florestas *per capita* era de 0,62 hectares. Dados constantes no levantamento realizado pela FAO/FRA (Food and Agriculture Organization/Forest Resources Assessment) apontam que 45 países possuem mais que a metade de sua área territorial coberta por florestas. Conjuntamente, a Rússia (com 809 milhões de ha), o Brasil (478 milhões de ha), Canadá (310 milhões de ha), Estados Unidos (303 milhões de ha), e China (197 milhões de ha) detêm 53,1% das áreas florestadas do mundo (FAO/FRA, 2006).

Países de menor expressão florestal, em nível mundial, como Chile (16 milhões de hectares, equivalentes a 0,4% das florestas mundiais) e Japão (25 milhões de hectares, equivalentes a 0,6% das florestas mundiais) destacam-se como importantes fabricantes de produtos florestais, por possuírem vultosos programas de incentivo ao plantio de árvores. O Japão, por exemplo, possui 10,3 milhões de hectares de árvores plantadas, o que equivale a 7,4% de seu território.

O plantio de árvores também está presente nos países com grandes áreas florestadas como China (31 milhões de ha), Rússia (17 milhões de ha) e Estados Unidos (17 milhões de ha). Estes três países possuem uma característica comum, são altamente dependentes da madeira como fonte de energia e matéria-prima para construção civil.

Tabela 7 – Dimensão territorial, área de floresta, área de floresta nativa e plantada dos principais países com florestas, em 2005.

País	Área Total (mil ha)	Área de Floresta (mi ha)	% (Floresta/ Área total)	% (Floresta/ Floresta mundial)	Área Floresta Nativa (mil ha)	Área Floresta Plantadaa (mil ha)	% (Plantado/ total floresta)
China	932.742	197.290	21,2	5,0	165.921	31.369	15,9
EUA	915.896	303.089	33,1	7,7	286.028	17.061	5,6
Rússia	1.688.850	808.790	47,9	20,5	791.828	16.962	2,1
Canadá	909.351	310.134	34,1	7,8	*	*	*
Brasil	845.942	477.698	56,5	12,1	472.314	5.384	1,1
Japão	36.450	24.868	68,2	0,6	14.547	10.321	41,5
Sudão	237.600	67.546	28,4	1,7	62.142	5.404	8,0
Indonésia	181.157	88.495	48,8	2,2	85.096	3.399	3,8
Índia	297.319	67.701	22,8	1,7	64.475	3.226	4,8
Taiilândia	51.089	14.520	28,4	0,4	11.421	3.099	21,3
Vietnã	32.549	12.931	39,7	0,3	10.236	2.695	20,8
Chile	74.880	16.121	21,5	0,4	13.460	2.661	16,5
Turquia	76.963	10.175	13,2	0,3	7.638	2.537	24,9
Outros	6.783.080	1.862.801	27,5	47,1	1.827.148	35.653	0,0
TOTAL	13.063.868	3.952.025	30,3	-	3.812.254	139.771	-

Fonte: Adaptado de FAO/FRA (2006).

* A fonte consultada não dispõe de dados sobre a composição das florestas canadenses.

Uma observação importante refere-se à Europa, que juntamente com os Estados Unidos, é o principal mercado consumidor de produtos florestais no mundo, porém, constitui-se em uma área praticamente sem cobertura florestal.

Como já referido, a Rússia e o Canadá possuem grandes áreas florestais, no entanto, devido às condições climáticas desses países o ciclo de desenvolvimento das árvores é de 40 a 45 anos, como mostra a Tabela 8. Isso faz com que a madeira colhida nesses países seja majoritariamente proveniente de florestas nativas³⁵. Entretanto, muitas

³⁵ Importante ressaltar que as matas nativas dos países citados são coníferas, enquanto que os dados apresentados na tabela referem-se, especificamente, ao cultivo de eucalipto.

dessas florestas nativas estão localizadas em regiões de difícil acesso, o que tem reduzido a área disponível de madeira desses países.

Aproveitando essa situação, países como Malásia, Indonésia, Nova Zelândia, Chile e Brasil (BRASIL, 2007), que possuem condições climáticas mais favoráveis ao rápido desenvolvimento das árvores (7 anos), por localizarem-se em regiões tropicais ou subtropicais, vêm aproveitando as oportunidades existentes no mercado internacional para se firmarem como exportadores de produtos de madeira.

Tabela 8 – Produtividade da madeira de eucalipto nos principais países produtores, em 2000.

País	Colheita (anos)	Produtividade (m ³ /ha/ano)
Brasil	7	45-50
Argentina	7-12	25
Chile	10-12	20
Indonésia	7	20-25
Austrália	7	20-25
Espanha	12-15	10-12
Suíça	35-40	5,5
Finlândia	35-40	4
Estados Unidos	25	10
Canadá	45	7

Fonte: BNDES, Bracelpa (apud ITEPA, 2005).

Segundo Bracelpa (2008), em 2005, a produção mundial de madeira bruta, destinada a todos os usos (papel e celulose, madeira serrada, compensados, painéis reconstituídos, carvão e lenha), alcançou 3,5 bilhões de metros cúbicos, 2,3% a mais que no ano anterior. Estados Unidos, Índia, China, Brasil, Canadá e Rússia, nessa ordem, são os maiores produtores, respondendo por metade da produção mundial (1,73 bilhão de metros cúbicos). Do montante total, mais da metade da produção ainda é consumida para produção de energia, em geral sob a forma de lenha, com os maiores volumes na Índia, China e Brasil.

O restante, aproximadamente 1,71 bilhão de metros cúbicos de madeira bruta (3,2% a mais que em 2004), foi beneficiada e transformada pela indústria. Os quatro maiores produtores de madeira para indústria (EUA, Canadá, Rússia e Brasil), produzem e transformam mais da metade (882 milhões de metros cúbicos) de toda a matéria-prima colhida anualmente no mundo com destino às serrarias, chapas, compensados, papel e celulose (BRACELPA, 2008).

Com respeito à celulose, especificamente, Estados Unidos e Canadá são os grandes produtores mundiais de celulose do mercado (27,5% e 11,4%, respectivamente). O Brasil era, em 2005, o sétimo maior produtor com 9,5 milhões de toneladas. Seguido por China e Rússia, é o país que mais aumentou sua produção no período (2002-2007), conforme ilustrado na Tabela 9.

Em 2007, o Brasil alcançou a marca de 12 milhões de toneladas, um incremento de 63,9% em relação a 2002, o que lhe conferiu o posto de 6º maior produtor mundial, ultrapassando o Japão. Juntamente com o Brasil, China com incremento de 22,2% e Rússia com 16% de incremento, no período 2002-2007, são os países que mais aumentaram sua produção em relação à produção mundial.

Tabela 9 – Maiores produtores mundiais de celulose (2002-2007), com destaque para posição do Brasil.

País	Celulose – Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2007
EUA	52.913.585	52.541.713	53.816.955	53.816.955	53.462.000
Canadá	25.562.000	26.003.000	26.222.000	25.216.000	22.314.000
China	15.606.000	16.211.200	16.211.200	16.211.200	19.070.000
Suécia	11.712.000	12.095.000	12.464.000	12.466.000	12.402.000
Finlândia	11.729.000	11.948.000	12.614.000	11.134.000	12.856.000
Japão	10.664.000	10.572.000	10.703.000	10.805.000	10.894.000
Brasil	7.390.000	9.104.000	9.529.000	9.529.000	12.113.000
Rússia	6.377.000	6.605.000	6.780.000	6.817.000	7.399.000
Indonésia	5.587.000	5.587.000	5.587.000	5.587.000	5.770.000
Chile	*	*	*	*	4.719.000
Índia	*	*	*	*	3.389.000
Alemanha	*	*	*	*	3.001.000
Outros	34.391.689	35.311.800	36.765.334	37.387.183	26.821.000
Total mundial	181.932.274	185.978.713	190.692.489	188.969.338	194.210.000

Fonte: Elaboração do autor a partir de FAO (2006) e Bracelpa (2008).

* As fontes não dispõem de dados referentes a este ano.

Segundo Bracelpa (2008), os países do Mercosul, Chile e Indonésia dispõem de vantagens comparativas para o cultivo de árvores como condições edafoclimáticas favoráveis, áreas de terras, menor custo da terra e da mão-de-obra e adequado aporte tecnológico para produção florestal, implicando num processo de deslocamento dos grandes fabricantes mundiais de celulose e papel em direção a esses países.

4.2 Brasil: o *Eldorado* da celulose

O Brasil possui uma das maiores reservas florestais do mundo, ocupando 56,5% de seu território. Segundo dados da IBGE³⁶ (2007), a produção primária florestal do Brasil somou R\$ 12,1 bilhões, dos quais, 68,7% (R\$ 8,3 bilhões) foram provenientes da silvicultura e 31,3% (R\$ 3,8 bilhões) do extrativismo vegetal.

Segundo a ABRAF (2009), o Brasil possui 6.583.074 hectares de árvores plantadas para diversos fins, entre áreas com pinus, eucalipto e outras espécies. Um incremento de 22,3% perante os 5,4 milhões de hectares, existentes em 2005 (a propósito, retomar Tabela 6).

A Tabela 10 apresenta o total destas florestas nos anos 2007 e 2008. Os dados evidenciam que no ano de 2008 o pinus correspondia a 28,4% do total cultivado, o eucalipto a 64,7% e as demais espécies a 6,9%, percebendo-se uma redução da área de pinus e outras espécies, enquanto o eucalipto apresenta um incremento vigoroso.

Tabela 10 – Área com as principais espécies plantadas no Brasil nos anos de 2007 e 2008.

Espécie	Área em 2007 (ha)	%	Área em 2008 (ha)	%	Evolução 2007/2008 (%)
Pinus	1.874.656	29,7	1.867.680	28,4	-0,37
Eucalipto	3.969.711	63,0	4.258.704	64,7	7,28
Outras*	457.575	7,3	456.689	6,9	-0,19
Total	6.301.942	100,0	6.583.074	100,0	4,46

Fonte: Anuário Estatístico da ABRAF - 2009.

* Área florestadas com Acácia, Seringueira, Teça, Araucária, Ipê-roxo, Mogno, etc.

Analisando-se o comportamento do cultivo de eucalipto e pinus no período 2004-2008, nos diferentes estados, se constata, a partir da Tabela 10, que a área plantada com eucalipto vem crescendo ano a ano em praticamente todos os estados, e em alguns de forma bastante acelerada.

Segundo a mesma fonte, a produção de pinus é bastante concentrada no sul do Brasil, especialmente no Paraná e em Santa

³⁶ O Relatório do IBGE sobre a Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) aborda itens relacionados à silvicultura como a madeira destinada para lenha, carvão vegetal, movelaria, papel e celulose, e também os usos feitos a partir do extrativismo vegetal como extração da borracha, frutos, polpas, erva-mate, etc.

Catarina que juntos perfazem 1,26 milhão de hectares, respondendo por 67,79 % da área total. Apenas Santa Catarina possui 551 mil hectares de pinus, dado que impressiona em face da pequena área territorial do estado. Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais completam a lista dos estados que possuem peso significativo na produção nacional de pinus.

Com relação à produção de eucalipto, em ordem decrescente, os estados com maior área plantada são Minas Gerais (1.278.212 ha), São Paulo (934.360 ha), Bahia (587.606 ha), Rio Grande do Sul (277.316 ha), Mato Grosso do Sul (265.254 ha) e Espírito Santo (210.409 ha), somatório que corresponde a 83,43% de toda área nacional plantada com eucalipto, conforme denota a Tabela 11.

Segundo os mesmos dados, apreende-se que os principais estados produtores em 2004 apresentaram os menores índices de aumento de área plantada. Em São Paulo, o incremento foi de 187 mil hectares (25%), Minas Gerais foram 238 mil hectares (22,9%), Bahia outros 106 mil hectares (22%) e Espírito Santo mais 31 mil hectares (17,4%), resultando num incremento médio de 21,8%, denotando que se tem encontrado limites para expansão da base florestal nesses estados.

Tabela 11 – Área de eucalipto (ha) em alguns estados brasileiros no período 2004-2008 e sua participação na área total e, área de pinus em alguns estados brasileiros, em 2008, e sua participação na área total.

Estado	Eucalipto						Pinus	
	2004	2005	2006	2007	2008	%	2008	%
AP	57.226	60.087	58.473	58.874	63.309	1,49	1.620	0,09
BA	481.543	527.386	540.172	550.127	587.606	13,80	35.090	1,88
ES	179.213	204.035	207.800	208.819	210.409	4,94	3.991	0,21
GO	44.114	42.417	46.146	57.151	58.580	1,38	15.198	0,81
MA	57.852	60.745	93.285	106.802	111.117	2,61	0	0,00
MT	42.417	42.417	46.146	57.151	58.580	1,38	7	0,00
MS	98.846	113.432	119.319	207.687	265.254	6,23	18.797	1,01
MG	1.040.048	1.119.129	1.181.429	1.218.212	1.278.212	30,01	145.000	7,76
PA	100.793	106.033	115.806	126.286	136.294	3,20	11	0,00
PR	111.966	114.996	121.908	123.070	142.434	3,34	714.893	38,28
RS	152.689	179.690	184.245	222.245	277.316	6,51	173.163	9,27
SC	60.000	61.166	70.341	74.008	77.436	1,82	551.219	29,51
SP	747.347	798.522	915.841	911.908	934.360	21,94	207.840	11,13
Outros	25.762	27.049	41.392	53.244	59.496	1,40	850	0,05
Total	3.199.816	3.462.719	3.745.794	3.969.711	4.258.704	100,00	1.867.680	100,00

Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico da ABRAF - 2009.

Reforça essa afirmação, o fato de que Rio Grande do Sul, Maranhão (MA) e Mato Grosso do Sul (MS) são os estados com maiores incrementos³⁷, apresentando 81,6% (124.627 ha), 92,1% (53.265 ha) e 168,4% (166.408 ha), respectivamente, média de 114% (conforme Tabela 10).

Analisando-se a produção brasileira de eucalipto, entre os anos 2004-2008, tem-se que o país apresentou incremento de 33,1% na área plantada de eucalipto, conforme ilustra a Figura 7.

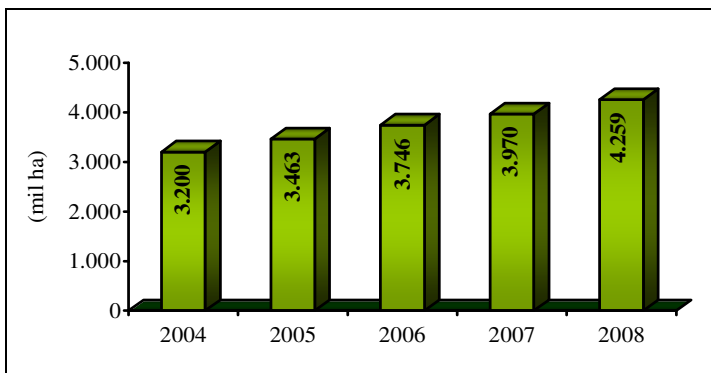


Figura 7 – Área plantada de eucalipto no Brasil no período 2004-2008.

Fonte: Anuário Estatístico da ABRAF - 2009.

Segundo Garlipp (2007), em 2006, os Estados Unidos era o maior produtor mundial de celulose, com 52,9 milhões de toneladas, seguido por Canadá com 25,4 milhões de toneladas, China com 16,3 milhões de toneladas. O Brasil é o sexto maior produtor com 11,1 milhões de toneladas de celulose, das quais, 6,1 milhões de toneladas são destinadas à exportação. A matéria prima usada nas indústrias brasileiras provém majoritariamente (83,5%) das lavouras de eucalipto, cabendo os 16,5%

³⁷ Os incrementos apresentados por RS, MS e MA devem-se aos vigorosos projetos de expansão da base florestal em curso nesses estados. O MA possui grande número de siderúrgicas de ferro-gusa, que tem seus fornos alimentados por carvão vegetal, antes importado do Pará, mas que aumentou o preço de venda, inviabilizando sua importação (segundo as siderúrgicas). Visando alimentar seus fornos, as indústrias de ferro-gusa estão implantando 100 mil hectares de eucalipto (ALEMA, 2009). MS e RS fazem parte de um grande projeto de expansão da VCP. No RS está se instalando o Projeto Losango (tratemos mais detalhadamente à frente), e no MS, o Projeto Horizonte, cujo investimento de R\$ 3 bilhões implantou uma unidade industrial no município de Três Lagoas, com capacidade de industrialização de 1,3 milhão de toneladas/ano (direcionada à exportação para mercados da Ásia, Europa e América do Norte), para a qual é necessária uma base florestal de 100 mil hectares.

restantes ao pinus, o que confere ao Brasil a posição de maior exportador mundial de celulose de fibra curta (BRACELPA, 2008).

Para a Bracelpa (2009), o Brasil desde a década de 1990, vem apresentando grande expansão na quantidade de pasta de celulose produzida, passando de 1,3 milhão de toneladas em 1990 para 6,1 milhão de toneladas em 2005. Ou seja, em uma década e meia, o setor cresceu mais que três vezes (341,3%). Em relação aos demais países (Chile, Uruguai, Espanha, Portugal, China, entre outros), em 2005, o Brasil era responsável por 58,0% da produção de celulose de eucalipto³⁸.

O RS possui participação bastante reduzida no montante da silvicultura brasileira, comparando-se com estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, maiores produtores, respondendo, como aponta a Tabela 12, por 8,63% (R\$ 706 milhões) do valor total movimentado por esse mercado, que se aproxima de R\$ 8,2 bilhões.

Tabela 12 – Quantidade, valor e participação dos produtos da silvicultura, por produto, no Brasil e Rio Grande do Sul, em 2007.

Produtos da Silvicultura		Rio Grande do Sul	Brasil
Carvão Vegetal	Quantidade (ton.)	42.527	3.806.044
	Valor (R\$ 1.000)	23.529	1.585.241
Lenha	Quantidade (m ³)	13.604.263	39.089.275
	Valor (R\$ 1.000)	383.408	1.112.621
Madeira em tora (papel e celulose)	Quantidade (m ³)	2.731.029	60.964.307
	Valor (R\$ 1.000)	72.147	2.836.487
Madeira em tora (outros fins)	Quantidade (m ³)	5.209.607	44.167.434
	Valor (R\$ 1.000)	226.869	2.644.276

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos dados da PEVS/IBGE (2007).

Em termos de área, Benetti (2008), a partir de dados das empresas e representantes do setor, afirma que no Brasil, no ano de 2007, existiam 3.407.204 hectares plantados com eucalipto, dos quais, 179.690 hectares encontravam-se no RS, o que corresponde, a 5,27% da

³⁸ Paralelo a essa expansão, a partir da segunda metade dos anos 90 cresceu o movimento de fusões, aquisições e acordos estratégicos entre indústrias do ramo de papel e celulose a nível internacional e também no mercado nacional, resultando num aumento no nível de concentração no setor papelero. Recentemente, a VCP incorporou a Aracruz Celulose e colocou o Brasil no cenário das grandes aquisições do setor.

área total³⁹. Quanto ao volume de madeira destinada à fabricação de celulose, os dados da autora⁴⁰ se assemelham aos do IBGE/PEVS (2007).

A produção destinada ao fabrico de papel e celulose vem aumentando, é o que indica o IBGE, através da PEVS (2007). De 2006 para 2007, houve um incremento da produção de madeira em toras para papel e celulose da ordem de 10,9%, saindo de pouco mais de 55 milhões de m³ para os atuais 61 milhões de m³.

No caso específico da madeira destinada à produção de papel e celulose, o RS respondia, em 2007, por 4,47% da madeira produzida e 2,54% (R\$ 72 milhões) do recurso movimentado. Entretanto, esses dados deverão mudar nos próximos anos em função dos investimentos pensados por Aracruz, Votorantin e Stora Enzo na Metade Sul do RS, como veremos no próximo sub-capítulo.

4.3 VCP e Projeto Losango: ação local da gigante mundial

A Votorantim Celulose e Papel S/A integra o Grupo Votorantim (GV), atuante nas mais diversas áreas: Votorantim Cimentos (cimento e cal); Votorantim Metais; Votorantim Finanças, controladora do Banco Votorantim (BV) e suas subsidiárias BV Financeira, BV Leasing, Votorantim Asset Management e Votorantim Corretora de Títulos Mobiliários; Votorantim Energia; Votorantim Agroindústria; Votorantim Química e Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Recentemente, também tem investido nos setores de bioinformática e biotecnologia. O grupo possui expressiva atuação em todos esses setores, sendo o segmento *celulose e papel* seu terceiro maior empreendimento, absorvendo 17% dos negócios.

A década de 1950, marca a inserção do Grupo Votorantim em atividades no âmbito florestal. Neste período, o Grupo implantou lavouras de eucalipto na região de Capão Bonito/SP, com propósito de manutenção energética (produção de carvão) de suas indústrias.

O segmento *celulose e papel* tem uma inserção posterior, materializada pela parceria firmada, em 1988, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Neste ano, o Grupo constitui a empresa Celpav – Celulose e Papel Votorantim, no estado de

³⁹ Os dados de Benetti (2008) diferem dos dados da ABRAF (2009), utilizados neste trabalho, para quem a área total de eucalipto é de 3.969.711 ha e a área gaúcha de 222.245 ha, o que corresponde a 5,59%.

⁴⁰ Os dados da autora apontam a produção de 54.698.479 m³ de eucalipto para celulose no Brasil. O RS contribuiria com 2.561.881 m³, 4,68% do montante nacional.

São Paulo, com o investimento de cerca de US\$ 800 milhões para construção da empresa, que tem sua atividade iniciada em 1992, com uma produção de 310 mil toneladas/ano.

Passados três anos, o Grupo Votorantim consolidou a companhia Votorantim Celulose e Papel, pela “fusão” da Celpav, da Papel Simão e Votorantim Celulose, tornando-se uma das maiores produtoras de papel e celulose do Brasil.

Conjuntamente, no ano de 2005, as empresas Klabin, Suzano e VCP absorvem 43% do mercado de papel, responsabilizando-se por 17%, 13% e 13%, respectivamente. No que afeta à produção de celulose, a VCP ganha destaque, sendo superada apenas pela Aracruz, primeira empresa no ranking produtivo do setor⁴¹.

Além do abastecimento interno, a empresa exporta seus produtos originários da madeira para mais de 55 países. No ano de 2004, a capacidade produtiva era de 1,4 milhão de toneladas por ano de celulose e 610 mil toneladas por ano de papel. A empresa mantém o plantio de lavouras próprias de eucalipto para suprir a demanda das Unidades Industriais de Jacareí, Luiz Antônio, Piracicaba e Mogi das Cruzes. Essas operações, concentradas no estado de São Paulo (regiões Nordeste, Centro e Sul), situam-se em média a 210 km das plantas industriais. A atividade florestal da empresa está distribuída em 195 mil hectares, sendo 122,2 mil próprios (62,7%) e 72,8 mil arrendados (37,3%). Nestas áreas, a produção de eucalipto ocupa 121,2 mil hectares (62,2%), ficando os demais 73,8 mil hectares destinados à regeneração da mata nativa original (37,8%).

A VCP também fortalece sua imagem no mercado internacional, mediante a aquisição de parte do controle de outras empresas. Em 2001, a empresa deteve o controle de 28,0% das ações da Aracruz Celulose e em finais de 2004, juntamente com a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, adquiriu a Ripasa, fabricante de papel e celulose. Apesar da aquisição conjunta, as empresas permanecem atuando separadamente, sendo que cada uma delas incrementará sua capacidade produtiva em 260 mil toneladas/ano de papel e 225 mil toneladas/ano de celulose.

A grande expansão da VCP aconteceu entre o final de 2008 e início de 2009, com a aquisição de 56,0% das ações da Aracruz Celulose. Como a empresa já possuía 28,0%, alcançou 84,0% das ações da Aracruz. Por R\$ 2,71 bilhões, a VCP adquiriu 127.506.457 ações da

⁴¹ Contudo, a VCP detinha 28,0% das ações da Aracruz. Em 2008, a VCP inicia negociação para tornar-se acionista majoritária da concorrente, fato que como veremos mais à frente se concretiza em 2009. Apesar da incorporação, ambas mantêm nome e atividades separadas.

Arapar S.A, pertencente à família do fundador da Aracruz, Erling Lorentzen, e às famílias Moreira Salles, Almeida Braga e empresa Gávea Fund (do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga).

Depois da Arapar, foi a vez da família Safra vender sua parte a VCP, tornando-a a maior empresa do setor de celulose de mercado do mundo. A família Safra, representada pela empresa Arainvest, também possuía 28,0% das ações da Aracruz e após a Família Lorentzen vender sua parte, aceitou a oferta de R\$ 2,7 bilhões por suas ações. Ao incorporar 28,0% da Arapar e 28,0% da Arainvest aos 28,0% que já detinha na Aracruz a VCP passa a ser acionista majoritária da empresa com 84,0% do capital da Aracruz. Para efetuar a negociação, a VCP contou com apoio do BNDES (detentor de 12,5% das ações da Aracruz), que disponibilizou R\$ 2,4 bilhões para concretização do negócio com a família Safra.

Com a incorporação da Aracruz, a VCP passa a ter uma capacidade produtiva de 5,8 milhões de toneladas/ano – conforme ilustrado na Figura 8⁴², o que representa quase 100% a mais que a segunda colocada e três vezes mais que Suzano e Stora Enso, ambas com atuação no Brasil, mas que não alcançam 2 milhões de toneladas/ano.

Cabe ressaltar que a incorporação da Aracruz pela VCP não altera o funcionamento das empresas, nem compromete os projetos isolados das empresas no estado do Rio Grande do Sul. A VCP mantém em andamento o Projeto Losango e a Aracruz não alterou a projeção de investir US\$ 2,8 bilhões, na duplicação da planta de Guaíba e na instalação do terminal portuário em São José do Norte.

Segundo o documento *Reestruturação societária e plano de negócio*, apresentado aos investidores da empresa, em 2009, o mercado mundial de celulose de mercado deverá atingir 62,3 milhões de toneladas/ano em 2020, apresentando um déficit de 13 milhões de toneladas, o que motiva a VCP a expandir seus investimentos no setor.

Os atuais 5,8 milhões de toneladas/ano de capacidade produtiva são provenientes da incorporação de 3,3 milhões de toneladas/ano das indústrias da Aracruz e da entrada em funcionamento da unidade industrial Horizonte (Três Lagoas/MS). A meta de expansão continua com a fábrica do projeto Losango, prevista para o RS, com capacidade

⁴² A denominação “Nova empresa”, utilizada na Figura 8, se refere a capacidade produtiva da empresa pós incorporação da Aracruz. É válido destacar novamente que a “Nova Empresa” manterá suas marcas (VCP e Aracruz), em seus respectivos negócios.

de mais 1,4 milhão de toneladas por ano, perfazendo um total de 7,2 milhões toneladas por ano (como denota a Figura 9).

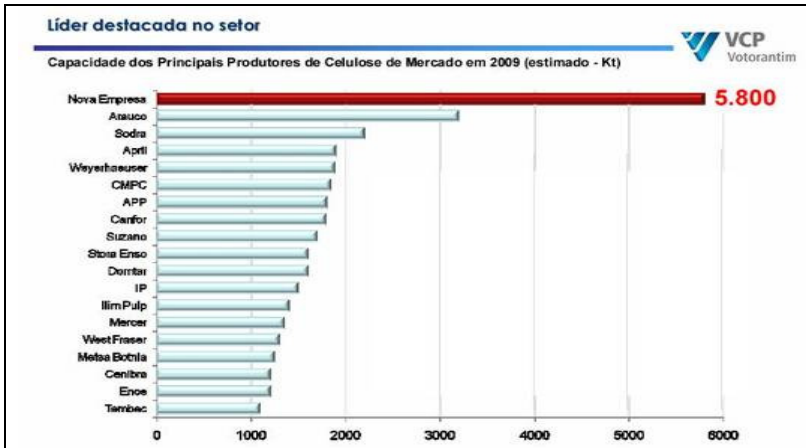


Figura 8 – Capacidade produtiva dos principais produtores de Celulose de Mercado, em 2009 (estimado em Mt).

Fonte: VCP (2009).

Segundo o documento *Reestruturação societária e plano de negócio*, apresentado aos investidores da empresa, em 2009, o mercado mundial de celulose de mercado deverá atingir 62,3 milhões de toneladas/ano em 2020, apresentando um déficit de 13 milhões de toneladas, o que motiva a VCP a expandir seus investimentos no setor.

Os atuais 5,8 milhões de toneladas/ano de capacidade produtiva são provenientes da incorporação de 3,3 milhões de toneladas/ano das indústrias da Aracruz e da entrada em funcionamento da unidade industrial Horizonte (Três Lagoas/MS). A meta de expansão continua com a fábrica do projeto Losango, prevista para o RS, com capacidade de mais 1,4 milhão de toneladas por ano, perfazendo um total de 7,2 milhões toneladas por ano (como denota a Figura 9).

Além desses investimentos que já estão em curso, a VCP planeja, para entrada em funcionamento até 2020, a construção de mais duas unidades industriais: a Veracel II⁴³ (com 0,7 milhão t/ano) e a Horizonte

⁴³ A Veracel é uma parceria entre Aracruz e StoraEnso (50% cada), localizada no extremo sul da Bahia, com capacidade de produção de 900 mil toneladas/ano de celulose. Em 2008, a Veracel possuía 211.689 hectares, dos quais, 90.870 cultivados com eucalipto. A empresa também possui um programa de aquisição de eucalipto de terceiros chamado Programa Produtor Florestal que, em 2008, envolvia 98 produtores cultivando 19.213 hectares, o que significa uma área média de 196,23 ha/ produtor de área plantada. (VERACEL, 2008).

II (com 1,4 milhão t/ano), alcançando capacidade produtiva de 9,3 milhões toneladas por ano, consolidando-se como a maior empresa do setor no mundo, como mostra a Figura 9.

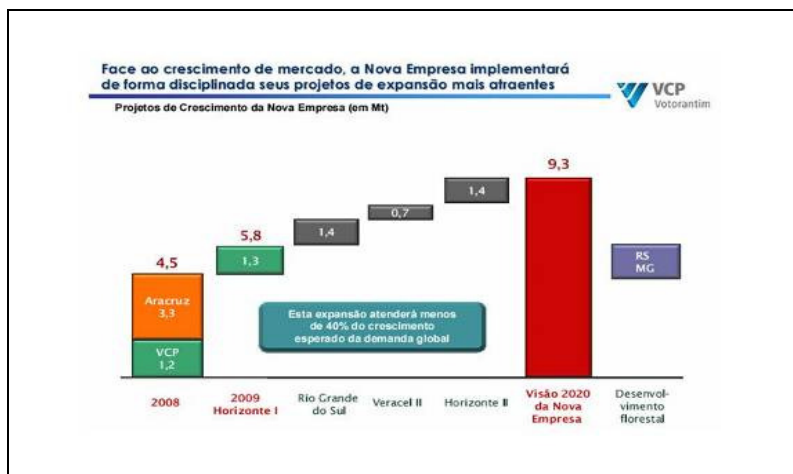


Figura 9 – Projeções de expansão da VCP até 2020, (estimado em Mt).

Fonte: VCP (2009).

Para abastecimento dessas unidades fabris a VCP vislumbra os estados do RS e MG como portadores de suas lavouras de árvores. Prova disso é o empenho da empresa na consolidação do projeto Losango, que detalharemos a seguir.

4.4 O programa de fomento Pousança Florestal

Através do lançamento do Projeto Losango, em novembro de 2005, a VCP, através da constituição da VCP Florestal Extremo Sul, com sede administrativa em Pelotas e com primeiro centro de atividade produtiva em seu viveiro florestal no Capão do Leão, inicia sua expansão no sul do RS⁴⁴. O estudo de Osório (2007) revela que a opção deste empreendimento nesta região não se deu de forma fortuita. O Grupo Votorantim, objetivando expandir no segmento *celulose e papel*, realizou um grande estudo de viabilidade para implantação do projeto

⁴⁴ O programa Pousança Florestal está inserido, atualmente, em 27 municípios da região: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Caçapava, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turuçu.

florestal. Baseada na entrevista realizada com Fausto Camargo – Gerente de Meio Ambiente e Fomento Florestal da VCP, a autora comenta que as bases que sustentaram a implantação deste projeto, além de outras razões, estavam centradas no favorecimento edafoclimático, disponibilidade de terra a preços acessíveis e de força de trabalho qualificada (disponibilidade de centros de pesquisa, de universidades e de corpo técnico).

Os investimentos da empresa visam à formação de uma base florestal e à implantação de uma unidade industrial para produção de celulose branqueada de eucalipto, prevista para entrar em atividade em 2011, com capacidade produtiva prevista em 1,4 milhão de toneladas/ano. Até 2020, o investimento projetado é de US\$ 1,3 bilhão, para atingir uma renda líquida de cerca de US\$ 4 bilhões.

A localização da nova fábrica, que visa atingir o mercado europeu, asiático e norte-americano, ainda não foi divulgada, mas seu endereço mais provável é o município de Arroio Grande ou de Rio Grande, e ocupará uma área de 400 a 500 hectares.

Para a formação de sua base florestal a VCP adquiriu 80,6 mil hectares na região, nas bacias hidrográficas dos rios Camaquã, Piratini, Arroio Grande e Jaguarão.

A Tabela 13 ilustra a abrangência da empresa, através da aquisição de áreas para o cultivo de matéria-prima que atenderá a demanda de sua unidade industrial, assim como para constituição de zonas de preservação. Segundo estes dados, a empresa adquiriu terras em 12 municípios da região, perfazendo 80,6 mil hectares, correspondentes a 3,44% da área total dos municípios.

Do total adquirido a empresa realizou o plantio de eucalipto em 43,2% das áreas (34.846,96 hectares), sendo o restante destinado à preservação ambiental. Os números ainda revelam que nos municípios de Arroio Grande, Candiota, Pedras Altas, Piratini e Pinheiro Machado estão concentradas 63,6% das lavouras de eucalipto plantadas pela empresa.

O relatório de Impacto Socioeconômico da Atividade da VCP na Metade Sul do RS, realizado pelo Centro de Altos Estudos em Gestão Pública e Governança Regional da Universidade Federal de Santa Maria, aponta que as áreas adquiridas pela empresa estão dispersas numa região em que a exploração agrícola é calcada em cultivos temporários e permanentes, de baixa produtividade, que ocupam, em média, não mais que 20% da área total dos estabelecimentos. A maior parcela das áreas é destinada às pastagens nativas (58,92%), e, de modo

geral, o índice de exploração agrícola médio é inferior à metade do índice estadual.

Tabela 13 – Distribuição das áreas adquiridas e das áreas de cultivo de eucalipto pela VCP Florestal Extremo Sul, entre os anos de 2004-2006.

Município	Área Municipal (ha)	Área adquirida (ha)	% (adquirido/município)	Área da empresa plantada c/ eucalipto (ha)	% (plantado/área adquirida)
Arroio Grande	251.800	9.849	3,91	4.356,14	44,2
Bagé	409.600	3.538	0,86	1.310,72	37,0
Candiota	93.400	10.691	11,45	6.229,78	58,3
Capão do Leão	78.500	737	0,94	329,70	44,7
Cerrito	45.200	607	1,34	289,28	47,7
Herval	175.800	9.241	5,26	3.516,00	38,0
Hulha Negra	82.300	2.004	2,43	1.250,96	62,4
Pedras Altas	137.700	11.384	8,27	5.535,54	48,6
Pinheiro Machado	222.800	12.022	5,40	5.102,12	42,4
Piratini	356.100	15.168	4,26	5.697,60	37,6
Rio Grande	281.400	4.423	1,57	900,48	20,4
Jaguarão	205.400	931	0,45	328,64	35,3
Total	2.340.000	80.595	3,44	34.846,96	43,2

Fonte: VCP (2006 apud FREITAS, 2006, p.25).

A meta da empresa, até 2012, é atuar sobre 240 mil hectares, dos quais, 100 mil hectares próprios ocupados com plantio de eucalipto, 100 mil hectares próprios destinados a zonas de preservação e 40 mil hectares de eucalipto produzidos por terceiros. Segundo o diretor presidente da VCP, a mesma deseja “ter uma dependência na produção de terceiros da ordem de 30%” (PENIDO, 2005), para o que foi criado o programa de fomento Poupança Florestal.

Lançado em 2004, o Poupança Florestal é um programa de fomento privado (existem também programas de fomento públicos - vide Box 2), cujo objetivo, segundo a empresa, é “estimular o desenvolvimento, a geração de renda e a preservação do meio ambiente”. O Programa incentiva a plantação de eucalipto em até 50% da propriedade de cada agricultor, “em harmonia com as culturas tradicionais da região e em respeito às áreas de conservação ambiental de no mínimo 20%” (VCP, 2008).

Box 2 – Programas públicos de fomento ao “reflorestamento”

A política florestal brasileira data de 1965, quando foi criado o Código Florestal Brasileiro, ainda vigente. Também são deste período, órgãos que tiveram importante papel no incentivo ao “reflorestamento” no Brasil, como a Instituição Fiscal para Reflorestamento (FISSET), criada em 1966, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967. Seu principal objetivo era incentivar a silvicultura em larga escala e, entre os anos de 1967 e 1987, foram feitos grandes investimentos no sentido de elevar a produção florestal, principalmente a proveniente de eucalipto.

Depois de um período de descenso iniciado com a extinção do FISSET (1987), em 2000, o governo federal retoma o fomento a silvicultura através do lançamento do Programa Nacional de Florestas (PNF). Em 2002 é lançado o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA) e o Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Florestal e, em 2005, o BB Florestal. Todos programas foram instituídos com o objetivo de oportunizar linhas de crédito e custeio para os plantios florestais.

A seguir, apresenta-se um resumo das principais linhas de crédito governamental, em âmbito federal, segundo Banco do Brasil (2008):

- **BNDES PropFlora**: Beneficiários: Pessoas físicas e jurídicas, com efetiva atuação no segmento florestal / Finalidade: implantação ou manutenção de florestas destinadas a uso industrial / Teto: até R\$ 200 mil por beneficiário / Limite financiável: até 70% do orçamento / Encargos: 6,75% a.a. / Prazo: até 12 anos / Garantias: penhor da floresta e hipoteca da área plantada ou outras garantias admitidas no crédito rural.
- **Pronaf Florestal**: Beneficiários: Agricultores familiares / Finalidade: investimento para sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação / Teto: até R\$ 7 mil / Limite financiável: até 100% / Encargos: 1% a.a. / Prazo: até 12 anos, com até 8 anos de carência / Garantias: dispensada.
- **Pronaf Eco**: Beneficiários: Agricultores familiares / Finalidade: investimento em silvicultura (implantar ou manter povoamento florestais geradores de produtos madeireiros e não-madeireiros, implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento

hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos / Teto: até R\$ 36 mil / Limite financiável: até 100% / Encargos: 1% a.a. até R\$ 7 mil; 2% a.a. de R\$ 7 a 18 mil; 4% a.a. de R\$ 18 a 28 mil; 5% a.a. de R\$ 28 a 36 mil / Prazo: até 12 anos, com até 8 anos de carência / Garantias: as admitidas no crédito rural.

- BNDES Automático Agropecuário: Beneficiários: Pessoas físicas e jurídicas, com efetiva atuação no segmento florestal / Finalidade: investimentos destinados a implantação, ampliação, recuperação e manutenção de sistemas agroflorestais / Teto: até R\$ 10 milhões / Limite financiável: 50 a 90% conforme característica do projeto / Encargos: TJLP + taxa juros (5% a.a.) / Prazo: em função da capacidade de pagamento do empreendimento/empresa / Garantias: as admitidas no crédito rural.
- FINAME/MODERFROTA: Beneficiários: Pessoas físicas e jurídicas, com efetiva atuação no segmento florestal / Finalidade: financiamento de tratores e implementos associados a projetos de investimento / Teto: sem limite / Limite financiável: até 90% do valor dos bens objeto do financiamento / Encargos: 9,5% a.a. / Prazo: até 5 anos para tratores e implementos novos e 6 anos para colheitadeiras / Garantias: as admitidas no crédito rural.

Em nível estadual, o RS lançou o *Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável com base em Arranjos Produtivos de Base Florestal no Rio Grande do Sul*, também denominado Programa Floresta-Indústria – RS, cujo objetivo é “propor ações para o desenvolvimento sustentável de um sistema industrial (sub-nacional), visando acelerar o seu processo de desenvolvimento, a partir de um plano estratégico que subsidie um programa, dentro do paradigma de arranjos produtivos”, modelo empresa âncora (BRENA e PEREIRA, 2007). O programa visa constituir um pólo madeireiro-moveleiro na mesoregião Metade Sul e ampliar a base florestal do estado para 1 milhão de hectares em 10 anos, envolvendo nessa ampliação, 25 mil famílias de pequenos e médios produtores.

O programa estadual também abriu uma linha específica de crédito, o Profloca, que possui R\$ 30 milhões e financia projetos com valor máximo de financiamento anual (pessoa física ou jurídica), por safra, de R\$ 150 mil, com prazo de amortização de até 12 anos, carência máxima de oito anos e encargos financeiros de 8,75% ao ano (AMBIENTEBRASIL, 2004).

Para Penido (2005), o Poupança Florestal é um programa de parceria inédito no país, que está alicerçado em dois pilares: desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Para o diretor presidente da VCP, “o programa fixa o homem no campo, ao viabilizar economicamente pequenas propriedades”. Segundo o documento *Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade*, editado pelo Banco Real, o programa implantado pela VCP, e financiado pelo banco,

tem como finalidade proporcionar capacitação, renda e inclusão social para os pequenos produtores, estimular o desenvolvimento sustentável da região e promover a recuperação e preservação da cobertura florestal original (em paralelo ao plantio de eucalipto), perdida para a atividade agrícola descontrolada. (BANCO REAL, 2008).

De acordo com VCP (2008), 1.060 produtores inscreveram-se para o Poupança Florestal, dos quais, 460 já foram atendidos pelo programa. Destes, 160 são classificados pela empresa como *pequenos proprietários*⁴⁵. Ao todo produzem 14.614,54 hectares de eucalipto em 27 municípios. A expectativa da VCP é que em 2012 aproximadamente 40 mil hectares estejam cultivados com financiamento do Poupança Florestal.

Atuam no programa Poupança Florestal, além do agricultor e da VCP, a Emater, que oferece treinamento e assistência técnica e o Banco ABN AMRO Real S.A., que financia a iniciativa, como pode ser visto na Tabela 14.

O produtor abre uma conta bancária e firma contrato de financiamento com Banco Real, que libera o recurso, conforme cronograma (Tabela 14). Por ocasião do corte e comercialização (7 anos depois), a VCP deposita na conta do produtor o valor referente a compra da madeira, o banco aprovisiona o montante referente à quitação do financiamento, e o saldo é do produtor.

O plantio de eucalipto em integração com a VCP deve ser realizado de acordo com todas as orientações técnicas da empresa. Para tanto é oferecido um serviço de assistência técnica, executado pelo

⁴⁵ A VCP classifica os produtores como de Pequena Propriedade, quando tem, no máximo, 300 hectares de área total; Média Propriedade, quando tem entre 300 e 500 hectares; e Grande Propriedade, quando mais de 500 ha.

corpo técnico da Emater⁴⁶ ou da empresa e realizado um treinamento no Centro Regional de Qualificação Profissional de Produtores Rurais de Canguçu (CETAC/Emater)

todas as etapas do plantio e gestão da floresta deverão ser cumpridas para que o valor correspondente à etapa seguinte seja liberado. As orientações técnicas da VCP e regionais da Emater para o plantio deverão ser seguidas à risca (VCP, 2008).

Tabela 14 – Atividades e responsabilidades das etapas do Programa Poupança Florestal.

Atividade	Responsável
Inscrição e cadastro dos produtores	VCP, Emater e terceiros contratados
Vistoria técnica e documentação	VCP, Emater e terceiros contratados
Verificação e aprovação do crédito	Banco Real
Elaboração do projeto	VCP, Emater e terceiros contratados
Contrato de compra e venda	VCP
Treinamento dos produtores	Emater
Planejamento da propriedade	VCP, Emater e terceiros contratados
Plantio e manutenção	Produtor
Assistência técnica	VCP, Emater e terceiros contratados
Vistorias	VCP, Emater e terceiros contratados
Inventário	VCP
Colheita	VCP
Quitação e pagamento	VCP

Fonte: VCP (2008)

O contrato firmado entre agricultor e VCP tem duração de dois ciclos de corte (14 anos), e financia ao agricultor, em valores de 2008, R\$ 2.881,00/ha⁴⁷ para o plantio do eucalipto (para pagamento este valor é acrescido em 7% de juros ao ano) e firma o valor da madeira em R\$ 22,20/m³ (valor também corrigido com juros de 7% ao ano).

A liberação dos recursos ocorre em parcelas ao longo dos 4 primeiros anos, sendo que somente no primeiro ano o pagamento ocorre em três etapas de acordo, como indica a Tabela 15.

Segundo simulação de rentabilidade da atividade realizada pela VCP, partindo de uma produtividade de madeira projetada em 280 m³

⁴⁶ A EMATER limita-se a prestar assessoria técnica em propriedades de no máximo 500 hectares. Para propriedades superiores a esta unidade a empresa disponibiliza quadro técnico próprio.

⁴⁷ A propósito ver Anexo A, onde consta o detalhamento da planilha de custos adotada pela empresa, no ano de 2007, para definição do valor base para o financiamento de um hectare.

por hectare, comercializada por R\$ 22,20, espera-se uma receita líquida de R\$ 3.335,00 (VCP, 2008).

Tabela 15 – Cronograma de distribuição e liberação dos recursos do Programa Poupança Florestal, em reais por hectare.

Cronograma		Valor (R\$/ha)
1º ano	1ª parcela	1.029,60
	2ª parcela	255,00
	3ª parcela	1.444,40
	Total	2.729,00
2º ano	Parcela única	56,00
3º ano	Parcela única	48,00
4º ano	Parcela única	48,00
Adiantamento Total		2.881,00

Fonte: VCP (2008).

Na opinião de Fausto Camargo, Gerente de Meio Ambiente e Fomento Florestal da VCP, “hoje infelizmente nenhuma cultura é mais rentável que o eucalipto, apesar do lucro se realizar só no sétimo ano, quando corta. Se dividirmos isso e transformarmos em renda diária, mensal ou anual, continua sendo maior” (OSÓRIO, 2007).

Entretanto, desdobrando o montante de R\$ 3.335,00 até atingir uma renda mensal, em valores atuais, têm-se que um hectare de eucalipto gera uma renda líquida de aproximadamente R\$ 39,70/mês, fazendo-se necessário 11,71 hectares para alcançar um salário mínimo (R\$ 465,00).

A título de comparação, usando valores brutos, para obter os mesmos R\$ 74,00/mês alcançados com o cultivo de árvores, um agricultor precisaria produzir aproximadamente 165 litros de leite, o que representa uma produção média de 5,5 litros/dia, ou seja, uma vaca produz o mesmo que 1 hectare de eucalipto.

Fazendo-se a mesma comparação com a fumicultura, R\$ 74,00 foi o preço pago por uma arroba (15 kg) de um fumo de qualidade intermediária no ano de 2009. Com uma produtividade de 1.500 kg/hectare (produtividade baixa) tem-se 100 arrobas que representariam um valor bruto de produção de R\$ 7.400,00/hectare, ou seja, aproximadamente R\$ 616,00/mês.

Esse pequeno exercício aponta os motivos pelos quais os agricultores familiares tem visto com desconfiança as vantagens do Poupança Florestal.

Visando apresentar mais vantagens aos agricultores o Programa Poupança Florestal conta com apoio de dois projetos complementares: a) O Projeto Floresta a Mesa, criado em 2006, que consiste na doação de sementes de culturas anuais como melancia, abóbora, milho, sorgo, girassol, feijão, ervilhaca, trevo-branco, trevo-vermelho, cornichão, aveia, para plantio no interior das lavouras de eucalipto; e, b) O Projeto Colméias (Cadeia Produtiva da Apicultura no Âmbito Florestal), o qual promove a apicultura através da doação de colméias e assistência técnica aos produtores, bem como garantia de mercado.

Ambos os projetos inserem-se na proposta de agrossilvicultura da VCP, um esforço de atrair mais agricultores e mitigar a imagem dos maciços florestais de eucalipto. No ano de 2008 foram distribuídos, pelo projeto Floresta a Mesa, 56.132 kg de sementes (milho, trevo, sorgo, aveia-preta, abóbora, melancia, brachiaria, girassol, cornichão e azevém) para 162 produtores (FERNÁNDES, 2008).

Este capítulo buscou apresentar o cenário madeireiro em diversos níveis, especialmente no que tange à ação da Votorantin Celulose e Papel, que possui, entre outros, um empreendimento de monta no Rio Grande do Sul, mais precisamente na Metade Sul.

Para suprir a demanda de madeira da sua futura unidade fabril na região, além do plantio de áreas próprias, e empresa tem fomentado projetos de integração através do programa acima referido, visando incluir, entre seus fornecedores, agricultores familiares.

A análise dessa relação agricultor familiar e empresa através do programa de fomento Poupança Florestal é o objeto do capítulo 5.

A seguir apresentam-se duas experiências, onde figuram diferentes dinâmicas de participação da agricultura familiar no “reflorestamento”: o SPL coureiro-calçadista, na região do entorno de Porto Alegre-RS; e o SPL da madeira e celulose, em Lages-SC.

4.5 Experiências de inserção da agricultura familiar no “reflorestamento”

Schneider (2004) aborda as transformações que a acacicultura ocasionou na agricultura familiar da Colônia Velha-RS⁴⁸, composta por

⁴⁸ Colônia Velha é a denominação que recebe a região do RS que recebeu os primeiros imigrantes europeus, principalmente alemães.

municípios, espalhados pelas regiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Dois Irmãos, entre outros.

Nas palavras do autor, “não deixa de ser paradoxal que uma atividade silvicultora, que demanda 7 a 8 anos para poder ser comercializada, consiga desenvolver-se em uma região onde predominam as pequenas propriedades rurais” (SCHNEIDER, 2004, p. 97). Em sua opinião, o principal motivo que levou os agricultores familiares a dedicar-se a acacicultura não foi a proximidade geográfica ao pólo coureiro-calçadista, mas o processo de crise e desarticulação em que o sistema produtivo da economia colonial se encontrava. A situação de estrangulamento causada pelos condicionantes internos fez com que a articulação com a indústria se transformasse em estratégia para viabilizar sua existência e permanência na propriedade.

Assim, a valorização comercial da casca e da madeira elevou o status do cultivo de acácia de atividade marginal, realizada em áreas degradadas, com solo esgotado ou de difícil uso, e com pouca contribuição na renda das famílias, à alternativa produtiva e de renda para as mesmas⁴⁹.

Para Schneider (2004), além do aspecto econômico, a acacicultura alterou os processos produtivos e a organização do trabalho nas unidades agrícolas familiares, consolidando-se, em termo cunhado pelo autor, como uma “cultura do abandono”.

A noção de “cultura do abandono”, segundo Schneider (2004), advém justamente das alterações que a atividade engendrou no processo produtivo da unidade familiar de produção e na sua organização do trabalho. Em decorrência do período (6 a 7 anos) necessário ao desenvolvimento da acácia-negra, e do tamanho médio das propriedades (em média inferior a 15 hectares), a acacicultura substituiu economicamente a policultura tradicional.

Schneider (2004) relata elementos que teriam contribuído para esse fato, além da questão econômica. Aponta a menor penosidade do trabalho; a capacidade fertilizadora da acácia, através do aporte de nitrogênio (por tratar-se de uma leguminosa); bem como, a possibilidade de no primeiro e no segundo ano realizar-se o cultivo consorciado com culturas de pequeno porte nos espaços intermediários. A conjunção desses fatores advogou em defesa da acacicultura e o sistema produtivo

⁴⁹ A acacicultura é fundamental para a indústria coureiro-calçadista porque da casca da acácia é retirado o tanino, produto utilizado no processo de beneficiamento (curtimento) do couro. Além disso, a madeira é utilizada como energia nas caldeiras dos curtumes.

das unidades familiares foi adaptado visando atender essa nova realidade.

A segunda característica, que faz da acácia-negra a “cultura do abandono”, diz respeito à reorganização da divisão social do trabalho familiar. Segundo Schneider (2004, p. 103), por necessitar de poucos cuidados específicos ao longo de seu desenvolvimento e pela redução da área e, conseqüentemente, do tempo dedicado aos demais policultivos, os agricultores familiares “buscaram no assalariamento industrial fontes regulares de renda em substituição à instabilidade vivida na agricultura”.

No caso específico da indústria coureiro-calçadista, o final da década de 1980 é demarcador. Data desse período uma mudança no processo produtivo das indústrias, que descentralizaram e interiorizaram suas unidades, instalando-se na zona rural dos municípios da região, possibilitando o assalariamento dos agricultores familiares nas fábricas.

Atualmente, a possibilidade do assalariamento nas indústrias é ainda maior, pois se trata de uma região do RS com pujança industrial em diversos setores, não apenas no coureiro-calçadista. Muitas dessas fábricas estão localizadas na zona rural ou arredores. Aliado a esse fato, trata-se de uma região bastante urbanizada e próxima de Porto Alegre (aproximadamente 60 km), principal centro consumidor do estado.

Junto com as fábricas constituíram-se uma série de outras unidades fabris, relacionadas com as grandes indústrias e também vários tipos de serviços como bancos, correios, restaurantes e outros, que também têm recebido a força de trabalho oriunda das unidades familiares da região e têm colocado uma nova perspectiva de vida a essas comunidades e seus habitantes.

De maneira geral, pode-se dizer que quase toda unidade familiar de produção tem um envolvimento com a acacicultura (cultivada como fonte de renda e recuperação do solo), possui plantios e criações de subsistência consorciados com a acácia e uma ocupação fora da unidade produtiva. Isso não ocasiona o êxodo dos jovens ou das famílias para os centros urbanos, pois as indústrias e serviços estão localizadas nas comunidades rurais (SCHNEIDER, 2004).

Essa articulação entre a força de trabalho das unidades familiares de produção com as indústrias da região fez surgir a categoria social dos colonos-operários ou agricultores em tempo parcial, em expressão da literatura internacional, *part-time farming*. Essa situação é cada vez mais comum em países desenvolvidos, onde a família desempenha as atividades da propriedade e também possui uma ocupação fora dela. Para Schneider (2004, p. 113), a *part-time farming* sintetiza as

mudanças estruturais ocorridas na agricultura familiar da Colônia Velha alemã no RS.

Schneider (2004) aponta que 80% da acácia-negra produzida no RS provêm de unidades familiares de produção, sua grande maioria, localizada nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Os 20% restantes estão localizados na Região Centro-Sul e são cultivados, predominantemente, em propriedades de tamanho médio e grande.

Nessa região, “caracterizada pela pecuária extensiva tradicional, a acacicultura tem-se constituído um fator de ressurgimento do arrendamento mercantil do solo” (SCHNEIDER, 2004, p. 110). Diferente do sistema de parceria existente na região metropolitana, nessa região ocorre um incremento do sistema de arrendamento e, também, da aquisição de grandes áreas por parte das indústrias do setor. Segundo o autor, fazendo referência a um empresário do ramo, o motivo principal pelo qual, grandes proprietários têm arrendado ou vendido suas propriedades é o medo da desapropriação da área por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de reforma agrária.

Desta forma, ao mesmo tempo em que a acacicultura permitiu uma reordenação da organização do trabalho, possibilitando o surgimento de novas formas de trabalho e produção, combinando o trabalho na agricultura e na indústria, permitiu também

o ressurgimento de velhas formas de exploração capitalista no campo, como o arrendamento, a parceria e a renda da terra, pois [...] por ser uma cultura de abandono, possibilita a rentabilidade da terra enquanto seu proprietário se dedica a outro tipo de atividade econômica como fonte permanente de renda (SCHNEIDER, 2004, p. 111).

Outra experiência que envolve a agricultura familiar com a produção de madeira acontece na região do Planalto Serrano Catarinense, município de Lages e entorno. Essa região tem sua formação histórica ligada ao transporte de gado e mulas do RS para SP e MG – o tropeirismo o que influenciou a constituição de Lages como um importante centro de produção pecuária. Ao passo que nas demais regiões do estado de Santa Catarina a agricultura de base familiar é historicamente predominante, essa região, pela importância que possuía no período do tropeirismo, foi palco de distribuição de sesmarias no

período colonial, raiz da constituição de grandes fazendas de gado na região⁵⁰.

A atividade agropecuária local esteve baseada, por longo período, na exploração das matas nativas de araucária e na criação de gado nos campos nativos. O esgotamento das reservas naturais de madeira aliado a legislação ambiental cada vez mais restritiva e o baixo dinamismo econômico pelo qual passou (e ainda passa) a criação de gado, especialmente em sistema extensivo, tem colocado em xeque essas atividades tradicionais.

A experiência adquirida na exploração da mata nativa abriu caminho para que a região se configurasse em referência na exploração comercial de pinus no Brasil, com grandes áreas plantadas e um significativo parque industrial beneficiador da madeira, instalado na região.

Atualmente, Lages caracteriza-se como um município preponderantemente urbano, com grande concentração de unidades de transformação e prestação de serviços relacionados à madeira e com uma agricultura familiar sócio-economicamente precarizada, principalmente se comparada às unidades familiares do restante do estado de SC (CAZELLA e BÚRIGO, 2009).

Pela importância e organização do setor madeireiro na região, a noção de SPL também já vem sendo utilizada (assim como na Colônia Velha do RS) nos debates acerca do desenvolvimento regional e do papel que cabe à cadeia produtiva da madeira nesse processo. Segundo Cazella e Búrigo (2009), o foco do SPL da madeira e papel-celulose são os setores industriais e de serviços, entretanto, o SPL

interage com a agricultura familiar por meio de três mecanismos principais: i) contratação precária (temporária e sem contrato formal) de mão-de-obra para os cultivos de *pinus*; ii) pressão sobre o mercado fundiário decorrente da forte expansão das áreas reflorestadas por empresas ou pessoas físicas; iii) plantio de pequenas áreas com *pinus* no interior das unidades agrícolas familiares, até o momento, sem vínculos de integração com as principais indústrias (2009, p. 252)

Com relação ao trabalho realizado por agricultores familiares nos diversos setores do SPL, especialmente nas áreas de plantio, os autores apontam não se tratar de uma estratégia de reprodução social transitória,

⁵⁰ A porção oeste do município de Canguçu é resultado de uma conformação histórica muito similar, conforme veremos no terceiro capítulo.

mas um instrumento recorrente de manutenção e reprodução das famílias que pode atingir de 30% a 50% das famílias de agricultores em algumas comunidades.

Quanto à questão da expansão das áreas plantadas com madeira, os autores manifestam duas preocupações centrais: a primeira, relacionada com a alteração da paisagem e ecossistema local, pois uma região naturalmente formada por campos nativos tem sido transformada numa grande lavoura de pinus; e outra, ocasionada pela pressão de investidores do setor (particulares e empresas) sobre as terras da região, o que tem ocasionado um aumento considerável no valor da terra.

Quanto à participação da agricultura familiar, algumas empresas iniciaram na região experiências de integração de agricultores familiares, contudo, em geral a participação da agricultura familiar se dá de modo individual, gradual e subordinado, visto que as famílias e suas organizações não participam da concepção do SPL.

Ao passo que as empresas apontam o SPL da madeira e celulose como sendo um dos caminhos para a inclusão social e o desenvolvimento regional, os autores, contrariamente, afirmam que “a contribuição desse segmento industrial a favor da valorização do caráter multifuncional da agricultura e do desenvolvimento sustentável são inexpressivos ou mesmo inexistentes” (CAZELLA e BÚRIGO, 2009, p. 267).

Outro importante trabalho sobre a influência do cultivo do pinus na região de Lages é o de Souto (2005), que estudou a relação entre o cultivo de pinus e a pecuária em campo nativo melhorado. Realizando um trabalho focado nas unidades produtivas da região, o autor oferece uma importante contribuição em relação à discussão sobre as modificações que as plantações de pinus introduziram nas unidades produtivas.

Segundo esse autor, os agricultores envolvidos com o cultivo de pinus plantam a árvore em 43,3% da área de suas propriedades. Quando os dados são analisados por faixas, tem-se que os três menores proprietários possuem juntos, 175 hectares, dos quais 134 cultivados com pinus, o que corresponde a 76,5% da área. Já no grupo dos agricultores com maiores áreas, as três maiores áreas possuem, somadas, 700 hectares, onde são cultivados 128,3 hectares, o que corresponde a 18,3% da área total⁵¹.

⁵¹ Os dados de nossa pesquisa revelam situação semelhante. Proporcionalmente, agricultores com as menores áreas são os que dedicam maiores áreas ao cultivo da madeira, conforme trataremos mais especificamente no quinto capítulo.

Outro dado importante, detectado por Souto (2005), é que 25% dos plantadores de pinus, não o fazem em suas terras, somente em terras arrendadas. Segundo o autor, esse comportamento pode revelar, implicitamente, uma incerteza quanto a qualidade e fertilidade das terras pós-plantio das árvores. Entretanto, afirma que existe um grande envolvimento das famílias com suas propriedades, tanto econômica quanto simbolicamente.

Pela perspectiva da escolaridade, 55,5% dos pecuaristas apresenta o nível superior completo, percentual superior ao dos florestadores. Nesse sentido, a escolaridade parece não ter sido o fator determinante para o ingresso no cultivo de pinus (SOUTO, 2005)⁵².

Para oferecer mais uma perspectiva sobre a lavoura de árvores na região de Lages o trabalho de Matias (2007) contempla o estudo sobre as motivações que levaram os “pequenos agricultores familiares caboclos” de São José do Cerrito-SC, município vizinho à Lages, a envolverem-se com o plantio de pinus.

Segundo este autor, em 2005, as maiores plantações de pinus estão localizadas em propriedades de médio e grande porte: 37,6% da área plantada se encontra em estabelecimentos com áreas entre 20 e 100 hectares, e 38% da área plantada está em propriedades com mais de 100 hectares.

Reforçando o trabalho de Souto (2005), Matias (2007) também apresenta dados que apontam o grau de envolvimento das pequenas unidades produtivas com o plantio de árvores. Em São José do Cerrito existem 140 propriedades com área entre 1 e 3 hectares, em que são cultivados 216,5 hectares de pinus.

O autor conclui que São José do Cerrito apresenta um “quadro institucional” historicamente constituído e favorável ao cultivo de pinus, que tem incentivado via programas governamentais, instituições públicas de extensão rural e empresas do setor, pequenos agricultores a implantarem lavouras de árvores em suas propriedades.

Essa recapitulação de experiências em curso, e que foram objeto de pesquisa, é importante para que se pense sobre os possíveis rumos que o Poupança Florestal está tomando e ainda pode tomar na Metade Sul e especificamente, em Canguçu.

⁵² Comparando os dados de Souto (2005) com os de nossa pesquisa encontramos duas diferenças importantes: os produtores envolvidos com atividade florestal em Canguçu o fazem em suas próprias terras, o arrendamento para plantio de eucalipto é raro, e, em Canguçu, o maior nível de escolaridade está entre os integrados ao Poupança Florestal, situação oposta ao verificado em Lages por Souto.

Cada realidade guarda suas particularidades que a tornam singular, entretanto, pontos de identificação podem ser percebidos e ajudam a avaliar a situação estudada. Foi com este propósito que se apresentou os resultados de pesquisas que tiveram como universo analítico o envolvimento da agricultura familiar com projetos de “reflorestamento”.

No próximo capítulo analisa-se a experiência em curso em Canguçu fazendo paralelos com a experiência acumulada por estes trabalhos.

5. Uma nova proposta ou “mais do mesmo” para os agricultores familiares de Canguçu?

Este capítulo apresenta os principais resultados extraídos a partir da pesquisa de campo, abordando as circunstâncias em que se dá a implantação do Poupança Florestal no município estudado, as opiniões e papel desempenhado por diferentes organizações, procede-se a caracterização do público integrado, em especial os agricultores familiares, bem como aprofunda-se aspectos relativos as mudanças na organização das unidades produtivas.

5.1 O programa Poupança Florestal em Canguçu

A escolha do município de Canguçu para desenvolvimento da pesquisa, como já colocado, deveu-se em grande medida ao expressivo número de unidades familiares de produção existentes neste município. Imaginava-se que, por ter a agricultura familiar como público-alvo do Poupança Florestal e pela parceria com a Emater, Canguçu seria o município de abrangência do programa com maior número de contratos, o que não se confirmou, haja vista os 27 integrados, com contratos firmados até 2008.

Dados da Emater (2008) apontam que, até o ano de 2006, Piratini foi o município da área de abrangência do Escritório Regional Pelotas da Emater⁵³ com maior número de integrados, perfazendo 81 projetos, seguido por Pedro Osório com 25 projetos, Canguçu com 17 projetos e depois Jaguarão com 11, conforme mostra a Tabela 16.

Analisando-se essa mesma fonte torna-se perceptível a centralidade ocupada por estes municípios no programa Poupança Florestal, nessa região. Conjuntamente, Piratini, Canguçu, Pedro Osório e Jaguarão perfazem 71,3% dos contratos, com 60,73% da área plantada.

Com relação à área média plantada, o município de Pedro Osório aparece com média de 5,56 hectares plantados, dado compatível com o tamanho da maioria das propriedades do município. O mesmo acontece com Jaguarão, que apresenta como área média plantada o valor de 39,18 hectares, visto que neste município as propriedades de maior porte são bastante numerosas.

⁵³ O Escritório Regional Pelotas possui duas microrregiões administrativas da EMATER/RS-ASCAR. A microrregião I é composta pelos municípios de Amaral Ferrador, Cristal, Morro Redondo, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. A microrregião II é composta pelos municípios de Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osório e Santa Vitória do Palmar.

Tabela 16 – Distribuição do número de projetos e área plantada via Poupança Florestal em alguns municípios da Regional Pelotas da Emater.

Município	2005		2006		TOTAL	
	Nº proj.	Ha	Nº proj.	Ha	Nº proj.	Ha
Piratini	32	539,99	49	537,61	81	1.077,60
Canguçu	10	125,50	7	108,08	17	233,58
Pedro Osório	12	38,50	13	100,50	25	139,00
Jaguarão	3	131,00	8	300	11	431,00
Outros	16	405,50	38	810,69	54	1.216,19
Total	73	1.240,49	115	1.856,88	188	3.097,37

Fonte: Emater Canguçu (2008).

Já analisando-se a área média plantada do município de Canguçu, que possui inúmeras pequenas propriedades tal qual Pedro Osório, encontra-se 13,74 hectares como área média de cultivo, montante muito próximo do módulo fiscal (16 hectares).

Além de aparentemente englobar agricultores com propriedades de maior porte, o Poupança Florestal encontrou em Canguçu, ao contrário de outros programas públicos e privados, um ambiente de pouco apoio institucional. Ao passo que o Banco da Terra contou com participação da Emater e amplo apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Prefeitura Municipal, por exemplo, o que construiu uma ambiente de apoio institucional à proposta e compôs as possibilidades para que Canguçu fosse o município com maior número de projetos sob a égide deste programa (SILVA, 2009), o Poupança Florestal não gozou do mesmo apoio.

Além dos movimentos sociais organizados presentes no município, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que são notadamente contrários à proposta da VCP, outras entidades de representação como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também não se colocaram a favor, o que criou uma atmosfera de desconfiança em relação ao projeto.

Em entrevista o representante do STR explicita os motivos que levaram a instituição a não apoiar o Poupança Florestal. Segundo ele, há muitos anos existem programas de reflorestamento em Canguçu, sendo o pioneiro uma parceria entre Emater e Riocell que “há uns vinte anos atrás” distribuiu mudas gratuitamente aos agricultores, que em contrapartida, devolveriam parte da madeira à Riocell. “Esta madeira alcançou ponto de corte entre 1991 e 1995 e a empresa não veio buscar a

sua parte”, a madeira acabou sendo destinada para construção e principalmente para as estufas de fumo, “mas num clima de desconfiança, porque achavam que a empresa podia vir cobrar a madeira, mas demorou tanto que orientamos que cortassem”⁵⁴.

Segundo o representante do STR, essa experiência negativa de parceria entre agricultores e empresa madeireira levou o STR a se posicionar contrariamente à proposição da VCP, visto que tinham “medo do que já aconteceu”. Em sua opinião, a negativa de apoio foi uma posição acertada haja vista que a crise já fez com que a empresa suspendesse o plantio no ano de 2009, gerando um clima de apreensão entre os agricultores integrados.

Questionado sobre a participação dos poderes públicos, especialmente da prefeitura municipal e da Emater junto ao programa, o representante do STR foi bastante breve: “a VCP gerou expectativa no Estado, e em contrapartida, o Estado colocou a Emater, para dar legitimação do programa. Já o município, sentia a pressão do pessoal do Estado, mas não disse nem que não, nem que sim”.

Em sua opinião, para os agricultores familiares a instalação ou não da indústria não fará diferença, pois a madeira produzida no município provém de grandes áreas, em geral próprias, localizadas no 3º e 5º distritos. Essa informação é complementada pelo técnico da Emater que informa que Canguçu possui 16 mil hectares de acácia, a maior parte cultivados em sistema de arrendamento pelas empresas Tanac e Tanagro em grandes propriedades do 5º distrito. Os maiores plantios de eucalipto do município também estão localizados no 5º distrito como mostra a Figura 10.



Figura 10 – Cultivo de eucalipto no 5º distrito de Canguçu.

⁵⁴ Em 2003 a Riocell foi vendida pela Klabin para Arazruz Celulose, o que pode explicar a desistência da empresa por buscar a madeira produzida pela antiga parceria formada pela Riocell.

O representante do STR considera pequena a participação da agricultura familiar no cultivo de árvores. Entretanto, não se coloca contra a instalação do empreendimento,

[tem] pleno acordo que se instalem porque a região é pobre de investimentos, não só eles mas outras empresas do setor, moveleiro por exemplo, agora, não só a empresa como também o governo e todos os segmentos tem que respeitar o pequeno agricultor, que ele permaneça na terra, que ele produza alimentos para quem trabalha nessas áreas e também pra gente da cidade. Tem que explorar o potencial da região que é o pequeno agricultor familiar, que produz o que as grandes empresas não produzem.

Quanto ao cultivo de madeira pela agricultura familiar, o representante do STR acha que “mato é importante prá propriedade, prá subsistência, pro cabo da enxada, do machado”, mas que para atender esse objetivo, mais interessante que contratos de integração são os programas de fornecimento de mudas, à exemplo dos realizados pelas empresas fumageiras e de uma iniciativa do STR em parceria com a empresa TANAC. Nesta parceria, há cinco anos atrás, foram distribuídas dois milhões de mudas de acácia da TANAC “sem compromisso, o que voltar pra empresa voltou, o resto fica pro agricultor”.

Avaliando-se a opinião do representante do STR, percebe-se que o principal fator que levou a entidade a não apoiar o Poupança Florestal é o receio com o contrato de longo prazo com a empresa, mesma opinião do responsável da Emater municipal pelo programa.

Em entrevista, o técnico da Emater responsável pelo programa, questionado sobre qual sua opinião em relação à participação dos agricultores familiares no Poupança Florestal, afirmou: “eles têm medo do contrato, é um contrato de 14 anos, a rotatividade [da área] é baixa”, o que explicaria a baixa procura pela integração com a VCP.

A agricultura familiar de Canguçu possui um histórico de relação com empresas, através de diferentes modalidades de integração. Atualmente, a atividade produtiva de maior inserção na agricultura familiar municipal é a fomicultura, que também possui um rígido contrato de integração, seguido pela fruticultura e pela avicultura, também regidas por contratos, contudo, a rotatividade dessas atividades é muito maior.

Um dos agricultores entrevistados corrobora claramente essa assertiva. Para ele,

fumo a gente planta em setembro, colhe até fevereiro mais ou menos e já tem a terra pra plantar de novo. Se vendê e não dá ... fica a dívida na empresa, mas a terra a gente já plantou de novo. Com eucalipto não né ... o contrato é de 14 anos e se resolve querê sair... como que faz? Tem que escolher bem a área (E 4)⁵⁵.

Este agricultor plantou uma área que julgava imprópria para outros cultivos, mas não pretende aumentar a área via Poupança Florestal argumentando que ao mesmo tempo em que o financiamento é positivo, o contrato por 14 anos deve ser analisado com cuidado.

Na opinião do técnico da Emater, além do contrato, há a questão do “deserto verde”⁵⁶ e o fato do agricultor familiar não visualizar a atividade madeireira como fonte de renda. Segundo ele, os agricultores “plantam apenas um cantinho”. Esses são fatores que se avalia ter contribuído para pequeno número de famílias integradas ao Poupança Florestal.

Questionado sobre a participação da Emater no programa, a opinião emitida pelo técnico aproxima-se da colocada pelo representante do STR, afirmando que

nós [os gaúchos] tamo sendo usado, porque Europa não tem espaço mais, tamo viabilizando o papel deles, e quanto a Emater ... quê que ela [VCP] quer com isso? ... A Emater tem respeito! Querem parceiro pra envolver alguns pequenos agricultores pra poder ter selo de qualidade pra poder vender pra Europa.

Apesar de ser crítico em relação às motivações que levam a VCP à busca de parceria com a Emater, busca justificar a participação da instituição e a sua, em particular, afirmando que

Assim como nos usam, também queremos usar eles, ... enxergo alguma coisa [no programa] ... preferia milho, feijão, leite, mas tá difícil e o investimento tá aí, enxergo como uma renda garantida e opção para as áreas ociosas, onde se faria uma poupança, ou nos produtores de fumo, que podiam plantar um ou dois hectares.

⁵⁵ Cumprindo com o propósito de preservar a identidade dos integrados entrevistados utiliza-se a notação “E”, em correspondência a “entrevistado”, e a indicação numérica de acordo com o número de entrevistas realizadas.

⁵⁶ “Deserto Verde” é a denominação usada por movimentos sociais e organizações ambientalistas para as áreas “reflorestadas”, fazendo alusão a uniformidade da paisagem e pequena biodiversidade presente nos desertos.

Segundo o técnico, a distribuição de 800 mil mudas de eucalipto e de sementes de milho e de forrageiras seria uma das benesses proporcionadas pela VCP na região e que deveriam ser aproveitadas. Além disso, o integrado pode ficar, caso deseje, com 5% da produção⁵⁷ financiada via integração.

Todavia, reconhece que essa opinião não encontra eco no município e nem no conjunto da Emater, colocando que a “prefeitura não comprou a idéia, técnicos também não”. Esses elementos apontam os principais motivos que levaram os agricultores familiares de Canguçu a não buscarem a integração com o programa Pousança Florestal.

A Tabela 17 apresenta a distribuição de contratos entre os anos 2005 e 2008. Percebe-se uma estabilidade no número de contratos ao longo dos anos, exceto em 2007, quando a empresa teve que apresentar e defender as licenças ambientais dos projetos e o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) dos seus empreendimentos, o que inviabilizou o plantio nesse ano⁵⁸ (EMATER, 2009).

Com relação a área média de plantio, vem ocorrendo um incremento no tamanho médio da área plantada. Enquanto que em 2005 a área média era de 12,5 hectares, em 2006 foi de 15,4 hectares, e, em 2008, a área média plantada foi de 20,0 hectares, um incremento de 60% em relação a 2005.

A Tabela 17 mostra que regionalmente o tamanho de área também sofreu um incremento no último ano. Enquanto que em 2005 e 2006 a área média foi de 17 e 16,1 hectares, respectivamente, em 2007 foi de 48,7 hectares. Além disso, percebe-se a área plantada encontra-se, por enquanto, muito aquém do programado pela empresa que visa atingir 40 mil hectares plantadas via Pousança Florestal.

Em Canguçu, os 27 contratos firmados até 2008 não representam 0,3% dos estabelecimentos agropecuários do município, que somam 9.947 estabelecimentos. Financeiramente, a Emater recebe da VCP o equivalente a 5% do valor financiado. Ou seja, para atender os integrados a Emater de Canguçu receberá R\$ 62.507,62, perfazendo R\$ 2.325,10 por produtor integrado, o equivalente a R\$ 30,73/produtor/ano.

⁵⁷ Atualmente o contrato prevê que o integrado pode ficar, caso deseje, com 5% da produção. Os 95% restantes devem ser comercializados à empresa. Segundo o técnico, a Emater tem reivindicado que esse percentual seja maior, entretanto, não precisou um valor.

⁵⁸ O controle do número de projetos é realizado pela Emater em função do plantio, e não da assinatura do contrato. Como discutido, em 2007 não foi realizado nenhum plantio, o que faz com que os dois contratos assinados nesse ano, sejam contabilizados no ano de 2008.

Tabela 17 – Número de contratos do Poupança Florestal em Canguçu e região abrangida pelo Escritório Regional Pelotas da Emater, por ano de contratação e valor total movimentado.

Abrangência	2005		2006		2007		2008		TOTAL		
	Nº proj.	Ha	Nº proj.	Ha	Nº proj.	Ha	Nº proj.	Ha	Nº proj.	Ha	R\$ (mil)
Região	73	1.240,5	115	1.856,9	18	876,8	NI	NI	206	3.974,1	11.449*
Canguçu	10	125,5	7	108,1	0	0,0	10	200,4	27	433,9	1.250*

Fonte: Emater Canguçu (2008).

* Valor calculado com base nos financiamentos de 2008, valor base de R\$ 2.881,00 por hectare⁵⁹.
NI – sem informação

Esse montante é mais de duas vezes inferior ao repassado à instituição para o trabalho de assessoria técnica às famílias assentadas pela reforma agrária no município (R\$ 746,19/família/ano), por exemplo.

Esses números evidenciam que, além da legitimação social conseguida pelo apoio de uma instituição como a Emater, e da vantagem econômica derivada da redução do volume de capital imobilizado pela compra de terras⁶⁰, como apontado por Diesel et al (2007), colocar o serviço de assistência técnica a cargo da Emater, demonstra-se também um bom negócio.

Não se coloca em discussão, ainda, a pertinência da dedicação da Emater ao atendimento desta demanda, haja vista que estes empreendimentos, por vezes, não são iniciativas de agricultores familiares do município.

Até o momento buscou-se situar o Poupança Florestal no município de Canguçu apresentando como se deu sua implantação e discutindo-a. A seguir, apresentamos dados sobre os integrados ao programa, buscando identificar qual a participação da agricultura familiar no referido programa.

5.1.1 Características gerais dos integrados ao Poupança Florestal

Nesta seção abordaremos informações gerais referentes aos

⁵⁹ Além deste valor disponibilizado para plantio da área e do serviço de assistência técnica para acompanhamento da evolução do plantio, todo o serviço de planejamento e licenciamento da atividade corre sem custos para o integrado.

⁶⁰ Cabe considerar que, atualmente, somente cerca de 50% das áreas adquiridas são efetivamente plantadas, sendo o restante utilizado como Área de Preservação Permanente ou para infra-estrutura (DIESEL et al, 2007).

integrados ao Poupança Florestal em Canguçu. Serão apresentadas e discutidas informações sobre área das propriedades, área de plantio, ocupação dos integrados, atividade reduzida para ingresso do eucalipto, entre outras. Com essas informações busca-se traçar um panorama geral das características dos integrados à VCP. Outras informações como idade, escolaridade, composição familiar e dados de caráter qualitativo e subjetivo como motivações, opiniões e expectativas futuras serão tratadas na secção seguinte e são fruto das entrevistas realizadas com alguns produtores.

Nesse sentido, apresenta-se a Tabela 18 que traz as principais informações sobre as unidades produtivas integradas.

Tabela 18 – Relação dos integrados ao Poupança Florestal em Canguçu no ano 2008.

Nome	Localização da propriedade	Distrito	Atividade	Atividade renda	Agricultor familiar	Área total	Área projeto	Área plantada
Integrado 1	Santa Clara	1º	agricultor	fumo	sim	33,00	33,00	3,65
Integrado 2	Santa Clara	1º	agricultor	fumo	sim	19,00	19,00	6,60
Integrado 3	Santa Clara	1º	agricultor	fumo	sim	28,00	28,00	4,71
Integrado 4	Santa Clara	1º	agricultor	fumo	sim	36,00	36,00	11,56
Integrado 5	Passo dos Oliveira	1º	agricultor	gado	sim	71,90	71,90	4,33
Integrado 6	Alto da Cruz	1º	agricultor	fumo	sim	24,40	24,40	4,71
Integrado 7	Cox. Campos	1º	agricultor	soja	sim	30,00	20,20	5,00
Integrado 8	Cox. Campos	1º	empresário	oficina	não	73,36	11,68	5,55
Integrado 9	Cox. Campos	1º	empresário	acacicultor	não	350,00	20,70	9,59
Integrado 10	Passo dos Oliveira	1º	empresário	ferragem	não	250,00	126,60	56,60
Integrado 11	Passo dos Oliveira	1º	empresário	sorveteria	não	48,00	48,00	22,00
Integrado 12	Passo dos Oliveira	1º	empresário	sorveteria	não	65,00	65,00	34,00
Integrado 13	Passo Oliveira	1º	empresário	Téc. agrícola	não	56,00	28,69	28,69
Integrado 14	Santa Clara	1º	empresário	sorveteria	não	5,19	5,19	5,19
Integrado 15	Iguatemi	2º	empresário	curtume	não	90,00	250,00	33,52
Integrado 16	Santo Antonio	3º	empresário	tele-alarme	não	217,00	142,00	41,60
Integrado 17	Faxinal	3º	empresário	comércio	não	40,00	40,00	5,08
Integrado 18	Faxinal	3º	agricultor	gado	sim	140,00	140,00	20,00
Integrado 19	Sto. Antonio	3º	agricultor	gado	não	800,00	74,69	35,58
Integrado 20	Cox. Cunha	3º	agricultor	gado	sim	200,00	58,73	2,50
Integrado 21	Rincão Progresso	3º	agricultor	gado	sim	60,00	24,85	24,85
Integrado 22	Cox. Pedreira	3º	agricultor	gado	sim	31,44	31,44	21,71
Integrado 23	Vila Silva	3º	agricultor	arroz	não	17,09	17,09	12,50
Integrado 24	Pantanosos	3º	agricultor	gado	sim	44,90	44,90	10,00
Integrado 25	Faxinal	3º	agricultor	milho	sim	12,00	12,00	4,50
Integrado 26	Pantanosos	3º	agricultor	diversos	sim	18,25	18,25	6,00
Integrado 27	Col. Palma	5º	agricultor	fumo	sim	29,74	29,74	13,91

Um primeiro elemento importante a ser destacado quanto aos integrados ao Poupança Florestal diz respeito à ocupação que gera o principal ingresso de renda das famílias.

Neste sentido, a Tabela 19 aponta importante participação (37%) das atividades de cunho empresarial. Nessas unidades, o envolvimento das famílias com a atividade agrícola⁶¹ ocupa papel estritamente secundário, ou mesmo, é inexistente. Em função da grande presença de atividades de natureza não-agrícola opta-se por, em diversos momentos, tratar o conjunto de integrados a partir dessas duas categorias, empresários e agricultores.

Esses dados permitem identificar duas importantes situações: a primeira relaciona-se a significativa participação no Poupança Florestal, de pessoas cuja ocupação diária não se dá no âmbito de suas propriedades rurais; a segunda, atrela-se ao fato de que entre os integrados que possuem na atividade agrícola sua principal ocupação ocorre uma polarização entre famílias dedicadas à criação de gado (25,9%) e famílias dedicadas à fumicultura (22,2%), corroborando os dados municipais já apresentados no terceiro capítulo.

Tabela 19 – Distribuição dos integrados ao Poupança Florestal, segundo a principal atividade geradora de renda da família em Canguçu.

Principal atividade	Nº integrados	%
Empresário*	10	37,0
Arroz	1	3,7
Diversificado**	1	3,7
Soja	1	3,7
Milho	1	3,7
Fumo	6	22,2
Gado	7	25,9
Total	27	100,0

Fonte: Pesquisa de campo e Emater Canguçu (2009)

* Como empresário foram considerados todos os integrados cuja ocupação principal não estivesse relacionada com a atividade agrícola. Ex.: oficina mecânica, ferragem.

** Integrados que desenvolvem mais de uma atividade com fim comercial.

Dentre o universo agrupado como “empresários” encontram-se ocupações de diversas naturezas, das quais três mantém relação com o universo rural, uma oficina mecânica e um comércio (*venda*) que se

⁶¹ Cabe destacar que deste ponto em diante referimo-nos a “agrícola” como sinônimo de agropecuário. Fato que não cumpre com maiores pretensões do que a de expressar clara diferenciação entre os integrados/empresários (não-agrícolas) e os integrados/agricultores (agrícolas), nos termos expressos no corpo do texto.

situam na zona rural, e um empresário do ramo da madeira que possui diversos plantios de acácia.

Analisando-se os integrados quanto ao local de moradia tem-se que 66,7% moram na unidade produtiva. Quando analisado por categoria, 94,1% dos agricultores residem nos estabelecimentos (apenas um não reside, possuindo sua moradia em propriedade rural situada em outro município), enquanto que entre os empresários esse número é de apenas 20% (dois casos).

Os empresários não residentes na propriedade moram, em sua maioria, em Pelotas e os dois que residem na unidade produtiva são os donos da *venda* e da oficina mecânica, empreendimentos presentes em quase todas as comunidades rurais. Outros dois fatos aproximam estes dois integrados: ambos reduziram o cultivo de milho para o plantio do eucalipto, e, ambos possuem as menores áreas de plantio, respectivamente, 5,08 e 5,55 hectares.

Com relação à localização dessas unidades produtivas integradas à VCP no município, 92,6% encontram-se no 1º e 3º distritos, sendo 51,9% no 1º distrito e 40,7% no 3º distrito. Ainda existem 3,7% no 2º e 3,7% no 5º distritos.

De outro modo, analisando-se os dados por categoria, tem-se que entre os agricultores a polarização entre o 1º e 3º distritos mantém-se com 41,2% e 52,9%, respectivamente. Já dentre os empresários, ocorre uma concentração no 1º distrito que congrega 70% das unidades de produção, enquanto que o 3º distrito possui 20% e o 2º distrito possui 10% das explorações.

Essas informações mostram que a grande maioria das unidades produtivas envolvidas com o Poupança Florestal estão localizadas nos distritos (1º e 3º) mais próximos ao centro urbano de Canguçu e às principais rodovias que cortam o município, possivelmente buscando menor custo no transporte da madeira.

O 5º distrito é cortado pela RS 471 e como já citado é atualmente o distrito com maior área de plantio de árvores no município. Entretanto, o Poupança Florestal teve pouca procura o que pode estar relacionado com o fato de já haver um sistema de relação produtor-empresa, nesse caso Tanac e Tanagro, estabelecido no distrito.

Além disso, ao realizar-se uma aproximação entre a localização das unidades de produção dos integrados e a principal atividade produtiva geradora de renda, o que se encontra é a conformação da divisão em zona de campo e zona de floresta apresentada por Cotrim (2003), conforme já discutido no terceiro capítulo.

Esse autor apresenta uma divisão do município de Canguçu em duas zonas agroecológicas, a zona agroecológica de floresta, cuja colonização remete em maior grau aos descendentes de alemães e italianos, compreende os distritos mais ao sul do município (abarcando parcela importante do 1º distrito), possui relevo ondulado e teve sua formação econômica estruturada sob uma diversificada agricultura colonial; e a zona agroecológica de campo, cuja colonização remete às sesmarias portuguesas, compreende os distritos mais ao norte-oeste (abarcando parcela importante do 3º distrito), região de campos planos onde a principal atividade produtiva é a pecuária extensiva.

Dos sete agricultores (41,2%) integrados ao Pousaça Florestal, que possuem sua unidade de produção no 1º distrito, 71,4% (cinco casos) possuem como atividade produtiva principal a fumicultura, e, entre os nove agricultores (52,9% das UP's) cujos estabelecimentos situam-se no 3º distrito, 66,7% (seis casos) possuem como principal atividade produtiva a pecuária extensiva. Esses dados corroboram a constituição histórica do município e seus impactos sobre a matriz produtiva apresentada por Cotrim (2003).

Com relação ao cultivo de árvores, 44,4% dos integrados já possuíam algum tipo de experiência no cultivo de árvores, seja por plantios comerciais, plantios de subsistência (como os efetivados pelos fumicultores) ou pelo trabalho em áreas de “reflorestamento”. A Figura 11 apresenta uma vista geral de duas propriedades de integrados que já possuíam uma pequena área de “reflorestamento”.



Figura 11 – Vista geral de duas propriedades cujos integrados já tinham experiência no cultivo de árvores

A foto disposta à esquerda é da propriedade de um integrado cuja atividade principal é a pecuária e a foto à direita de um integrado sojicultor e que possui rendas não agrícolas provenientes do trabalho como caminhoneiro.

Ao detalhar a experiência por categoria, a Tabela 18 mostra que os empresários apresentam maior tempo na atividade do que os agricultores.

Enquanto que entre os agricultores, 41,2% (sete casos) possuem experiência no cultivo de árvores, dos quais 43% (três casos, sendo que entre estes um além do cultivo trabalhou seis anos para empresa Tanagro, do ramo da acacicultura) correspondem aos fumicultores e 29% (dois casos) estão relacionados a agricultores que já possuíam plantios comerciais de acácia-negra. Entre os empresários, o percentual de integrados com experiência na atividade chega a 50% (cinco casos). Dentre esses, um é empresário do ramo da madeira e os outros quatro, apesar de terem outros ramos profissionais, já possuíam, antes do Poupança Florestal, cultivos comerciais de madeira (ver a Tabela 20).

Tabela 20 – Experiência na atividade madeireira, segundo tipo de atividade predominante no ingresso de renda da família.

Experiência na atividade madeireira	Agricultor	Empresário
Sim	7	5
Não	10	5
Total	17	10

Fonte: Pesquisa de campo e Emater Canguçu (2009)

Visando apontar quais atividades produtivas cederam lugar à lavoura de árvores, foi elaborada a Tabela 21. Apesar de sete possibilidades terem sido citadas, 48,1% (13 casos) das unidades produtivas reduziram a criação de gado. Os motivos citados para substituição, apesar da tradição na atividade, é a dificuldade em obter renda com a criação e o grande número de abigeatos⁶² cada vez mais frequentes na região.

Além da criação de gado, outra atividade muito tradicional no município, com a maior área plantada, também sofreu redução. Trata-se do milho, reduzido em 14,8% (quatro casos) das unidades produtivas. O milho compõe o universo de atividades produtivas das unidades de produção notadamente como cultura de subsistência, destinado à alimentação animal (principalmente vacas, cavalos, porcos e galinhas) sendo sua venda ocasional, e em menor número de casos, com destino

⁶² Abigeato é o tipo de crime relacionado ao furto de animais do campo.

direto ao mercado. A redução dessa cultura para dar lugar à madeira surge, com efeito, como uma estratégia de incrementar a renda familiar.

Ao somarmos essas duas atividades tem-se que 66,7% das explorações vinculadas ao Poupança Florestal (18 casos), tiveram o gado e/ou milho reduzidos.

Tabela 21 – Distribuição dos integrados segundo a atividade produtiva reduzida para implantação da lavoura de árvores.

Atividade reduzida	Nº integrados	%
Arroz	1	3,7
Gado	13	48,1
Gado, milho	1	3,7
Milho	4	14,8
Milho, fumo	2	7,4
Soja	1	3,7
Nenhuma	5	18,5
Total	27	100,0

Fonte: Pesquisa de campo e Emater Canguçu (2009)

Além das culturas tradicionais, merece destaque que 18,5% dos integrados (cinco casos) não substituíram nenhuma cultura/criação. Ou seja, a entrada do eucalipto na unidade produtiva não deslocou nenhuma outra atividade já desenvolvida. Destes, mais da metade (três casos) diz respeito a empresários com experiência no cultivo de madeira. Ou seja, suas propriedades já estavam voltadas a essa atividade e, independente do Poupança Florestal, sua área seria ocupada com plantio de árvores, ou não era desenvolvida atividade nenhuma na área, como mostra a Figura 12.



Figura 12 – Área em que será implantada uma lavoura de eucaliptos

Para finalizarmos esta seção apresenta-se os dados referentes a área das propriedades e área dos cultivos de madeira conforme demonstra a Tabela 22.

Cabe salientar que existe uma diferença entre área total do integrado e área descrita no projeto de implantação da lavoura de árvores. Essa diferença foi percebida por ocasião das entrevistas com os integrados e refere-se, na grande maioria dos casos, ao fato dos integrados possuírem mais de uma unidade produtiva, nesse caso, apenas a propriedade em que se localiza a área destinada ao plantio se encontra no projeto.

Tabela 22 – Menor área, maior área e área média das unidades produtivas integradas ao Programa Poupança Florestal em Canguçu, entre os agricultores e empresários.

		Área (ha)		
		Menor	Maior	Média
agricultor	Área total da propriedade do integrado	12,0	800,0	93,9
	Área computada no projeto	12,0	140,0	40,2
	Área de efetivo plantio de madeira	2,5	35,58	11,3
empresário	Área total de propriedade do integrado	5,19	350,0	119,5
	Área computada no projeto	5,19	250,0	73,8
	Área de efetivo plantio de madeira	5,08	56,6	24,2

Fonte: Pesquisa de campo e Emater Canguçu (2009)

A Tabela 22 possibilita a visualização da existência de uma grande distância entre a menor e a maior área tanto entre os agricultores quanto entre os empresários. Permite também ver o que se apontava a pouco, em relação a área média do projeto. Entre os agricultores a área média constante nos projetos é de 40,25 hectares e sua área total é de, em média, 93,87 hectares. Entre os empresários, a área média dos projetos é de 73,79 hectares e a área total das propriedades é de 119,46 hectares.

Com relação ao efetivo plantio, entre os agricultores as áreas variam de 2,5 a 35,58 hectares, com área média de 11,30 hectares, o que perfaz 28,1% da área do projeto. Entre os empresários, as áreas variam entre 5,08 e 56,5 hectares, média de 24,18 hectares, respondendo por 32,8% da área do projeto, não sendo significativa a diferença percentual entre os dois grupos.

O elemento mais importante a se perceber é que a dimensão das unidades produtivas integradas ao Poupança Florestal são, como

ilustram a Tabela 22 e a Tabela 18, significativamente maiores do que a média das unidades produtivas do município de Canguçu que é de 26,87 hectares.

Outros trabalhos que abordam a questão do reflorestamento também apontam as grandes propriedades como principais envolvidas com processos de “reflorestamento”. Francisco et al. (2004, p. 33), ao realizarem tipificação de produtores rurais com área “reflorestada” no estado de São Paulo concluíram que “o reflorestamento concentrou-se em propriedades rurais de tamanho superior a 500 hectares”.

Souto (2005) ao investigar a relação entre as lavouras de *Pinus* e a pecuária em campo nativo em Santa Catarina abordou propriedades cuja área média foi de 145,63 hectares (75% das propriedades possuía mais de 100 hectares), com área média de cultivo de 63,13 hectares, perfazendo 43,3% da propriedade.

Já Matias (2007), apresenta dados que apontam o grau de envolvimento das pequenas unidades produtivas com o plantio de árvores. Em estudo realizado em São José do Cerrito/SC, o autor aponta a existência de 140 propriedades com área entre 1 e 3 hectares (o que perfaz uma área de no máximo 420 hectares, considerando que todas tivessem 3 hectares), sendo que nesse universo são cultivados 216,5 hectares de pinus, 56% da área total, ou mais, haja vista que nem todas as propriedades devem ter 3 hectares e que nem todas devem ter plantios.

Estes trabalhos mostram que as unidades familiares possuem pequena participação em termos de área plantada, entretanto, participam com grande percentual da unidade produtiva no cultivo. Essa informação denota que a agricultura familiar especializa-se no plantio de árvores muito mais do que os grandes proprietários, responsáveis pelas maiores áreas e maior volume de produção.

Em Canguçu, até o momento, essa forma de inserção da produção não se confirmou especialmente em relação a agricultura familiar. Enquanto entre os empresários a média e ocupação da área com plantio de árvores fica em torno de 49%, entre os agricultores esse número é de 35% e as unidades familiares de produção que ingressaram no Poupança Florestal, utilizam em média 31,5% da unidade produtiva para o cultivo de árvores.

Neste capítulo foram apresentados dados sobre área média das propriedades, área do projeto de cultivo (diferença que ocorre porque alguns integrados possuem mais de uma propriedade rural), área de efetivo plantio, cultura de maior importância econômica nas explorações, atividade reduzida para ingresso do plantio de árvores.

Evidencia-se a existência de dois grupos distintos, um composto por integrados cuja principal atividade econômica dá-se fora dos limites da unidade de produção, aos quais chamamos de “empresários”, perfazendo um total de dez integrados, dos quais três possuem atividade relacionada ao meio rural, dois por residirem na unidade produtiva e terem seu empreendimento na zona rural, e um que mora na zona urbana, mas sua atividade está relacionada a acacicultura. O segundo grupo foi convencionado como o de “agricultores”, pois sua principal atividade está vinculada à unidade produtiva, perfazem um total de 17 integrados, onde a fumiicultura (seis casos) e a pecuária (sete casos) são as atividades de maior incidência.

Tendo por base outros trabalhos na temática que apontam que a agricultura familiar não possui grande participação na lavoura de árvores (FRANCISCO et al., 2004; SOUTO, 2005) sendo uma atividade tipicamente da grande propriedade, ou, que ao envolver-se com o “reflorestamento”, o faz de maneira intensa, modificando a organização do trabalho familiar e as atividades desenvolvidas dentro e fora da unidade produtiva (SCHNEIDER, 2004; MATIAS, 2007), e, que a agricultura familiar é público prioritário do programa Poupança Florestal, buscou-se identificar qual a participação desta categoria no programa.

Para os objetivos desta dissertação, consideram-se como agricultores familiares aqueles “em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Ou seja, no presente trabalho, como agricultor familiar, considerou-se o integrado cuja principal atividade produtiva mantenha-se relacionada à unidade produtiva, cuja gestão e exploração da unidade produtiva seja realizada pela família, o que leva a considerar que 15 dos 17 agricultores integrados são agricultores familiares.

Quanto ao percentual da unidade familiar exploração destinada ao plantio de árvores, constatou-se que a área média ocupada com plantio de árvores através do Poupança Florestal é de 9,6 hectares, o que corresponde a 31,5% da unidade produtiva, caracterizando que o ingresso na atividade tem se dado de maneira gradual. A ocupação da força de trabalho, em atividades ligadas ao setor madeireiro fora da unidade produtiva, em Canguçu, é incipiente⁶³. Ou seja, o envolvimento

⁶³ Apenas um do total de integrados relatou ter trabalhado em cultivos de terceiros, sendo, por seis anos, funcionário da empresa TANAGRO, que atua na acacicultura visando extração do tanino e comercialização da madeira.

da agricultura familiar é reduzido mesmo se buscando várias formas de ver a questão.

5.1.2 Perfil dos integrados ao Poupança Florestal

A presente seção busca traçar um perfil mais detalhado da família integrada ao Poupança Florestal, tendo por base as informações obtidas na incursão empírica em que se realizou dez entrevistas, sendo seis com agricultores e quatro com empresários, como já descrito na metodologia.

Aborda-se questões pertinentes à idade do integrado, à escolaridade, ao número de filhos, às motivações que o levaram a acessar o programa, bem como, à avaliação que fazem deste e do futuro de sua família e de sua atividade.

O primeiro elemento que merece destaque foi percebido por ocasião da realização das entrevistas. Apesar de ter sido estimulada a participação das mulheres e dos jovens nas entrevistas, antes ou logo no início das conversas eles optavam por deixar o espaço, fazendo com que na totalidade dos casos o integrado entrevistado fosse homem.

A justificativa apresentada para o afastamento foi de que o marido/pai é que era responsável pela propriedade e pelo contrato de integração. Essa assertiva fica clara na fala de uma das esposas dos entrevistados, que ao ser estimulada a permanecer na conversa, negou-se afirmando: “disso quem entende é ele [o marido], eu só ajudo” (esposa E 2).

Esse fato pode ser explicado pela reprodução de padrões culturais e hierarquias de poder que atribuem ao homem a participação nos espaços públicos, contudo, isso não significa dizer que as mulheres não interferiram ou participem das decisões tomadas no âmbito da família.

Do ponto de vista da faixa etária dos entrevistados, eles estão situados, majoritariamente, entre 40 e 49 anos (média de 47,6 anos), conforme ilustrado na Tabela 23.

Tabela 23 – Distribuição dos entrevistados segundo a faixa etária.

Faixa etária	Nº integrados	%
Entre 30 e 39 anos	2	20,0
Entre 40 e 49 anos	5	50,0
Entre 50 e 59 anos	1	10,0
Acima de 60 anos	2	20,0
Total	10	100,0

As famílias dos entrevistados são compostas, em 70% dos casos, por três ou quatro membros residentes na unidade produtiva (ou residência, quando moradia urbana). Dos 30% restantes, 20% (dois casos) estão relacionados às famílias cuja idade do integrado ultrapassa 60 anos. Num deles apenas dois membros residem na unidade produtiva (o casal, que para realizar as atividades da propriedade conta com um sócio); no outro, 14 pessoas compõem a família, dividindo-se em pais, filhos, netos (trata-se de um empresário, com família urbana).

Analisando-se a questão a partir da disponibilidade da força de trabalho nas unidades produtivas, tem-se que, entre as seis famílias de agricultores entrevistados, 50% possuem dois membros compondo a força de trabalho ativa (pessoa entre 16 e 60 anos de idade e sem atividade permanente fora da unidade produtiva).

A composição familiar média é de até quatro membros, o que encontra par na realidade vivenciada por grande parte das explorações rurais familiares, influenciando incisivamente sobre a disponibilidade de mão-de-obra e sobre a organização produtiva destes estabelecimentos (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; SCHNEIDER e BIOLCHI, 2003; STROPASOLAS, 2006).

Estes autores mostram que está em curso uma redefinição do perfil qualitativo da mão-de-obra no meio rural, especialmente na agricultura familiar, que tem se tornado crescentemente envelhecida e masculinizada em função da redução da taxa de natalidade, da migração seletiva de jovens e do retorno de aposentados para o meio rural, realidade encontrada no desenvolvimento da pesquisa.

Com relação à escolaridade, os integrados apresentam diferentes graus de estudo regular. Entre os agricultores, o grau mais elevado alcançado corresponde a 8ª série (primeiro grau completo), caso alcançado por um dos seis agricultores, o mais jovem deles. Os demais cinco possuem no máximo a 5ª série.

Já entre os quatro empresários entrevistados, dois (50%) possuem ensino superior. O menor grau de escolaridade pertence ao único empresário que permanece na zona rural (o mecânico e proprietário da oficina), que estudou até a 8ª série.

Esses dados permitem mais uma reflexão, qual seja, que o nível de escolaridade dos agricultores ainda é bem menor que o de empresários e moradores urbanos, principalmente quando a comparação ocorre entre pessoas acima dos 40 anos, quando as dificuldades para estudar, especialmente na zona rural, eram bem maiores.

Essa menor instrução tem diversos efeitos, alguns deles ligados diretamente ao ingresso na atividade produtiva em questão. Questionados sobre se conheciam as cláusulas do contrato do Pousança Florestal e se tinham conhecimento de programas públicos de fomento a atividade, em ambas questões, apenas os entrevistados com nível médio e superior afirmaram conhecer o contrato e os programas públicos de fomento.

A busca por ocupações fora da atividade agrícola também é resultado do maior nível de escolaridade. Dentre os entrevistados com maior nível de escolaridade destaca-se a atividade empresarial e residência na zona urbana. Reflexo correlato é o nível de especialização do seu trabalho (suas empresas) e também das atividades agrícolas desenvolvidas nas suas unidades produtivas.

Como já observado, os três casos citados acima possuem experiência no cultivo comercial de madeira, sendo a lavoura de árvores a atividade levada à frente em suas propriedades. Reflexo dessa especialização é que ao questionarmos os entrevistados sobre qual atividade foi reduzida para implementação da lavoura de árvores, os três responderam que *nenhuma*.

Com relação a agricultura familiar, Schneider (2004) e Matias (2007) já apontavam que o ingresso da agricultura familiar no cultivo de árvores se dá de forma incisiva, ocupando parcela importante da unidade produtiva na atividade. Em Canguçu, neste primeiro momento o ingresso deu-se de forma parcial, ocupando pouco mais de 30% da unidade produtiva, assemelhando-se ao descrito por Cazella e Búrigo (2009).

Porém, foi declarada a pretensão de aumento da área destinada ao “reflorestamento”. A Figura 13 ilustra a propriedade de um integrado, que pretende ampliar a lavoura de árvores ocupando o morro ao fundo da área retratada, colocando como horizonte a confirmação dos estudos desses autores.

A confirmação dessa tendência traz de volta a reflexão sobre a autonomia das famílias. Parcela importante dos agricultores de Canguçu já possuía algum tipo de processo de integração anterior ao Pousança Florestal, principalmente na fomicultura, e destinou contratualmente, por 14 anos, 30% de sua unidade produtiva ao cultivo de árvores, e ainda pretendem ampliar essa área.



Figura 13 – Área atual e ao fundo, área para possível expansão da lavoura de eucalipto

Em essa expansão se concretizando via Poupança Florestal, o grau de poder decisório dessas famílias sobre sua unidade produtiva e seu trabalho estará ainda mais reduzido e deslocado para as mãos destes complexos industriais.

A seguir, analisaremos as motivações que levaram ao ingresso no Poupança Florestal e as avaliações que os integrados fazem até o momento. Para tanto, trataremos em separado empresários e agricultores, visando facilitar e qualificar a análise e compreensão.

5.1.3 Avaliações e expectativas dos integrados ao Poupança Florestal

Dentre os empresários (4 entrevistados), três já mantinham áreas com cultivo de árvores, a principal motivação para o acesso ao Poupança Florestal foi o financiamento da implantação do cultivo e a busca de conhecimento e de uma relação com a VCP, visto que “eles tem tecnologia, conhecimento do mercado, é importante ter uma boa relação com eles” (E 10).

A busca por uma alternativa de produção para as áreas “fracas” foi a motivação do empresário que não possuía experiência anterior na atividade, que também é o único residente na zona rural.

Como já citado, entre os entrevistados, nenhum possuía horta e/ou pomar. Esse fato possivelmente possa ser extrapolado para o conjunto dos empresários integrados, tendo em vista que apenas um é residente no meio rural, e mesmo este, não possui horta e pomar.

Com relação à adequação do eucalipto a área em que foi plantado, a totalidade dos entrevistados respondeu que o eucalipto era a cultura mais indicada para a área, o que pode ser explicado pela

dedicação à atividade por parte de três deles, enquanto que o outro (cultivador de soja) justificou o plantio em decorrência da qualidade do solo (“terra é ruim”).

Quando solicitado que apontassem pontos positivos e negativos do programa Poupança Florestal, as manifestações foram bastante heterogêneas. O financiamento foi o ponto mais enfatizado tanto do ponto positivo quanto do negativo. Ao passo que recebeu elogios enquanto proposta, sua efetivação recebeu críticas devido ao atraso no repasse do recurso e a liberação parcelada do mesmo para implantação da lavoura⁶⁴.

Os outros pontos positivos apontados foram a assistência técnica e a compra garantida da produção. O entrevistado (E 10), grande produtor de madeira, apontou que o Poupança Florestal é um programa muito bom para o médio e grande produtor que precisa de um apoio para implantação da lavoura. Além disso, não vê como um bom negócio aos agricultores que possuem pequenas áreas, devido ao longo tempo de retorno do investimento.

Quando solicitada sua opinião sobre por que a empresa focava nesse tipo de agricultor a divulgação do programa, sua resposta foi: “cota social. A empresa precisa de apoio na sociedade, e cria esse tipo de programa pra isso. Ela não precisa dessa madeira, até porque é muito pouca”.

Fausto Camargo, diretor da VCP, fornece elementos que também apontam nessa direção pois afirma que o Poupança Florestal representa um grande dispêndio no âmbito dos investimentos da empresa. Segundo ele, “Isso [o Poupança Florestal] fica muito mais custoso para a empresa, mas é uma forma de você colocar do nosso lado o produtor e trazer pra junto do projeto os produtores da região” (OSÓRIO, 2007).

Essa visão é corroborada pelo representante do STR, para quem o contrato de 14 anos é o principal motivo da baixa procura por parte dos agricultores familiares, haja vista que em programas focalizados na distribuição de mudas ou simplesmente onde não exista o comprometimento de longo prazo pré-estabelecido, o envolvimento da agricultura familiar foi bastante intenso.

Em relação à realização de um bom negócio e sobre sua pretensão em expandir as áreas cultivadas, todos foram unânimes em avaliar positivamente o empreendimento. No entanto, os três com

⁶⁴ A liberação parcelada do financiamento, de acordo com as etapas em que os tratos culturais devem ser executados é um expediente da empresa para garantir que a lavoura seja conduzida dentro de suas recomendações técnicas.

experiência na área, também foram unânimes em afirmar que não ampliarão suas áreas via Pousança Florestal.

O entrevistado (E 10) citou que “não queria passivo no [seu] caixa”, mas que aceitou o financiamento apenas por ser uma condição do contrato. O argumento dos demais pode ser sintetizado na fala de um dos entrevistados, que afirma que “comprou mais terra pra plantar, mas como atrasou o repasse do dinheiro para primeira adubação, vou plantar por conta, é melhor” (E 8).

No que diz respeito às motivações citadas pelos agricultores familiares entrevistados para ingressarem no cultivo de eucalipto via Pousança Florestal estão, em sua maioria, relacionadas à constituição de alternativa de renda aos cultivos em curso nas unidades produtivas. O argumento de utilização de áreas degradadas (“fracas”) foi colocado por um entrevistado.

O ingresso na atividade afetou principalmente a criação de gado, atividade mais citada quando questionados sobre qual atividade foi reduzida para implantação da lavoura de árvores. Depois do gado, a cultura mais afetada foi o cultivo do milho, conforme ilustra Tabela 24.

Apesar da produção pecuária ser tomada na agricultura familiar como uma reserva de valor para enfrentar os momentos de necessidade, entre os integrados esse fator não tem se mostrado como empecilho à substituição da atividade. Os argumentos apresentados pelos agricultores para substituição do gado pelo “reflorestamento” centraram-se na baixa rentabilidade da criação quando levada em consideração o trabalho envolvido e, principalmente, a busca pela redução de riscos.

Tabela 24 – Atividades que tiveram a área reduzida pelo ingresso na atividade madeireira, no grupo dos agricultores familiares integrados.

Atividade reduzida	Frequência
Gado	8
Gado e Milho	1
Milho	2
Milho e Fumo	1
Soja	1
Nenhuma	2
TOTAL	15

Segundo os entrevistados, as chances de perda na lavoura de árvores são menores, “pega aí um hectare, se tu perde uma cabeça de gado o lucro se foi e tu ainda fica no prejuízo. Na madeira não, morre

uma árvore aqui, outra ali, mas perder a lavoura toda é muito mais difícil” (E 2). Além dos riscos inerentes a atividade produtiva, o abigeato tem inviabilizado a criação e também é motivo para substituição do gado pelo eucalipto: “tão roubando muito, é difícil aqui na volta quem ainda não teve um bicho levado. Vou plantar eucalipto, que isso eles [abigeatários] não levam” (E 1).

Em relação à pecuária desenvolvida pelos integrados é importante frisar que é realizada de forma muito precária, sem acompanhamento, manejo e incorporação tecnológica. Questionados sobre o sistema de criação foram unânimes as respostas que confirmam a opinião do técnico da Emater, para quem “os bois que se criam, sozinhos”. Os animais são criados de forma extensiva, sem garantia de alimentação no inverno, suplementos minerais, fornecimento regular de água, programas de melhoramento genético.

Os cuidados resumem-se as vacinações, a aplicação de carrapaticidas e ao tratamento quando algum animal adocece. Esse é o sistema de criação da grande maioria dos pecuaristas familiares de Canguçu como apontado por Cotrim (2003).

Já o milho, cuja parcela importante é cultivada para alimentação de bovinos, suínos e aves, sendo a comercialização realizada em momentos de bom preço ou quando a produção excede o consumo animal, a redução pode, em parte, ser explicada pela diminuição das criações de gado, o que implica em menor necessidade de milho.

Questionados sobre a avaliação que fazem do Poupança Florestal e sobre a possibilidade de aumento da área dedicada à madeira, quatro entrevistados afirmaram ter feito um bom negócio e um disse não saber.

Quanto aos pontos positivos, as respostas mais frequentes apontaram o financiamento da produção e a garantia de compra e preço como coloca um dos agricultores : “o financiamento é bom né ... se a gente tivesse que plantar com o [dinheiro] *do bolso*, não ia ter como. E a garantia de preço ... porque as coisa dos colono nunca valem nada, saber quanto vai receber é uma garantia” (E 2).

Segundo Paulilo (1980) a situação de integração é antes de tudo uma situação de mercado. Ela modifica a oportunidade tanto de acesso do produtor aos insumos necessários quanto de colocação do produto final. É essa modificação um dos aspectos mais explicadores da aceitação das condições impostas pelas empresas integradoras.

Foram citados também, o aproveitamento de área de terra “fraca” e o serviço de assistência técnica. Segundo um entrevistado, “eles [Emater] vem muito aqui, ajudam muito, tiram dúvida, vão na lavoura. Ajudam desde o início, desde lá o curso no CETAC” (E 6). A doação de

sementes por parte da VCP⁶⁵ também foi citada. A Figura 14 mostra uma área onde foi implantado consórcio de eucalipto e milho plantado com sementes doadas pela empresa. Segundo o entrevistado, a condição precária das plantas (tanto o eucalipto quanto o milho) se devia à seca e ao atraso na adubação, motivado pelo atraso no repasse dos recursos do financiamento.



Figura 14 – Plantio consorciado de eucalipto e milho

Com relação aos pontos negativos, os aspectos mais citados foram a incerteza quanto aos investimentos da empresa e a demora na liberação do financiamento. No entanto, a resposta mais freqüente foi que não havia nenhum ponto negativo a ser apontado.

Questionados sobre se o eucalipto era a cultura mais adequada à área em que foi plantado, quatro (80%) afirmaram que sim, sendo a justificativa mais presente a avaliação de que a terra era “fraca”, e um (20%) afirmou que a área “produzia de tudo”, sendo o eucalipto uma opção.

Entretanto, a avaliação feita pelo agricultor que possui uma grande diversidade (E 4) de atividades na propriedade merece destaque. Ele argumenta que acha o eucalipto a melhor cultura porque a área é isolada, cercada por cultivos de acácia da empresa Tanagro e “os veado e javali comem tudo que é plantado”. Esse mesmo entrevistado avalia ter feito um bom negócio porque incorporou uma “área perdida”, mas não pretende ampliar a área com eucalipto porque não considera as demais áreas da propriedade como “perdidas”.

⁶⁵ Trata-se do projeto Floresta a Mesa, que se insere na proposta de agrossilvicultura da VCP, um esforço de atrair mais agricultores e mitigar a imagem dos maciços florestais de eucalipto. O projeto consiste na doação de sementes de culturas anuais como melancia, abóbora, milho, sorgo, girassol, feijão, ervilhaca, trevo-branco, trevo-vermelho, cornichão, aveia, para plantio no interior das lavouras de eucalipto.

Fica clara na colocação deste entrevistado que a opção pelo eucalipto deveu-se pela impossibilidade de colocação de outros cultivos. Antes da madeira, o entrevistado tinha bois na área, mas por sucessivas perdas de animais, optou por ingressar no Poupança Florestal.

Apesar da avaliação predominantemente positiva de todos entrevistados, a expectativa de expansão não corresponde da mesma forma. Dois entrevistados afirmam desejo de plantar mais, dois não pretendem aumentar seus plantios, e um afirmou não saber sendo que este e um dos que não pretende ampliar o cultivo avaliaram ter feito um bom negócio.

Quando perguntados se pensavam ter feito um bom negócio participando do Poupança Florestal, foi quase unânime a resposta positiva, apesar de complementos que demonstravam não ser ainda uma convicção sólida, como por exemplo, “sim ... vai indo ... “ (E 5), afirmação que se aproxima muito mais da colocação do entrevistado que disse não saber, “não sei ... depende da crise, da manutenção dos investimentos da empresa, como a fábrica por exemplo” (E 1).

Percebeu-se que apesar de pairarem dúvidas sobre o destino dos investimentos, a maioria afirmava estar satisfeita com o investimento realizado, mesmo sem justificar os motivos.

Questionados sobre quais suas perspectivas em relação ao futuro, especialmente na agricultura, as respostas foram bastante negativas. Para 50% (três entrevistados) não há horizonte promissor na agricultura, “pro grande [agricultor] as coisas podem melhorar, já o pequeno vai apanhar... o grande vai engolir o pequeno” (E 6), ou ainda, “Zé⁶⁶ [comerciante] foi embora, ele movimentava tudo” (E 3), pensamento que indica profunda dependência.

Dentre os que afirmam ter expectativa positiva em relação ao futuro o argumento utilizado foi a *esperança*. Esperança como última possibilidade para não desanimar, “ah né ... sabe como é ... esperança é a última que morre. Se a gente não tiver esperança de que melhora, quê que vai se fazer? Tem que ter [esperança] ...” (E 1), e esperança ancorada no fato da agricultura ser um porto seguro que garante, no mínimo, a subsistência da família, e por ser necessária ao conjunto da sociedade. Com uma propriedade bastante diversificada, aconselha: “estude, se forme doutor, mas não deixe de saber plantar um pé de comida” (E 4).

⁶⁶ O nome é meramente ilustrativo, visto que nosso compromisso foi de preservar a identidade da pessoa.

Além destes, tem também a opinião de um dos fumicultores, para quem o fumo tem garantido a permanência de muitas famílias no campo. Na visão dele, “se não fosse o fumo, a maioria dos colonos não teria o que comer, não compraria nada” (E 2). Chama atenção que, diferente dos relatos de agricultores apresentados no estudo de Silva (2009), não é realizada aqui uma defesa quase incondicional da fumicultura, como única alternativa produtiva para as famílias de agricultores familiares.

Em relação à sua opinião sobre *o que seria necessário para o desenvolvimento da região e melhoria de suas condições de vida*, as respostas recaíram com maior ênfase sobre a necessidade de políticas públicas que garantam a comercialização e valorização da produção agrícola. “A gente planta, cuida, e se o tempo não estraga, a gente não consegue vender ou até vende, mas não vale nada. Precisava ver isso...” (E 1), ou ainda, “tu vê, saco de feijão a R\$ 40,00, de milho a R\$ 12,00, no fumo eles castigam na compra, o colono sempre leva a pior, isso tinha que mudar, tinha que valorizar o trabalho da gente” (E 2).

De forma incisiva, em cobrança à atuação do poder público, foi feita a seguinte referência: “falta política pública, de governo, pra pequenos, o governo tinha que proteger o pequeno” (E 3).

Outro elemento bastante citado pelos agricultores familiares como sendo necessário para um futuro mais promissor para região, é a organização dos próprios agricultores. Canguçu possui uma enorme quantidade de associações de agricultores, quase todas as comunidades possuem a sua, organizadas em torno da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC). Contudo, ao longo das entrevistas, quando questionados sobre se participavam de algumas associações a resposta era “não ... mas já participei ... mas agora a associação tá parada” (E 1), ou, “já participei, mas não dava resultado e daí o pessoal foi deixando de ir, diminuindo mais, mais, e eu também parei de ir” (E 3).

Apesar da aparente decepção com os frutos da organização, existe o reconhecimento de sua necessidade para que se alcance melhoras: “tem que levantar a associação, na sede tem até um secador, e tá lá, apodrecendo” (E 3), ou “precisava se organizar pra conseguir irrigação, com essas seca cada vez mais forte, irrigação vai ajudar muito” (E 4).

Por fim, a madeira é citada por um agricultor familiar como sendo a alternativa de desenvolvimento para região: “com fumo a maioria quebrou ... se pudesse, eu compraria terra de arroz pra plantar eucalipto. Não tem nada que dá mais! (R\$ 50.000 em cinco hectares) [...]”

(E 6). Importante ressaltar que este entrevistado vive na propriedade apenas com a esposa, ela aposentada, ele pensionista, e que pela idade e pelas condições de saúde ele busca culturas que necessitem de pouca força de trabalho.

Quanto ao fumo, apesar da opinião extremamente negativa, este agricultor mantém uma área em sociedade com outro agricultor, e de onde provém a maior parcela de sua renda. Outro destaque necessário diz respeito ao montante de renda produzido pelo eucalipto, para que se obtenha R\$ 10.000,00 de renda bruta por hectare, considerando-se produção de 280 m³ (produção preconizada pela VCP), a madeira deveria ser vendida a R\$ 35,71/m³, preço que até é praticado em venda direta a fumicultores durante a safra. Ou seja, 61% superior aos R\$ 22,20 estabelecidos no contrato do Poupança Florestal.

Na opinião dos empresários, que também foram questionados sobre o que seria necessário para o desenvolvimento regional, o desenvolvimento da cadeia produtiva da madeira é “a grande oportunidade da região” (E 9), sendo o principal motivo para essa afirmação o fato de que “o clima é muito favorável, estamos na região mais bem localizada no mundo para produção de madeira, ninguém mais produz em 7 anos” (E 10).

Até a presente secção buscou-se apresentar as circunstâncias da implantação do Poupança Florestal em Canguçu, as características do público integrado e realizou-se o esforço de analisar em que medida o programa tem se aproximado do público da agricultura familiar.

O capítulo seguinte reúne as principais considerações desta pesquisa, cumprindo com o propósito caracterizar o município de Canguçu e o perfil dos integrados, as motivações que levaram os agricultores familiares a ingressarem no Poupança Florestal, bem como no sentido de analisar suas perspectivas em relação ao futuro a partir da autonomia das famílias e da busca do desenvolvimento sustentável.

6. Considerações finais

Ao longo dessa dissertação buscou-se abordar diversos aspectos que cercaram o processo de implementação do programa Poupança Florestal em Canguçu – RS, tendo em vista a relevância que envolve a investigação sobre o impacto de programas de fomento voltados aos agricultores familiares, especialmente, considerando-se que este é um processo em curso, e não, acabado.

O contato com os diversos atores sociais implicados na dinâmica de implantação deste programa propiciou-nos um grande conjunto de informações, que se buscou explorar nos limites desse trabalho.

O primeiro capítulo desta dissertação aborda uma vertente de estudos sobre a agricultura familiar que, além de reafirmar a existência e centralidade desta categoria social, afirma que no seu seio coabitam formas altamente mercantilizadas (capitalistas) de agricultura familiar e também estilos de agricultura com pouquíssimo envolvimento com o mercado (camponeses).

O conjunto de estilos de agricultura familiar de caráter camponês, que preservam sua autonomia em relação aos mercados, tem ressurgido e se tornado objeto de estudo da pesquisa em função de sua imensa capacidade de resistência e adaptação frente às transformações e oscilações do sistema capitalista.

Além disso, no bojo das mudanças em curso, coloca-se a construção de formas de desenvolvimento mais sustentáveis, capazes de propiciar a maiores contingentes de pessoas o acesso aos bens sociais produzidos, respeitando características regionais e atuando de forma a serem menos danosas à natureza. Para atender a estes requisitos, formas de agricultura menos dependentes do mercado e das transações capitalistas têm se afirmado como caminho necessário a ser seguido.

No entanto, também entre as formas de agricultura altamente dependentes do mercado existem afirmações de que ela pode contribuir com o desenvolvimento sustentável. Um dos setores que mais tem lançado mão deste discurso é o setor madeireiro, para quem o cultivo de árvores pode ser um grande aprisionador de carbono atmosférico e, além de um serviço ambiental, pode ser um ótimo negócio através do comércio de cotas de carbono.

O espaço para essa conjunção é dado pelo aumento da demanda mundial de produtos madeireiros, que tem colocado o Brasil, em especial a região sul do país, no “olho do furacão”. Devido a suas características ambientais que permitem rápido crescimento das árvores, e de suas características sociais que fazem com que o preço da terra e da

força de trabalho seja baixo, o Rio Grande do Sul tem sido o destino de algumas das principais empresas do setor no mundo.

O investimento em questão nessa pesquisa, o programa de fomento florestal Poupança Florestal é parte do Projeto Losango da empresa Votorantim Celulose e Papel, que após incorporação da Aracruz Celulose e Papel tornou-se a maior empresa do mundo no setor de papel e celulose de mercado.

O Projeto Losango prevê o investimento de 1,3 bilhão de reais na Metade Sul do RS, visando a construção de uma fábrica com capacidade para produção de 1,4 milhão ton/ano de celulose. Para atender a esta capacidade instalada a empresa visa possuir 100 mil hectares próprios plantados (já plantou 34,8 mil hectares em 80,6 mil hectares adquiridos). Além das áreas próprias, 30% da produção deverá ser adquirida de produtores da região, para o que foi construído, em parceria com Banco Real e Emater-RS, o programa de fomento florestal Poupança Florestal, cujo objetivo, além do fornecimento da madeira à empresa, é viabilizar economicamente pequenas propriedades, contribuindo com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social.

Destarte este objetivo colocado, o foco da pesquisa que sustentou a presente dissertação corresponde a um estudo de caso sobre a dinâmica que acompanha a implantação do Poupança Florestal no município de Canguçu/RS, escolhido por tratar-se do município com maior contingente de agricultores familiares de toda região.

Importava saber como tem se dado a inserção do programa no município e quais as motivações e perspectivas que orientaram o ingresso no programa. Para tanto, com base em fontes bibliográficas se fez uma caracterização histórica e atual de Canguçu, e na pesquisa de campo buscou-se uma caracterização dos integrados, bem como, a identificação das modificações que o ingresso na atividade ocasionou na organização da unidade produtiva.

Além disso, buscou-se relacionar a presente proposta de “reflorestamento” com a perspectiva de autonomia das famílias e a busca do desenvolvimento sustentável, conceitos teóricos norteadores do trabalho.

Canguçu possui 9.215 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 95,8% são unidades familiares de produção. Essa estrutura fundiária é resultado do processo de constituição do município, que tem sua história alicerçada nas disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, que levaram a Coroa Portuguesa à concessão de sesmarias nas áreas planas do município e que, com o passar dos anos, por sucessivas subdivisões e

ocupações, resultaram na conformação de um importante contingente de pecuaristas familiares.

Por outro lado, quando da imigração europeia à região (principalmente colonos alemães que vieram para São Lourenço do Sul), Canguçu tornou-se destino dos filhos de imigrantes que foram ocupando as áreas mais acidentadas do município originando uma diversificada economia colonial que, atualmente, encontra-se bastante concentrada na fumicultura.

A imersão no universo empírico mostrou que o programa não gozou de grande apoio das instituições e organizações municipais, ao passo que a Emater dedicou-se a sua implementação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais colocou-se contra e o poder público municipal não emitiu maiores esforços, nem contra, nem a favor.

Além do poder público, em Canguçu existem várias organizações da sociedade civil, principalmente associações comunitárias e movimentos sociais. A maioria não se posicionou, com exceção do MST e MPA, que são contrários as propostas do programa.

Com relação ao perfil dos integrados tem-se que, dos 27, dez possuem como principal ocupação atividades empresariais e lançaram mão de propriedades rurais da família, onde a maioria não reside, para investimento no “reflorestamento”. Dentre esse universo, três integrados dedicam a exploração madeireira grandes áreas, sendo que uma família tem como atividade principal a acacicultura.

A principal motivação que os levou a buscar o Poupança Florestal foi a possibilidade de financiar as áreas de plantio. A atividade reduzida foi principalmente a criação de gado, mas também foi representativa a afirmação de que nenhuma cultura ou criação foi reduzida para inserção da madeira. Avaliam positivamente o programa, no entanto traçam críticas aos prazos de liberação do recurso financiado. A maioria pretende ampliar a área dedicada à madeira, mas com recursos próprios.

Quanto aos agricultores (17 famílias) constatou-se uma dualidade entre fumicultores e pecuaristas, confirmando a caracterização municipal. A principal motivação apontada para ingresso no Poupança Florestal foi a utilização de áreas degradadas (“fracas”), consideradas impróprias para outros cultivos, e a constituição de uma alternativa de renda.

Para instalação da lavoura de árvores a maioria das unidades produtivas reduziu a criação de gado, sendo seguido pela redução da área destinada ao milho. O motivo para essa substituição está na menor necessidade de trabalho e pelo menor risco envolvido na produção, sendo apontadas as perdas por intempéries e, principalmente, o abigeato.

Com relação á composição familiar, a maioria das famílias possui três ou quatro membros e a presença de aposentados e/ou pensionistas é grande. O número de filhos é reduzido, oscilando entre um e dois filhos na maioria dos casos.

A avaliação que fazem do programa é positiva, tendo como principais pontos citados o financiamento, a garantia da compra e a assistência técnica. Como pontos negativos, foi citado o atraso no repasse do financiamento, contudo, chama a atenção que a maioria afirma não ver pontos negativos.

Essa questão chama a atenção porque o atraso no repasse ocorreu tanto com empresários quanto com agricultores, entretanto, os agricultores que apontam o financiamento como importante para ingresso na atividade, não apontam o atraso como ponto negativo. Em parte acreditamos que isso pode estar motivado pela compensação oferecida pela empresa, que nesses casos, doará a adubação ao integrado.

Com relação ao universo de agricultores familiares integrados ao Poupança Florestal, considerando como familiares as unidades produtivas com tamanho até 64 hectares e trabalho e gestão sob responsabilidade da família, encontrou-se que dos 17 agricultores 12 são familiares, ou seja, menos da metade do total de integrados.

A pesquisa bibliográfica realizada apontou que na relação entre agricultura familiar e indústria madeireira, em geral, a agricultura familiar perde quase completamente sua autonomia e comando do processo produtivo. As famílias encontram-se amplamente envolvidas com o setor, seja na forma de trabalho direto nos plantios, nas indústrias do setor ou setores correlatos ou envolvendo sua unidade produtiva no plantio de árvores. Apesar desse profundo envolvimento, a maior parcela do número de produtores, da área plantada e do volume produzido, provém de grandes empreendimentos madeireiros.

Ploeg (2006) discute a questão da autonomia a partir de três elementos componentes dos processos de produção: força de trabalho, origem dos recursos (meios de produção) e destino do resultado da produção, sendo que a maneira como cada elemento entra no processo produtivo (como mercadoria ou como não-mercadoria) define o maior ou menor grau de autonomia deste agricultor familiar.

Para Schneider e Niederle (2008) os agricultores familiares que participam de sistemas de integração são exemplos de agricultores que têm sua forma de produção “dependente do mercado” porque os fatores de produção são adquiridos no mercado como mercadorias e o produto do trabalho também é levado ao mercado como mercadoria.

No caso dos integrados ao Poupança Florestal em Canguçu não foi encontrado trabalho direto na indústria madeireira ou em propriedades cultivadas pelas empresas, ou seja, a força-de-trabalho ainda está sob controle dos agricultores, à semelhança do descrito por Matias (2007) e Cazella e Búrigo (2009) que desenvolveram estudos no Planalto Serrano Catarinense, região onde o SPL da madeira também não está bem desenvolvido, especialmente no que se trata do desenvolvimento industrial do setor.

Já Schneider (2004) registra o trabalho dos membros das famílias de agricultores nas unidades fabris do complexo da madeira ao abordar as transformações que ocorreram no seio da agricultura familiar a partir do seu envolvimento com o SPL da madeira que se desenvolveu na região da Colônia Velha do RS.

Em Canguçu esse fato ainda não é sentido, pois ainda não se desenvolveu um SPL da madeira. Contudo, é importante recordar que Schneider chama a acacicultura da região do Vale do Taquari de “cultura do abandono”.

No caso dos meios de produção e do resultado da produção, eles não só são mercadorias adquiridas e levadas ao mercado, como o são com origem e destino previamente acordados através de um contrato. Através deste instrumento jurídico o agricultor recebe mudas, insumos e todos os meios de produção, na forma e quantidade estabelecida pela integradora e, em contrapartida, compromete-se a comercializar 95% de sua produção com a empresa.

Como apontam Schneider e Niederle (2008) as relações sociais estabelecidas no mercado capitalista, especialmente o mercado de commodities, caso da celulose, impõem ao agricultor um padrão de relação social e produtiva centrado na produtividade, na escala de produção, na redução dos custos, na constante inovação tecnológica, fazendo com que o agricultor modifique sua forma de produzir e pensar.

Por outro lado, como aponta Paulilo (1980), a integração vertical tem sido um dos únicos caminhos para que os agricultores tenham acesso a financiamento, aos insumos e aos mercados, motivo pelo qual os processos de integração são amplamente defendidos pelos agricultores, como também ocorreu com o Poupança Florestal.

Porém, nos moldes atuais, os processos de integração não contribuem para a construção de processos produtivos centrados na ampliação da autonomia dos agricultores familiares, ao contrário, reduzem sua capacidade de controle do processo produtivo transferindo esse poder para indústria.

Em Canguçu, por enquanto, o envolvimento das famílias com o conjunto da cadeia produtiva da madeira é incipiente e a área destinada ao cultivo é de aproximadamente 30% da propriedade, no entanto, apesar das incertezas em relação à atividade, muitos apontam à perspectiva de incremento da área plantada.

A pequena participação de agricultores, especialmente de agricultores familiares, apesar de serem público a ser atendido pelo programa, segundo as entrevistas, deve-se ao fato do contrato estabelecer dois ciclos, 14 anos, como prazo de integração. A agricultura familiar de Canguçu tem grande participação em processos de integração (fumicultura e avicultura, por exemplo), no entanto, são atividades cujo ciclo da cultura e da integração são breves. Contratar 14 anos de integração com uma empresa, numa cultura de baixa rotatividade, tem afastado os agricultores familiares.

Aliado a esse fato, como apontado no trabalho, o tamanho das unidades produtivas integradas ao Poupança Florestal é, na média, bastante superior ao tamanho médio das propriedades familiares do município. Além disso, 96% dos integrados não possuem no cultivo de árvores sua principal atividade, ou seja, o “reflorestamento” é uma atividade secundária implantada por quem possui uma área em que, por motivos diversos, não pode ou não pretende desenvolver uma atividade que requer dedicação constante.

Porém, a maioria das unidades familiares do município, em função do reduzido tamanho, necessitam trabalhar com culturas de alta rotatividade e intensivas em força de trabalho visando gerar a renda necessária para manutenção e reprodução da família e da unidade produtiva, não dispendo de áreas para formação de uma *poupança*.

Apesar da garantia de comercialização e preço, as famílias necessitam de atividades produtivas que rapidamente realizem o ciclo produtivo, possibilitando um intenso uso da área e rápido retorno do investimento. Nesse sentido, culturas que ocupem a área por sete anos, para só então retornarem o investimento realizado, precisam proporcionar ganhos muito vantajosos para poderem ser consideradas alternativas que alterem para melhor a realidade vivida pelas famílias.

A dúvida paira porque, novamente analisando-se a questão a partir da perspectiva de autonomia das famílias, envolver-se em uma atividade cujo retorno acontece só após vários anos reduz a autonomia das famílias, pois a mudança de rumo numa situação desse tipo é muito mais difícil.

Além da duração do contrato, do tempo de retorno e da renda gerada, outros elementos contribuem para a redução da autonomia

familiar. A primeira delas refere-se às atividades que estão sendo reduzidas para ceder lugar ao eucalipto. A criação de gado tem sido, ao longo dos anos, a *poupança* da agricultura familiar, onde a família se programa para um ingresso anual ou vai buscar recursos quando da necessidade momentânea. Além disso, podem cumprir outras funções como animais de leite, de carga, de trabalho, seus dejetos podem ser utilizados como fertilizantes, ou seja, compõem de forma mais completa o leque de alternativas para decisão da família.

O mesmo pode ser dito do milho, que mais do que uma cultura com fins comerciais é uma cultura de subsistência da unidade produtiva, fornecendo alimento ao gado, porcos, galinhas, cavalos, ao próprio homem, a palha é utilizada com cama para os animais ou como reserva de alimento para o inverno, entre outras possibilidades, além de ser comercializado.

Essa composição de possibilidades não é possível com o eucalipto, ainda mais que, 95% da produção deve, contratualmente, ser destinada à empresa.

Além disso, outro elemento típico dos contratos de integração e que implicam em redução da autonomia das famílias são as normas técnicas para produção. No eucalipto, assim como no fumo e na avicultura existe um rito técnico a ser cumprido para que a produção esteja no padrão exigido pela empresa, ou seja, a capacidade decisória do integrado é quase inexistente, sua função neste sistema, é seguir, à risca, as orientações.

Com base no exposto até o momento, avaliamos confirmada a hipótese proposta como eixo norteador da pesquisa, no sentido de associar o Poupança Florestal a uma reedição do pacote típico da integração vertical que tem contribuído para a perda de autonomia dos agricultores familiares, sendo “mais do mesmo” e não uma alternativa para os agricultores familiares.

Não obstante, em vista da histórica ligação da agricultura familiar canguçuense com empresas integradoras e da participação da Emater, para nossa surpresa, a procura dos agricultores familiares pelo Poupança Florestal foi bastante reduzida, pelos motivos já expostos.

Nesse cenário, em Canguçu, o Poupança Florestal configurou-se muito mais como uma válvula de escape para empresários urbanos e grandes proprietários, reconfigurando a aliança entre grande capital (VCP), proprietários de terra, capital financeiro (Banco Real) e Estado (via Emater) do que uma alternativa para agricultores familiares.

Contudo, é inegável a importância do cultivo de árvores para subsistência das unidades familiares de produção e como alternativa de

renda, como apontou o representante do STR. Essa compreensão é presente entre as famílias, tanto que programas de doação de mudas, tanto públicos como privados, historicamente gozam de apoio e aceitação.

As características destes outros sistemas de fomento bem como as implicações que a expansão do “reflorestamento” trará para a região e para a agricultura familiar são aspectos que fogem aos objetivos deste estudo, mas merecem aprofundamento em futuros trabalhos.

Referências

- ABRAF - Associação Brasileira de produtores de Florestas Plantadas. **Estatísticas**. Disponível em:<www.abraflor.org.br>. Acesso em: 24/03/09.
- ABRAF - Associação Brasileira de produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF 2009: Ano base 2008**. Brasília, 2009. 120p
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992, 275p.
- AFUBRA (Associação de Fumicultores do Brasil). **A evolução da Fumicultura no Sul do Brasil**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=23> Acesso em 12/01/08.
- AGOSTINETTO, Dirceu; et. al.. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas - RS. **Revista Brasileira de Agrociência**, Série 2, v. 6, Pelotas: EGUFPEl, 2000, p. 171-175.
- ALEMA – Assembléia Legislativa do Governo do estado do Maranhão/ Agência Assembléia. **Siderúrgica apresenta projeto florestal a deputados estaduais**. Maranhão, 2009. Disponível em: <www.al.ma.gov.br/paginas/noticias.php?codigo1=8982>. Acesso em 22/05/09.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de . Redescobrimo A Família Rural Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Sao Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986. ALMEIDA, Mauro W. B. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: n.1, Vol.1, jun-1986, p. 66-83.
- AMBIENTE BRASIL. **Programa florestal Proflora abre crédito para novas florestas comerciais**. (Notícia de 28/04/2004). Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=14476>>. Acesso em 25/03/08.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA / Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>> (Banco de dados eletrônico)
- BANCO DO BRASIL – Superintendência Estadual de Minas Gerais. **BB Florestal**. Belo Horizonte/MG, out.2008. Disponível em: <http://www.ocemg.org.br/Webcoop/Diversos/TECNICA/Bioenergia_2008/Apresentacao%20BB%20Florestal.pdf>. Acesso em: 20/02/09.

BANCO REAL. (ABN AMRO Real S.A) - Portal institucional. **Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade**. Disponível em:

http://sustentabilidadereal.conectt.com.br/bancodepraticas/Documents/case_vcp.pdf. Acesso em 21/02/09.

BECKER, Cláudio; et al. Estado e políticas públicas: o papel da previdência social na economia dos municípios do extremo sul gaúcho. In: **Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica e VI Encontro de Pós-Graduação**, Pelotas, 2005, 4p.

BENETTI, Maria Domingues. A plataforma exportadora de celulose gaúcha no “espelho chinês”. **Indicadores Econômicos da FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, 2008, p. 35-48.

BENTO, Cláudio M.. **Canguçu reencontro com a história; um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983, 182p.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Estatísticas do Setor: Setor da Celulose e Papel**. V2. 2009. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/booklet/marco2009.pdf>>. Acesso em 12/06/09.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Estatístico 2007/2008**. Disponível em: <www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/annual/rel2007.pdf>. Acesso em 14/07/09.

BRASIL, Ministério da Fazenda - MF, Banco Central do Brasil, BCB. Crédito Rural: Anuário Estatístico do Crédito Rural (2005). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2005/Pronaf>>. Acesso em 14/03/09.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Cadeia produtiva de madeira; coords. BUAINAIN, Antonio Márcio e BATALHA, Mário Otávio. **Série Agronegócios**. Brasília : IICA - MAPA/SPA, 2007, 84p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional/ Coordenação Geral de Programação Financeira (COFIN). Consulta a Transferências Constitucionais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Canguçu – RS. [online]. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp?UF=MA>. Acesso em 21/01/08.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN)/Secretaria de Programas Regionais. **Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul**. Publicação eletrônica disponível em:

<www.integracao.gov.br/.../download.asp?.../metade_sul...metade_sul...>. Acesso em 12/11/08

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/SADE: Banco de dados da agricultura familiar [online]. Disponível em:

<<http://www.incr.gov.br/sade/default.asp>> Acesso em 12/01/08.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Medida Provisória nº 2.027-38, de 4/05/2000.

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/mpv/Antigas/2027-38.htm>>. Acesso em 12/08/07.

BRAUCH, Martin Dietrich; MONASTERIO, Leonardo Monteiro. A evolução dos indicadores sociais no Rio Grande do Sul no século XX: uma abordagem regional. In: **Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica e VI Encontro de Pós-Graduação**, Pelotas, 2005, 4p.

BRENA, Doádi Antônio e PEREIRA, Otávio. Plano Estratégico Programa Floresta-Indústria - RS (Palestra). In: **6º Encontro da cadeia produtiva de madeira e móveis**. Caxias do Sul, 2007. Divulgado eletronicamente em:

<<http://www.cgimoveis.com.br/Members/lhansen/documento.2007-11-26.4790991183/>>. Acesso em 15/04/08.

BRÛSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável In: CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. p 29-40.

CAMARANO, Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. IPEA. 1999. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 11/09/2009.

CARRIÈRE, Jean-Paul e CAZELLA, Ademir A.. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Ano 4. Vol. 4. Florianópolis, dez. 2006, p. 23-47.

CAZELLA, Ademir A. e BÛRIGO, Fábio L.. Impasses do desenvolvimento territorial na serra catarinense: limitação agroecológica em face da expansão do "deserto verde". In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, v. 1, p. 251-269.

CHANG, Manyu. Seqüestro de Carbono Florestal: oportunidades e riscos para o Brasil. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, jan./jun. 2002, p. 85-101.

- COTRIM, Márcio S.. **“Pecuária familiar” na região da “serra do sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroecônômica do pecuarista familiar no município de Canguçu - RS.** 2003, 142p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DIESEL, Vivien; et. al.. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. In: **Revista Extensão Rural**, n. 13, Santa Maria, jan-dez/2006, p. 118-143.
- seqüestro de carbono. In: **Revista Análise e Indicadores do Agronegócio**, v.1, n.9, set/2006, 6p.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento In: SACHS, Wolfgang **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Editora Vozes. 2000, p. 59-83.
- FAO – **Food and Agriculture Organization.** FAOSTAT (Base eletrônica de dados estatísticos). **Florestas: Perfil dos países.** Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/country/es/>>. Acesso em 14/04/09.
- FAO - **Food and Agriculture Organization/FRA - Forest Resources Assessment. Evaluación de los Recursos Forestales Mundiales 2005: Hacia la ordenación forestal sostenible.** Estudo FAO: Montes 147. Roma, 2006, 351p.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística. FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social PIB Municipal, PIB per capita e Valor Adicionado Bruto - Série Histórica. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php> (Atualizado em Dezembro de 2008). Acesso em 15/04/09.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística. FEEDADOS: Dados anuais por unidade geográfica: Resumo estatístico - municípios – Canguçu. (Banco de dados eletrônico). Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_estadual_sh_2002.php - 21k>. Acesso em 15/04/09.
- FERNANDES, Mauro Riani. **Agrossilvicultura na Pousança Florestal** (apresentado em 10/12/2008). Disponível em: <www.abraflor.org.br/documentos/madeira2008/09.pdf>. Acesso em 26/02/09.
- FERREIRA, Alini G.; et al. A importância do Pronaf no Extremo Sul do Rio Grande do Sul: O alcance de uma política pública. In: **Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro da Pós-Graduação.** Pelotas, 2007, 4p.

- FIALHO, Marco A. V.. **Rincões de Pobreza e Desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo**. 2005, 213f. Tese de doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FILHO, Eduardo Pires Castanho. Agronegócio florestal de São Paulo e o mercado de seqüestro de carbono. In: **Revista Análise e Indicadores do Agronegócio**, v.1, n.9, set/2006, 6p.
- FLORES, Murilo Xavier. **Da solidariedade ao individualismo: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**. 2007 311f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos Santos; et al. Tipificação de produtores rurais com área reflorestada. In: **Revista Informações Econômicas**, SP, v.34, n.12, dez/2004, p. 29-43.
- FREITAS, Clailton Ataídes de. et. al.. **Impactos socioeconômicos da produção de celulose em larga escala: o projeto da empresa Votorantim na Metade Sul (RS)** - (Relatório Final). v1. Santa Maria: Centro de Altos Estudos em Gestão Pública e Governança Regional. 2006, 107p.
- GARLIPP, Rubens. A importância da atividade florestal no Brasil (Palestra). In: **II Fórum do Setor Florestal do Sudoeste Goiano: Situação atual e perspectivas**. FIMES. Mineiros/GO. 2007. Disponível em: < www.sbs.org.br/secure/Palestra%20Mineiros%20-%20GO.pdf>. Acesso em 12/10/08.
- GRANDO, Marínes Z.. **Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Teses FEE, n.14, 1989, 209p,
- GUIVANT, Julia S.. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. Estudos sociedade e agricultura. In: **Congresso Mundial da Internacional Sociological Association, Brisbane**, Austrália, 2002, 16p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Agropecuário 2007/Base de dados preliminar: Contagem da População 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.sh>. Acesso em 15/04/09.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – PEVS/IBGE. v.22, Rio de Janeiro. 2007, 45p.

ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria). Banco de Dados da Zona Sul – RS. **Boletim Informativo nº 19**. Pelotas: EDUCAT, 2008, 156p.

KROTH, Darlan Christiano. A indústria moveleira da Região Sul do Brasil e seus impactos. na economia regional: uma análise em Matriz de Insumo-Produto Multirregional. In: **Ensaio FEE**, v. 28, n. 2, Porto Alegre, out. 2007, p. 497-524.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica, In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson, (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49-78.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857 – 1858**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 1971, 449p.

MATIAS, Iraldo Alberto Alves. **Uma contribuição para a análise crítica do dilema do “reflorestamento”: o plantio de *pinus* em São José do Cerrito/SC**. 2007, 184f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. In: **Estudos Nead**, nº. 11, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em 09/09/08.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. SECEX/DECEX. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso 24/01/07.

MELGAREJO, Leonardo. O desenvolvimento, o desenvolvimento rural, a reforma agrária e os monocultivos de eucalipto no estado do Rio Grande do Sul, In: TEIXEIRA FILHO, Althen (org). **Eucaliptais - qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas, 2008, p.359-401.

MOTTA, Ronaldo Seroa et al.. O mecanismo de desenvolvimento limpo e o financiamento do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **IPEA - Texto para Discussão nº 761**. Rio de Janeiro, setembro de 2000, 46p.

NIEDERLE, Paulo André. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Porto Alegre, 2009, 22p.

- NIEDERLE, Paulo André. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. 218f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- OSÓRIO, Estela Gonçalves. **Indústria de papel e celulose: estudo de caso da implantação da VCP Florestal no Extremo Sul do Rio Grande do Sul**. 2007, 58f. Monografia (Monografia da conclusão da disciplina de CNM) Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PAULILO, M.I.S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1990. 182p.
- PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: **EISFORIA – Desenvolvimento Territorial Sustentável** Conceitos, experiências e desafios teórico-metodológico. Ano 4. Vol. 4. Florianópolis, dez. 2006, p. 81-103.
- PENIDO, José Luciano. Poupança florestal: sustentabilidade na prática. In: **Revista Opiniões: O apagão florestal**. São Paulo - Editora WDS, Ago-Out, 2005. Publicação eletrônica disponível em: <<http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=473>>. Acesso em 12/03/2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: Charqueadas – Frigoríficos - Criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL (Inst. Est. Do Livro) - Coleção Documentos nº 18, 1980, 305p.
- PLOEG, Jan Douwe van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GÚZMAN, Eduardo Sevilla. **Ecologia, campesinato y historia**. Madri: Las ediciones de la Piqueta. 1992, p. 153-195.
- PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In Schneider, Sergio (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 13-56.
- REVISTA AGROANALYSIS. Negócios em Alta. Edição nº 06, vol. 26, jun/2006. Edição eletrônica disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/index.php?area=conteudo&mat_id=359&from=sustentabilidade>. Acesso em 30/07/08
- REVISTA AGROANALYSIS. Dez passos para aprovar um projeto no mercado de carbono. Edição nº 11, vol. 27, nov/2007a. Edição eletrônica disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/index.php?area=conteudo&mat_id=359&from=sustentabilidade>. Acesso em 30/07/08

REVISTA AGROANALYSIS. Negócios Verdes. Edição nº 11, vol. 27, nov/2007b. Edição eletrônica disponível em:

<http://www.agroanalysis.com.br/index.php?area=conteudo&mat_id=359&from=sustentabilidade>. Acesso em 30/07/08

SACCO DOS ANJOS, Flávio e CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, jun, 2005, p. 661-694,

SCHNEIDER Sérgio e BIOLCHI, Marilza Aparecida. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 27-42, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio e NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.)

SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 35-60

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 205p.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J.S.L. (org.).

Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987, p. 103-120.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas, In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson, (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008, 23-47.

SILVA, Fernanda Novo da. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: estudo sobre o Banco da Terra no município de Canguçu, RS**. 2009, 169f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SOUTO, Luiz Carlos Damian. **Florestamento com *Pinus spp.* e pecuária em campo nativo: complementaridade e concorrência no uso das terras do Planalto Catarinense**. 2005, 144f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006, 346p.

TAMBARA, Elomar. **RS: Modernização e crise na agricultura**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto - Série Documentos nº 16, 1985, 95p.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. 1893: interpretações da guerra. In: **Ensaio FEE**, v. 24, n. 1, Porto Alegre, 2003. p. 127-150.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, 331p.

VCP - Votorantim Celulose e Papel. Portal Institucional/Projetos de Crescimento e sustentabilidade (Projeto Losango e Poupança Florestal) – Informações atualizadas em 2008. Disponível em:

<www.vcp.com.br>. Acesso em 05/05/09.

VCP - Votorantim Celulose e Papel. **VCP e ARACRUZ:**

Reestruturação societária e plano de negócio. São Paulo, 2009.

Disponível em:

<http://www.vcp.com.br/Investidores/ApresentacoesEWebcasts/Documentos/Apresentações/2009/Apresentacao_InvestidorFINAL_21jan_SITE.pdf>. Acesso em 14/07/09.

VELLOSO, Carolina Quiumento. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (Um estudo de caso em Urussanga,SC)**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VERACEL. **Veracel em números**. 2008. Disponível em

<http://www.veracel.com.br/shared/veracel_em_numeros_2008.pdf>.

Acesso em 20/06/09.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3º Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005, 212p.

ZARNOTT, Alisson Vicente. Escravidão legalizada no sul do Brasil In: Caderno de Textos do Curso de Realidade Brasileira – UNB. Brasília: Câmara comunicação e educação popular, 2007, p. 29-43.

Apêndices

Apêndice A



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
Projeto: Estudo, com integrados, sobre a implementação o Pousança
Florestal, em Canguçu – RS.



I. IDENTIFICAÇÃO:

Data da entrevista:/...../2009		Nº questionário:
Início: Hs	Fim: Hs	Duração: min.
Nome entrevistador:	Nome digitador:	
Município:	Localidade:	
Distância em relação à sede do município:		Telefone:
Nome do entrevistado:		
Nome do contratante do PF:		
Data contratação PF:/...../200.....	Data que realizou plantio:/...../200.....	
Obs:		
.....		

II. ANTECEDENTES

1. O/a Sr./Sra. trabalha atualmente na agricultura?

[] 96 – sim [] 97 – não

1.1 **Se não**, qual sua atividade principal atualmente?

[] 1 - médico [] 3 - advogado [] 5 - comerciante
[] 2 - dentista [] 4 - político [] 6 - empresário
[] 00 - não se aplica [] 9 - Outras respostas **(anote)**:

1.2 **Se sim** (“agricultor”, “trabalho com a terra” ou similares), qual era a relação de trabalho existente?

[] 1 - conta própria / proprietário [] 4 - parceiro [] 7 - diarista/bico
[] 2 - arrendatário [] 5 - assalariado [] 00 - não se aplica
[] 9 - Outras respostas **(anote)**:

2. Quais as atividades agrícolas (geradora de renda) que exercia no período anterior a contratação do Pousança Floresta?

[] 1 - Pecuária leiteira [] 3 - Plantação de fumo [] 5 - Hortifrutigranjeiros
[] 2 - Pecuária de corte [] 4 - Pomar de pêssego [] 00 - não de aplica
[] 6 - Outras

2.1 **Se houver mais de uma resposta.** Qual a mais importante?.....

3. Quais a(s) principal(is) forma(s) de comercialização da produção?

[] 1 - Empresa [] 3 - Atravessador [] 5 - Direta (feira)
[] 2 - Cooperativa [] 4 - Comerciante local [] 6 - Outras

3.1 Para efetuar a produção/comercialização existia algum tipo de contrato/formalização entre o Sr./Sra. e o comprador (ex: integração)?

[] 1 – sim. Com quem/que tipo? [] 2 – não

4. O/a Sr./Sra. recebia orientação e/ou assistência técnica, antes de implantar o “reflorestamento”?

[] 1 – sim [] EMATER [] Cooperativa [] Empresas integradoras
[] Sindicato [] Sec. Mun. Agricultura [] Outro. Qual?
[] ONGs [] Particular (liberais)
[] 2 – não

III – ORGANIZAÇÕES

5. Participação da família em organizações sócio-econômicas locais:

Especificação	Participa	
	Sim	Não
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	[] 96	[] 97
Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	[] 96	[] 97
Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	[] 96	[] 97
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	[] 96	[] 97
Partido Político	[] 96	[] 97
Movimento Social	[] 96	[] 97
Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	[] 96	[] 97
Sindicato Rural (Patronal)	[] 96	[] 97
Outros tipos de entidade (anote)	[] 96	[] 97

6. Condições de acesso e Infra-estrutura básica da *comunidade*:

	DISPONIBILIDADE		CONDIÇÃO					
	Sim	Não	Ótima	Boa	Regular	Péssima	NSI	NSA
Estradas			[] 1	[] 2	[] 3	[] 4	[] 98	[] 00
Posto de saúde	[] 96	[] 97	[] 1	[] 2	[] 3	[] 4	[] 98	[] 00
Atend. Agente de saúde	[] 96	[] 97	[] 1	[] 2	[] 3	[] 4	[] 98	[] 00
Escolas Ensino Fund.	[] 96	[] 97	[] 1	[] 2	[] 3	[] 4	[] 98	[] 00
Escola Ensino Médio	[] 96	[] 97	[] 1	[] 2	[] 3	[] 4	[] 98	[] 00
Transporte escolar	[] 96	[] 97	[] 1	[] 2	[] 3	[] 4	[] 98	[] 00

IV. ACESSO AO PROGRAMA POUPANÇA FLORESTAL:

7. Como o/a Sr./Sra. ficou sabendo da existência do *Poupança Floresta*? **(preferencialmente gravar)**

.....
.....

8. Qual ou quais motivos que o/a levaram a acessar o *Poupança Florestal*? **(preferencialmente gravar)**

.....

.....

9. Existem créditos/financiamento governamentais destinados reflorestamento. O Sr./Sra. conhece algum desses programas?

[] 96 – sim [] 97 – não

9.1 **Se sim**, qual(is) o Sr./Sra. conhece? **(especifique)**

9.1.1 **Se sim**, qual(is) motivo(s) o levaram a optar pelo *Poupança Florestal*?

10. O contrato assinado estabelece algumas normas? O/a Sr./Sra. conhece seus direitos e/ou penalidades cabíveis ao Sr./Sra.?

[] 96 – sim [] 97 – não

10.1.1 **Se sim**, quais **direitos** considera mais importantes?

10.1.2 **Se sim**, quais **penalidades** considera mais importantes?

11. O/a Sr./Sra. possuía alguma experiência anterior nesta atividade, o “reflorestamento”?

[] 96 – sim [] 97 – não

12. Qual o tamanho da área implantada?

13. Qual o sistema de cultivo implantado?

[] 1 - monocultivo	[] 2 - consórcio c/	[] 2.1 - pastagem
		[] 2.2 - milho
		[] 2.3 - campo nativo
		[] 2.4 - outra. Qual?

14. O/a Sr./Sra. acha que o “reflorestamento” é a atividade mais indicada para essa área? Ou teria outra mais indicada ou que o Sr./Sra. preferiria cultivar na área? Por quê?

.....

.....

V. USO DA TERRA – ano agrícola anterior ao “reflorestamento”

15. Uso do estabelecimento (*em hectares*) antes do “reflorestamento”:

Especificação	Quant.	Especificação	Quant.
A – Sede		g – Reflorestamento	
B – Estrada		h – Roça (cultivo anual)	
C – Rio		i – Pomar (cultivo perene)	
D – Mata nativa		j – Horta	
E – Pastagem nativa		l – Sem uso	
F – Pastagem cultivada		m – Inaproveitável	
Total (a+b+c+d+e+f+g+h+i+j+l+m)			

VI. USO DA TERRA ATUAL – com “reflorestamento” (último ano agrícola)

16. Uso atual do estabelecimento (*em hectares*), com “reflorestamento”:

Especificação	Quant.	Especificação	Quant.
A – Sede		g – Reflorestamento	
B – Estrada		h – Roça (cultivo anual)	
C – Rio		i – Pomar (cultivo perene)	
D – Mata nativa		j – Horta	
E – Pastagem nativa		l – Sem uso	
f – Pastagem cultivada		m – Inaproveitável	
Total (a+b+c+d+e+f+g+h+i+j+l+m)			

17. Quais as principais atividades produtivas, que geram renda para a Unidade de Produção (UP)?

.....

18. Com a implantação do “reflorestamento”, o Sr./Sra. deixou de cultivar/criar alguma cultura/animal?

[] 96 – sim [] 97 – não [] 98 – não sabe informar

18.1 **Se sim,** qual?

VII. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

19. Efetivo animal **ANTES E DEPOIS** do “reflorestamento”. Dos animais descritos a seguir, informe o que já tinha e o que possui hoje:

Especificação	Quantidade	
	ANTES	DEPOIS
Vacas		
Novilhas		
Terneiros		
Suínos		
Aves		
Bovinos de corte		
Junta de boi (tração animal)		
Outros		

20. Produção para o autoconsumo **ANTES E DEPOIS** do “reflorestamento”. Informe o que já tinha e o que possui hoje:

ESPECIFICAÇÃO	ANTES		DEPOIS		AUMENTOU		DIMINUIU		NSA
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Horta doméstica	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 00
Pomar	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 00
Beneficiamento	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 96	[] 97	[] 00

21. Assinale as principais culturas que possui na horta, **pós “reflorestamento”**: [] 00 - não se aplica

- [] alface [] cenoura [] repolho [] radiche [] pimentão []
 [] beterraba [] couve [] tomate [] rúcula [] moranga []
 [] cebola [] salsa [] alho [] couve-flor [] brócolis []

21.1 A HORTA é suficiente para atender as necessidades da família?

- [] 96 – sim [] 97 – não [] 00 – não se aplica

22. Assinale as principais culturas que possui no pomar, **pós “reflorestamento”**: [] 00 - não se aplica

- [] uva [] laranja [] pêra [] figo [] []
 [] pêssego [] bergamota [] goiaba [] limão [] []
 [] maçã [] abacate [] caqui [] tangerina [] []

22.1 O pomar é suficiente para atender as necessidades da família?

- [] 96 – sim [] 97 – não [] 00 – não se aplica

23. Assinale os principais produtos processado(s), **pós “reflorestamento”**: [] 00 - não se aplica

- [] queijo [] banha [] mel [] [] []
 [] salame [] schmier [] manteiga [] [] []
 [] vinho [] conservas [] patê [] [] []

23.1 O(s) produto(s) processado(s) é (são) suficiente(s) para atender as necessidades da família?

- [] 96 – sim [] 97 – não [] 00 – não se aplica

24. A respeito dos produtos comercializados (produção atual, com “reflorestamento”):

Produto	Área (ha)	Quantidade/unidade	Valor total comercializado	Local da comercialização

VIII. ESTRUTURA FAMILIAR, TRABALHO E RENDAS

25. Composição familiar e trabalho:

Nome	Sexo		Idade	Escolaridade	Atividade	
	F	M			Principal	Secundária
1.	[]	[]				
2.	[]	[]				
3.	[]	[]				
4.	[]	[]				
5.	[]	[]				
6.	[]	[]				

26. Se há membros que exercem atividades não-agrícolas (dentro ou fora da UP) **especifique:**

Nome	Localização	Forma de Remuneração(*)	Dias de Trabalho/Ano
1.			
2.			

(*) Forma de Remuneração: salário, p/tarefa, p/dia de trabalho.

27. Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

[] 96 – sim **nº** _____ [] 97 – não

28. A família atualmente participa de algum programa governamental, a exemplo do “Bolsa Família”?

[] 96 – sim. Qual? Qual valor mensal? [] 97 – não

29. Ingresso de outras rendas não-agrícolas:

Outros tipos de rendas	Sim	Não
Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	[] 96	[] 97
Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	[] 96	[] 97
Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	[] 96	[] 97
Juros recebidos de empréstimos para terceiros	[] 96	[] 97
Juros de aplicações financeiras ou poupança	[] 96	[] 97
Outras (anote)	[] 96	[] 97

IX. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA **POUPANÇA FLORESTAL** - **(PREFERENCIA GRAVAR)**

30. O/a Sr./Sra. acredita que tenha feito um bom negócio ao acessar o *Poupança Florestal*? Que diferença este programa tem feito para o Sr/Sra?

.....

.....

.....

31. O/a Sr./Sra. pretende ampliar a área com reflorestamento ?

.....

.....

.....

32. Como o/a Sr./Sra. avalia a Assistência Técnica prestada através desta programa?

.....

.....

.....

33. Quais fatores positivos o/a Sr./Sra. aponta em relação ao Poupança Florestal?

1.
2.
3.

Anexos

Anexo A

PLANILHA BASE DE CUSTOS PARA POUPANÇA FLORESTAL

Nome do produtor																					
valor da diária		30,00																			
valor da hora máquina		48,00																			
Área a ser financiada (ha)		1																			
PLANILHA DOS CUSTOS DETALHADOS DO PROGRAMA FLORESTAL EMATER/VCP/POUPANÇA FLORESTAL (2007)																					
ATIVIDADES		SERVIÇOS				total	descrição	qtd / ha	unid	vr/ha	TOTAL GERAL										
		mão de obra		máquinas*																	
		diárias	vr / ha	hs	vr/ha*																
ANO I	Abertura de Aceiros			1,00	48,00	48,00					48,00										
	Combate a Formigas inicial	1,00	30,00			30,00	Isca granulada	4,00	kg	28,40	56,40										
	Limpeza de área Mecânica	-		2,50	120,00	120,00					120,00										
	Subsolagem com Fosfato	-		3,00	144,00	144,00	Fosfato Natural	300,00	kg	160,80	304,80										
	Sradagem na linha	-		2,00	96,00	96,00					96,00										
	Sradagem enleradeira + Adubação	-		2,00	96,00	96,00	Adubo NPK 6.30.6	150,00	kg	115,25	211,25										
	Combate a Formigas repasse	1,00	30,00			30,00	Isca Granulada	3,50	kg	23,10	53,10										
	1ª Liberação R\$ / ha		60,00			60,00					60,00										
	Para o total da área financiada		60,00			504,00					325,35	889,35									
	Plantio Manual	4,00	120,00			180,00					180,00										
	Capina Manual (x2)	6,00	180,00	1,46	69,89	189,89					189,89										
	Irrigação	0,67	20,00	1,50	72,00	92,00					92,00										
	2ª Liberação R\$ / ha		320,00			141,89					461,89										
Para o total da área financiada		320,00			141,89					-	461,89										
Adubação 3 meses	2,20	66,00			66,00	Adubo NPK 10.5.10	100,00	kg	88,00	154,00											
Adubação 6 meses	2,20	66,00			66,00	Adubo NPK 5.10.10	75,00	kg	68,75	134,75											
Combate a Formigas Manutenção	1,40	42,00			42,00	Isca Granulada	3,50	kg	23,87	65,87											
Roda Mecânica			2,00	96,00	96,00					96,00											
3ª Liberação R\$ / ha		174,00			96,00					180,82											
Para o total da área financiada		174,00			96,00					180,82	450,82										
ANO II	Adubação 12 meses	2,00	60,00			60,00	Adubo NPK 5.10.10	75,00	kg	67,81	127,81										
	Combate a Formigas Manutenção	0,80	24,00			24,00	Isca Granulada	2,00	kg	14,12	38,12										
	Manutenção de Aceiros			0,50	24,00	24,00					24,00										
	4ª Liberação R\$ / ha		84,00			24,00					81,73										
	Para o total da área financiada		84,00			24,00					81,73	189,73									
ANO III	Adubação 24 meses	2,00	60,00			60,00	Adubo NPK 5.10.10	75,00	kg	68,00	128,00										
	Combate a Formigas Manutenção	0,70	21,00			21,00				12,00	33,00										
	Manutenção de Aceiros			0,50	24,00	24,00	Isca Granulada	1,50	kg		24,00										
	5ª Liberação R\$ / ha		81,00			24,00					80,00										
Para o total da área financiada		81,00			24,00					80,00	185,00										
ANO IV	Combate a Formigas Manutenção	2,10	63,00			63,00	Isca Granulada	4,50	kg	36,00	99,00										
	Manutenção de Aceiros			2,00	96,00	96,00					96,00										
	6ª Liberação R\$ / ha		63,00			96,00					195,00										
	Para o total da área financiada		63,00			96,00					36,00	195,00									
TOTAL R\$ / ha		782,00			885,89					703,70	2.311,59										
TOTAL Geral		782,00			885,89					703,70	2.311,59										

*Os valores relativos a custos de Serviços -v/ha- representam custos operacionais médios, devendo-se subtrair dessa coluna os custos de combustíveis e lubrificantes, ou mesmo custos de locação de maquinário para realização das operações a campo.

Mão de obra Própria SIM NÃO

Assinatura do Técnico: _____
 Nome do Técnico: _____
 Reg. Conselho prof. _____

Taxa efetiva de juros ao ano: 6,75%

Fonte: Emater (2008)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)